

Em que medida
as determinações do que se passa
com a criança dizem respeito à
singularidade de sua posição como sujeito
e em que medida elas

são uma resposta ao que se passa na estrutura familiar?
Neste livro, a autora percorre as teorias de Freud e Lacan
sobre o complexo de Édipo procurando
respostas para essa pergunta, tão freqüentemente levantada
pelos psicanalistas de crianças.

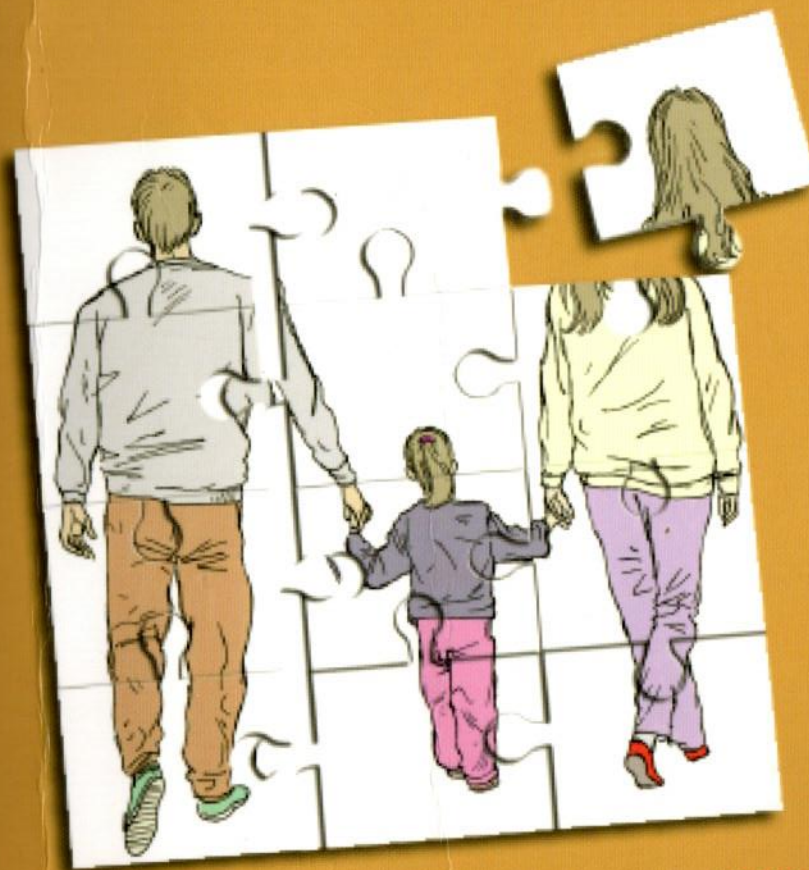
Considerar as determinações do lado da
estrutura familiar, implica desconsiderar o sujeito
e sua resposta singular a essa estrutura?
As teorias de Freud e Lacan sobre o complexo de Édipo
parecem indicar que não. Mas então como considerar
essas determinações no contexto
da clínica psicanalítica com crianças?



CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO E ESTRUTURA FAMILIAR

O complexo de Édipo, de Freud a Lacan

Michele Roman Faria



3ª EDIÇÃO



Cabral
Editora e Livraria
Universitária



Michele Roman Faria

CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO E ESTRUTURA FAMILIAR

O complexo de Édipo, de Freud a Lacan

3ª Edição



Cabral Editora e Livraria Universitária
2014



Direção Geral

Mário Cabral de Vasconcellos

Editoração Eletrônica

Lilian Oliveira

Revisão

Sirlene Francisco Barbosa

Capa

João Pinheiro e Lilian Oliveira

Faria, Michele Roman. Constituição do sujeito e estrutura familiar: o complexo de Édipo, de Freud a Lacan / Michele Roman Faria. 3ª Edição. Taubaté-SP: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2014. 224 p.; 148x 210 mm

ISBN: 978-85-63167-54-5

I. Psicanálise 2. Psicoterapia – teoria estudo e ensino – I.Título. II. Série.

CDD 150.195

616.891

Índices para catálogo sistemático:

1. Psicanálise 150.195
2. Psicoterapia – teoria estudo e ensino 616.891

CABRAL EDITORA E LIVRARIA UNIVERSITÁRIA

Rua Quatro de março, 383 - Centro

CEP 12020-270 - Taubaté - SP

Fone/Fax: (12) 3624-7641

www.editoracabral.com.br

e-mail: cabraledit@ig.com.br

SUMÁRIO

Apresentação da 3ª Edição	7
Prefácio	13
Introdução	23
 PARTE I:	
O COMPLEXO DE ÉDIPO	31
 1. Freud com Lacan	
a. Complexo de Édipo no menino	33
b. Complexo de Édipo na menina	38
2. Lacan com Freud	44
a. O primeiro tempo do Édipo	49
b. O segundo tempo do Édipo	53
c. O terceiro tempo do Édipo	67
3. Complexo de Édipo e estruturas clínicas	81
a. Neurose	93
a.1. Histeria e neurose obsessiva	96
	103

a.2. Fobia	106
b. Perversão	111
c. Psicose	119
4. Lacan com Lacan	125
 PARTE II:	
MATERNIDADE E PATERNIDADE	143
1. Função materna e maternidade	147
2. Função paterna e paternidade	169
 PARTE III:	
COMPLEXO DE ÉDIPO E CLÍNICA	
PSICANALÍTICA COM CRIANÇAS	183
1. O caso Hans	187
 Conclusões	207
 Referências bibliográficas	215

APRESENTAÇÃO DA 3ª EDIÇÃO

O Édipo e as novas configurações familiares

Michele Roman Faria

Que interesse tem o complexo de Édipo para a clínica psicanalítica hoje? Qual a importância de uma teoria desenvolvida há quase cem anos, se o núcleo familiar composto por pai-mãe-criança deixou de ser a única referência em nossa sociedade, se famílias constituídas por vínculos que a legalização do divórcio e que o casamento entre pessoas do mesmo sexo tornou tão distantes do que Freud observava na Viena de seu tempo?

As novas configurações familiares não teriam tornado ultrapassada uma teoria que tem sua fundamentação no desejo incestuoso pela mãe e na rivalidade com o pai? Hoje, quase um século depois de ter feito do mito do Édipo uma das mais importantes e mais conhecidas teorias da psicanálise, não estaria a clínica referida a estruturas completamente diferentes daquelas que Freud identificou na mitologia grega?

A resposta que esperamos que o leitor encontre neste livro é: não.

O questionamento da relevância e até mesmo da validade de uma teoria que foi um dos pilares da teoria psicanalítica – a ponto de o próprio Freud defini-la como a que distingue os adeptos da psicanálise daqueles que não seriam psicanalistas (Freud, 1905, em nota

acrescentada em 1920) – revela, entretanto, não apenas a atualidade, mas também a necessidade de reflexão sobre o problema que esteve, desde o início do ensino de Lacan, no centro das preocupações que o levaram a empreender seu projeto de *retorno a Freud*: o desvio produzido por uma leitura que toma o imaginário pelo real e desconsidera a função do registro simbólico, tanto para a clínica como para a teoria psicanalítica.

Se o próprio Lacan sustentou, até o final de seu ensino, que “do que Freud enunciou, não é o complexo de Édipo que se deve rejeitar” (Lacan, 1974-1975) foi justamente por não ter enveredado pela mesma leitura desviante que ele denunciava na psicanálise de sua época.

No seminário de 1957-58 sobre as formações do inconsciente, Lacan já alertava os psicanalistas: “se tudo fosse apenas uma questão de mamãe e papai, é difícil ver como poderíamos dar conta dos fatos com que lidamos”. O Édipo, definitivamente, não é uma questão de papai e mamãe.

Neste mesmo seminário, Lacan esclarece: “o sistema do triângulo edipiano familiar comporta algo de mais radical do que tudo o que nos fornece a experiência social da família, e é justamente isso que produz a permanência desse triângulo edipiano e da descoberta freudiana”.

Dez anos mais tarde, ele voltará ao Édipo para criticar um manejo clínico que lhe parecia revelador dos desvios a que uma certa interpretação da teoria é capaz de conduzir: “de modo algum estou dizendo que o Édipo não serve para nada, ou que não tem relação alguma com o que nós fazemos. Para os psicanalistas, ele não serve para nada, lá isso é verdade. Mas como os psicanalistas não são verdadeiramente psicanalistas, isso nada prova” (Lacan, 1969-70).

O caminho traçado por Lacan para reconduzir os psicanalistas aos fundamentos da teoria freudiana indicava que, mais-além das configurações particulares de cada estrutura familiar, a essência do

Édipo não está na trama imaginária da relação incestuosa da criança com a mãe e de rivalidade com o pai, mas naquilo a que essa trama dá sustentação: a estrutura simbólica que orienta o desejo em torno da dialética falo-castração.

Se a via escolhida por Freud foi a do mito - o mito edipiano do incesto e do assassinato do pai - a estratégia de Lacan foi buscar na linguística e na antropologia estrutural recursos para extrair do mito sua estrutura simbólica e escrevê-la numa fórmula, a fórmula da metáfora paterna.

A proposta deste livro é percorrer, de Freud a Lacan, este caminho pelos fundamentos do texto freudiano que permitem esclarecer a importância, o valor e a função do complexo de Édipo como a estrutura simbólica em torno da qual o desejo se articula, a fim de mostrar que as novas configurações familiares, assim como a queda da imago social do pai (denunciada por Lacan em 1932), longe de atestarem o fracasso da função simbólica do pai – questão central do Édipo, segundo Lacan – revelam a íntima relação entre a estrutura familiar (qualquer que seja sua configuração específica) e o irredutível de uma transmissão – que, aliás, o fracasso das utopias comunitárias já atestavam, como bem lembrava Lacan em sua “Nota sobre a criança”, de 1964.

Estamos hoje ainda mais distantes das utopias comunitárias do que estava Lacan em 1964 e as demandas de reconhecimento legal e social que acompanham o surgimento de novas configurações familiares em nossa sociedade, longe de reivindicarem a abolição da família, parecem reveladoras da atualidade da observação de Lacan sobre o irredutível da transmissão na qual o Édipo encontra seu lugar estrutural.

Há, evidentemente, um real em jogo no complexo de Édipo, mas ele não se confunde com nenhuma configuração familiar específica. Ele deve ser buscado, conforme mostrou Lacan com o auxílio da matemática, nos impasses lógicos revelados pela estrutura simbólica,

naquilo que sua transmissão revela sobre o lugar e a função do impossível: só acreditamos que o incesto é desejável porque esquecemos que ele é impossível. O próprio Freud antecipa esse impasse lógico quando lembra, em seu artigo de 1924, que uma das razões para a dissolução do complexo de Édipo pode estar na impossibilidade interna de sua realização.

Trata-se do impossível que tem, na estrutura que dá ao Édipo seu lugar, uma função lógica à qual o simbólico – e a função paterna – não fazem senão dar um destino significante. No seminário de 1956-57 Lacan já anunciava: “se o complexo de Édipo tem um sentido, é precisamente porque ele dá [a função do pai] como fundamento de nossa instalação entre o real e o simbólico”.

Somos, portanto, conduzidos por Lacan do mito à estrutura – o Édipo é o irredutível do que se transmite de estrutural – e, mais-além, à lógica que põe essa estrutura em funcionamento – lugar do real como causa daquilo que a estrutura articula.

No seminário de 1968-69, Lacan sugere a existência de uma “lógica freudiana” na qual o que se transmite é a castração: “tudo o que ela [a lógica freudiana] introduziu como lógica do sexo decorre de um único termo, que é realmente seu termo original, que é a conotação de uma falta e que se chama castração. Esse *menos* essencial é de ordem lógica, e sem ele nada pode funcionar. Tanto no homem como na mulher, toda a normatividade se organiza em torno da transmissão de uma falta”. É a essa transmissão de uma falta que a estrutura do Édipo dá sustentação, e é o que levará Lacan a afirmar, em 1971-72, que o tema do pai pode ser abordado “no nível da estrutura lógica”.

Quando se compreende a lógica que dá ao Édipo sua função mítica, as confusões entre os registros real, simbólico e imaginário – que conduzem a uma indistinção entre a essência estrutural do complexo

de Édipo e as configurações familiares que dão e essa estrutura seu suporte – se dissipam.

Lacan concluirá, ao final de seu ensino – justamente no seminário de 1974-75 que toma o real, o simbólico e o imaginário como tema – que o que Freud chama de realidade psíquica “tem perfeitamente um nome, é o que se chama complexo de Édipo. Sem o complexo de Édipo, nada da maneira como ele se atém à corda do simbólico, do imaginário e do real se sustenta”. Para Lacan, “não se domina com tanta facilidade a estrutura que Freud destacou no sujeito, quando nela não se distingue o simbólico, do imaginário e do real” (Lacan, 1958).

A proposta deste livro é não apenas retornar ao texto freudiano, mas retornar a ele pelo viés da leitura proposta por Lacan, aquela que permite manter vivo o valor e a função do complexo de Édipo para a psicanálise, tanto na perspectiva teórica, como clínica.

O caso freudiano do pequeno Hans servirá de guia para a discussão clínica deste livro, não apenas por ser um caso exemplar de aplicação clínica do complexo de Édipo, mas também porque a clínica psicanalítica com crianças torna ainda mais evidentes os riscos de um manejo imaginário do Édipo denunciados por Lacan. É na clínica psicanalítica com crianças que o psicanalista encontra seu maior desafio – pois o contato com as famílias, sejam quais forem as suas configurações, tende a conduzir a uma leitura imaginária que situa as causas do sintoma da criança na família – mas também seu maior aprendizado – pois é justamente esse contato que exige atenção redobrada à escuta do sujeito, mais além das particularidades imaginárias presentes em cada caso¹.

Se as novas configurações familiares impõem à clínica novos desafios e questões cada vez mais complexas, retornar à essência do

¹ Esse tema foi amplamente abordado em nosso livro sobre o lugar dos pais na clínica psicanalítica com crianças (Faria, 1998).

Édipo em sua estrutura simbólica é não apenas fundamental, como também urgente, tanto para a apreensão do desejo inconsciente que interessa à psicanálise, como para esclarecer que esse desejo, que tem sua estrutura definida pelo complexo de Édipo, não responde a nenhuma configuração familiar específica, sendo um erro dos mais frequentes reduzir aos personagens em torno dos quais os dramas familiares acontecem a causa das patologias que encontramos neste campo.

Esta é talvez uma das lições mais atuais a serem extraídas da teoria sobre o complexo de Édipo: se insistimos no pensamento que vê uma relação de causa e consequência nos fenômenos que observamos na clínica, é porque nos desviamos de seu eixo fundamental para buscar abrigo na vertente imaginária onde se desdobram os dramas familiares nos quais o sujeito está inserido. Este desvio de leitura, que toma o imaginário pelo real e se afasta do eixo simbólico, tão comum na clínica de crianças, conduz a uma armadilha imaginária capaz de orientar a clínica a não ser mais que um lugar de estabelecimento do ideal de uma família normal. Nada mais arriscado quando se tem de lidar com as novas configurações da família no mundo de hoje.

São Paulo, 15 de julho de 2014

PREFÁCIO

Michele Faria é uma psicanalista que recebe crianças em seu consultório, mas que escuta sujeitos. Este livro apresenta, de entrada, um posicionamento ético ao explicitar que, independente da idade cronológica, estamos sempre lidando – na clínica psicanalítica – com o sujeito do inconsciente que emerge sob transferência. Entretanto, a quem se propõe atender a sujeitos que a cultura nomeia de “infantis”, uma questão se impõe: O que é uma criança para a psicanálise? A questão procede já que, se por um lado, podemos afirmar que a psicanálise sempre trata da neurose infantil, por outro lado, é possível pensar na infância enquanto o tempo de instauração de uma estruturação psíquica. Nesse sentido, convém nos lembrarmos de que, etimologicamente, a palavra *infans* refere-se àquele que não fala. Aliás, quanto a esse aspecto, Lacan raramente foi tão claro quanto em uma passagem do seminário *Encore*, na aula de 13 de fevereiro de 1973 – seminário dedicado à formalização da inscrição sexual humana –, passagem essa que curiosamente refere-se à criança: *A realidade é abordada com os aparelhos do gozo. Isto não quer dizer que o gozo é anterior à realidade. Isto aí é também um ponto em*

*que Freud se prestou a mal-entendido em alguma parte. (...) Há, diz Freud, um Lust-Ich antes de um Real-Ich. Isto é um deslize, um retorno ao trilho, esse trilho que chamo de desenvolvimento, e que é apenas uma hipótese da mestria. Dizendo para si mesma que o bebê nada tem a ver com o Real-Ich, pobre enfeite, incapaz da mínima ideia do que seja o real. Fica reservado às pessoas que conhecemos, esses adultos, dos quais, ademais, é expressamente dito que eles não podem jamais chegar a se despertarem. (...) Basta ler, basta estar aí um pouco, basta vê-los viver, basta tê-los em psicanálise, para perceber o que isto quer dizer, o desenvolvimento. Quando se diz primário e secundário para os processos, talvez haja nisso uma maneira de dizer que crie ilusão. Digamos em todo caso que não é porque um processo é dito primário que ele aparece primeiro. Quanto a mim, jamais olhei um bebê tendo o sentimento de que não houvesse, para ele, mundo exterior. É absolutamente manifesto que ele só olha para aquilo, e que aquilo o excita, e isto, meu Deus, na exata proporção em que ele ainda não fala. **A partir no momento em que ele fala, a partir desse momento muito exatamente, não antes, compreendo que há recalque.**¹*

Convém ao psicanalista, que atende a crianças, deixar-se ensinar pelo grande historiador francês, Philippe Ariès², sobre o quanto as significações sobre a infância foram se transformando no mundo ocidental. Na baixa Idade Média, não havia uma clara representação da infância nem a menor especificidade no trato com o sujeito infantil, que era, então, considerado como um adulto em miniatura. As profundas transformações econômicas e sociais, advindas com o

¹ LACAN, Jacques. *Seminário 20: mais, ainda* (1972-1973). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985. p. 76-77.

² *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1981.

Renascimento, também provocaram modificações na concepção da infância, culminando, no século XVII, com o que Ariès nomeia de “a descoberta da infância”, concebida enquanto adulto inacabado. A criança, então, deveria ser educada, moldada, disciplinada, de modo a transformar-se em um cidadão racional e cristão. Vemos aí o quanto as ideias de desenvolvimento e de educação, adotadas posteriormente pela Psicologia e pela Pedagogia, apresentam-se, na origem, fortemente contaminadas por um ideal moralista. No século XIX, chamado de “século da paparicação” chega-se ao auge da valorização da infância; a criança era então tomada como um anjo assexuado, não fosse Freud ter retirado o véu da denegação.

E o que teríamos a dizer a respeito da infância do século XXI, com armas na mão e rebolados impertinentes? O que é uma criança, afinal? Entre o fato biológico e real do filhote da espécie e a criança humana, há um misterioso abismo. No que nos diz respeito, enquanto psicanalistas, não devemos recuar frente ao sofrimento de um sujeito que nos chega já assim nomeado pela cultura e que, além do assujeitamento estrutural à linguagem – já que não há realidade pré-discursiva – também encontra-se legalmente assujeitado a um outro (o chamado “pátrio poder”).

Essas seriam, digamos, algumas questões preliminares a todo tratamento da criança pela Psicanálise. Entretanto, outras questões clínicas, não menos importantes, se impõem, na medida em que se sustenta essa premissa – aliás, sempre defendida pelos históricos discípulos e companheiros de Lacan, Rosine e Robert Lefort – de que escutamos sujeitos e não adultos ou crianças. Dentre elas, talvez uma das mais relevantes diz respeito ao diagnóstico estrutural. Que se faz necessário um tempo para que se constitua um sujeito, eis um fato. Mas que tempo é esse? Em seu texto sobre o tempo lógico, Jacques Lacan nos dirá: *não é em razão de uma contingência*

*dramática, da gravidade do que está em jogo, ou da emulação do jogo que o tempo urge; é na urgência do movimento lógico que o sujeito precipita simultaneamente seu juízo e sua saída, a modulação em que a tensão do tempo inverte-se na tendência ao ato que evidencia aos outros que o sujeito concluiu.*³

Urgência e ato, elementos indissociáveis dessa “escolha forçada” entre o ser e o sentido, na qual o que Lacan chamou de fator letal da alienação faz parir (*se parare*), ou seja, engendra um sujeito. Diante da falta estrutural do Outro, a “insondável decisão do ser” impõe-se e urge. Diante do indecível lógico – que contempla o impossível de tudo dizer – qualquer indecisão (como nos demonstra o sofisma dos quatro prisioneiros) já traz, em si mesma, uma decisão (que se não for pelo pai, sabemos que pode conduzir ao pior). Essa questão, aliás, já havia sido explicitada por Lacan desde o início de seu ensino, no seminário sobre o conto de Edgar Allan Poe “A carta roubada”: *O programa que se trata para nós, portanto, é saber como uma linguagem formal determina o sujeito. Mas o interesse de tal programa não é simples, já que supõe que um sujeito só o cumprirá colocando algo de si.*⁴

E ainda de modo mais claro, nos diz Colette Soler: *A alienação é o destino. Nenhum sujeito falante pode evitar a alienação. É um destino ligado à fala. Mas a separação não é destino. A separação é algo que pode ou não estar presente, e aqui Lacan evoca um velle, em francês vouloir, em inglês a want, um querer. Isso é muito semelhante a uma ação pelo sujeito. A separação requer que o sujeito “queira” se separar da cadeia significante.*⁵

³ LACAN, Jacques. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. p. 206.

⁴ Idem, ibidem, p. 47.

⁵ O sujeito e o outro II. In: *Para ler o seminário II de Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

Essas questões cruciais para a clínica psicanalítica, de modo geral, e para a clínica com crianças, em particular, são enfrentadas abertamente por Michele Faria e com a seriedade que elas exigem. Em primeiro lugar, quando reitera a importância do complexo de Édipo para a psicanálise, já que como ela lembra, oportunamente, o próprio Freud afirmava que sua aceitação era o parâmetro da distinção entre os adeptos da psicanálise e seus oponentes. Essa importância não se reduz mesmo quando, acompanhando os avanços conceituais de Lacan, a partir do final da década de 1960, este passa a questionar o mito do Édipo. Nesse sentido, este livro tem o valor “a mais” de mostrar de modo evidente que não há um “primeiro” e um “segundo” Lacan, mas sim uma trajetória teórico-clínica na qual ele tenta a cada vez falar melhor, formalizar, transmitir de outro jeito, extraindo a radicalidade, a raiz, dos enunciados freudianos. O que não quer dizer, como demonstra Michele – por exemplo, no que diz respeito à anterioridade ou não do gozo em relação à linguagem –, que Lacan sempre tenha dito a mesma coisa ao longo de seu ensino, ou, a mesma coisa que Freud; embora, em todos os casos, trata-se de tentativas de falar d’A Coisa (*Das Ding*).

Para além do precioso didatismo que encontramos neste livro, que permite acompanharmos de modo sistematizado e preciso os tempos lógicos da estruturação do sujeito, tal como Lacan propõe nos seminários “A Relação de objeto” e “As formações do inconsciente”, nos deparamos, durante a leitura, com propostas alternativas às interpretações mais divulgadas do texto de Lacan, demonstrando que a tarefa de elucidá-lo não pode e não deve ser apenas de Um. Cito, apenas a título de exemplo, a ideia defendida por Michele Faria, de que o pai proibidor do segundo tempo do Édipo é uma interpretação da criança; ou seja, “é o enigma do desejo materno

que instaura o pai em seu lugar” e não o contrário. Essa proposta traz como consequência uma compreensão original que merece uma atenção especial do leitor, a respeito do terceiro tempo – que é o da castração propriamente dita – como aquele no qual o “retorno da mãe” possibilita a passagem do falo imaginário ao falo simbólico. Considerar, tal como faz Michele, “uma anterioridade lógica do pai já que a lei do simbólico reina na realidade mundana”, bem como o complexo de Édipo como “a transmissão de um nome que se faz pelas vias do desejo materno” são afirmações importantes, revelando um posicionamento teórico que responde às concepções bastante imaginarizadas de alguns autores pós-lacanianos a respeito do conceito de Nome-do-pai. Assim, através deste texto, podemos verificar a diferença do Pai, enquanto parte da estrutura, das suas manifestações históricas mais ou menos próximas da versão neurótica (compatível com a da época vitoriana) do “pai proibidor”. Nunca é demais lembrarmos que Lacan avança, no final de seu ensino, do “pai potente” para o “pai desejante”.

Outra questão difícil, que é enfrentada com coragem neste livro, é a da possível articulação (o que é diferente de sobreposição) entre as relações pais-filhos e suas respectivas funções simbólicas. No exercício da construção de uma lógica que torne possível pensar uma interseção entre “ambiente familiar” e “estrutura familiar”, Michele Faria tem o mérito de apontar caminhos que não reduzam, reciprocamente, uma realidade (a do comportamento) à outra (a do significante). Aqui, a análise que a autora realiza do caso Hans é uma preciosa contribuição, pois põe em cena, de modo bastante evidente, a questão de que a decisão a respeito da estrutura clínica está na dependência de um “suporte concreto” para, como diz Marie-Jean Sauret, “animar a

estrutura”, mas... sem deixarmos de levar em conta que Hans, embora tivesse essa opção, não escolheu as calcinhas da mãe.

Ana Laura Prates Pacheco

A frase foi começada antes dele, foi começada por seus pais, e aquilo a que pretendo conduzi-los é precisamente a relação de cada um desses pais com essa frase começada, e a maneira como convém que a frase seja sustentada por uma certa posição recíproca dos pais em relação a ela.

Jacques Lacan

INTRODUÇÃO

Em *O infantil e a estrutura*,¹ Sauret nos lembra que para fazer um filho são necessários um homem e uma mulher, mas isso não basta para fazer um sujeito.

A constituição subjetiva é, como assinala Lacan em “Duas notas sobre a criança” (1969), da ordem do “irredutível de uma transmissão”² que depende de pai e mãe não apenas enquanto os que geram a criança, mas como aqueles que exercem as duas funções necessárias a essa transmissão, aquelas que conhecemos como as funções *materna* e *paterna*. Lacan as define, em suas notas de 1969, como sendo: “da mãe: na medida em que seus cuidados têm a marca de um interesse particularizado, ainda que o seja pela via de suas próprias faltas. Do pai: na medida em que seu nome é o vetor de uma encarnação da Lei no desejo.”³

¹ SAURET, Marie-Jean. Publicação da Escola Brasileira de Psicanálise. São Paulo, 1997.

² In: *Opção lacaniana*, n. 21, abr. 1998.

³ Idem, *ibidem*, p. 6.

O complexo de Édipo é uma das formas de descrever o papel dessas duas funções na constituição do sujeito.

Principal eixo da psicopatologia freudiana, o complexo de Édipo designa o conjunto das relações que a criança estabelece com as figuras parentais que, segundo Freud, determinam os caminhos da organização da sexualidade, desde o aparecimento das primeiras manifestações sexuais infantis, até a fase da latência.

Embora exista apenas um único texto de Freud, dedicado a esse tema – “A dissolução do complexo de Édipo”, de 1924 – é possível encontrar referências ao complexo de Édipo por toda a sua obra.

A expressão *complexo de Édipo* aparece em seus escritos pela primeira vez em 1910, no texto “Um tipo especial de escolha de objeto feita pelos homens,”⁴ mas a referência ao mito de Édipo já está presente desde 1897, na correspondência entre Freud e Fliess.

Foi nos anos 1920 que o Édipo adquire lugar central na teoria freudiana, através de textos como “A organização genital infantil” (1923), “A dissolução do complexo de Édipo” (1924), “Algumas consequências da distinção anatômica entre os sexos” (1925) e “Fetichismo” (1927). Em nota acrescentada em 1920, aos “Três ensaios” (1905), Freud menciona o complexo de Édipo como a linha divisória que separa os adeptos da psicanálise de seus oponentes: “Já se disse com justiça que o complexo de Édipo é o complexo nuclear das neuroses e constitui a parte essencial do conteúdo delas. Ele representa o ápice da sexualidade infantil que, por meio de seus efeitos ulteriores, exerce decisiva influência na sexualidade dos adultos. Todos os que nascem neste planeta veem-se ante a tarefa de dominar o complexo de Édipo; quem quer que deixe de fazê-lo é vítima da neurose. Com o progresso dos estudos psicanalíticos, a importância do complexo de Édipo tornou-se

⁴ FREUD, Sigmund. In: *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1980. v. XI.

cada vez mais claramente evidente; seu reconhecimento tornou-se a senha que distingue os adeptos da psicanálise de seus oponentes.”⁵

Embora não se possa afirmar que o complexo de Édipo tenha, para Lacan, a mesma importância que possui na obra freudiana, encontramos igualmente referências ao Édipo ao longo de toda a obra lacaniana. Dentre essas referências, a mais importante é a do seminário de 1957-1958 sobre as formações do inconsciente,⁶ quando Lacan dedica-se a uma cuidadosa retomada da teoria sobre o Édipo, propondo sua divisão em três tempos lógicos. Vale lembrar que o seminário de 1957-1958 sobre as formações do inconsciente acontece no ano seguinte ao seminário sobre a relação de objeto,⁷ tema que Lacan aborda remetendo-se constantemente à relação mãe-criança (e ao lugar que têm o falo e o pai nessa relação) e cuja principal referência clínica é o caso do pequeno Hans, relatado por Freud em “Análise de uma fobia em um menino de cinco anos” (1909).⁸ Considerando o fio que une os dois seminários, a teoria do Édipo, na obra de Lacan, parece consistir em um importante ponto de desdobramento de algumas das questões que tocam a prática psicanalítica com crianças.

É, principalmente, nesses dois seminários que encontramos condições para propor uma reflexão a respeito das relações entre pai, mãe e criança e o exercício das funções – necessárias à constituição subjetiva – sustentadas por essas relações.

Não se trata de uma articulação fácil. Por um lado, as funções paterna e materna não podem ser identificadas e nem reduzidas às presenças concretas de pai e mãe no ambiente familiar. Afinal, como já afirmamos, pai e mãe bastam para fazer um filho, mas não para

⁵ Idem, ibidem, v. II, p. 233.

⁶ LACAN, Jacques. *Seminário 5*, op. cit.

⁷ Idem. *Seminário 4: a relação de objeto* (1956-1957). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

⁸ FREUD, Sigmund. In: *Obras completas*, op. cit., v. X.

fazer um sujeito. Por outro lado, também não se pode negar a importância dos pais na constituição subjetiva da criança pois, como afirma Sauret, “a criança não pode prescindir da sustentação, do suporte concreto do Outro para animar a estrutura.”⁹ É nas teorias de Freud e Lacan, sobre o complexo de Édipo, que encontramos algumas das raras referências no campo psicanalítico nas quais as relações entre pai, mãe e criança adquirem importância enquanto objeto de reflexão teórica.

Outra dessas raras referências é a própria clínica com crianças na qual, diferentemente do que ocorre com adultos, encontramos diante de um sujeito que é trazido pelos pais. E, na medida em que são os pais que se apresentam com uma queixa, que trazem a criança, que pagam pelo tratamento,¹⁰ sua presença exige do psicanalista um manejo que não pode pretender-se isento de efeitos sobre a criança.

Em nosso trabalho anterior,¹¹ procuramos mostrar que a presença dos pais nas análises de crianças coloca ao analista uma questão inicial que é a de definir qual o sujeito que demanda a análise.

Mostramos que o analista precisa estar atento ao fato de que a questão dos pais pode apresentar-se sob a forma do que denominamos o *sintoma na criança*, sendo a queixa sobre o sintoma da criança uma das formas possíveis de endereçamento de uma demanda ao analista. Desdobrada essa queixa, muitas vezes o trabalho clínico tende a se orientar em direção à análise de um ou ambos os pais.

Nessa perspectiva, foi possível marcar a importância de considerar cada um dos envolvidos no tratamento – o pai, a mãe, e mesmo a própria criança – como portando uma demanda própria, que ao analista cabe recolocar nesse momento inicial que é o das entrevistas preliminares.

⁹ SAURET, Marie-Jean. *O infantil e a estrutura*, op. cit., p. 88.

¹⁰ Vale lembrar que essa não é uma característica exclusiva das análises de crianças, sendo bastante comum sua ocorrência em casos de *psicose*.

¹¹ FARIA, Michele Roman. *Introdução à psicanálise de crianças: o lugar dos pais*. São Paulo: Hacker Editores, 1998.

Mas, se por um lado, o analista deve considerar as demandas dos diferentes sujeitos que comparecem pedindo tratamento para uma criança, por outro lado, ele não pode ignorar o fato de que a criança ocupa uma posição privilegiada na demanda que cada um dos pais dirige ao analista. Sendo assim, uma vez iniciado o tratamento da criança, não seria o contexto mais amplo da transferência dos pais e a posição que a criança ocupa nessa transferência um elemento importante a considerar? No comentário de Lacan sobre o caso Hans,¹² não somos constantemente convocados a refletir sobre a posição que Hans ocupa no desejo da mãe, assim como sobre a posição que o pai ocupa na relação mãe-criança? Trata-se de questões que não estão presentes somente no *Seminário 4*, mas sempre que Lacan faz alguma referência à criança.

O texto em que essas questões são apresentadas de forma mais clara é “Nota sobre a criança” (1969), no qual Lacan afirma que a criança pode estar em posição de objeto do fantasma materno, ou de representante da verdade do par familiar. Como não considerar a importância dessa referência em nossa prática clínica com crianças?

Sabemos que criança é, como o adulto, um sujeito analisável e que, nesse sentido, não se analisa a criança ou o adulto, a análise é do sujeito. Como afirma Robert Lefort, “não há especificidade na análise de crianças. A estrutura, o significante e a relação com o Outro não concernem de maneira diferente à criança e ao adulto.”¹³ De fato, à clínica interessa o sujeito e sua posição particular, seja esse sujeito um adulto ou uma criança.

Nesse sentido, não pretendemos descartar a importância da posição singular de uma criança como a via na qual sua análise deve caminhar, mas incluir a reflexão sobre a posição que a criança ocupa em uma determinada estrutura familiar, como um dos elementos a ser considerado

¹² LACAN, Jacques. *Seminário 4*, op. cit.

¹³ Introdução à jornada de estudos do CEREDA. In: MILLER, Judith (Org.). *A criança no discurso analítico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991. p. 13.

no contexto da clínica – tanto no diagnóstico como no manejo clínico.

Essa inclusão nos coloca diante de um ponto de tensão recorrente na psicanálise de crianças, do qual iremos nos ocupar no decorrer deste livro: em que medida as determinações do que se passa com a criança dizem respeito à singularidade de sua posição como sujeito e em que medida elas são uma resposta ao que se passa na estrutura familiar?

Todo o problema desse questionamento parece estar no ponto em que considerar as determinações do lado da estrutura familiar implica desconsiderar o sujeito e sua resposta singular a essa estrutura. Ocorre-nos então a seguinte questão: levar em conta essas determinações é *necessariamente* desconsiderar o sujeito? O desafio que mobiliza este trabalho é o de mostrar que a resposta é *não*. E a questão que nos serve de guia é: como, então, considerar essas determinações no contexto da clínica psicanalítica com crianças?

A teoria do Édipo, enquanto teoria sobre a constituição do sujeito, aplica-se à investigação de nossa questão na medida em que permite situar as duas vertentes do problema: de um lado, a que considera que a posição do sujeito é absolutamente singular; e de outro, a que considera que essa posição singular se define na particularidade de uma estrutura, cuja sustentação depende do suporte concreto de um pai e uma mãe. É nesse sentido que o complexo de Édipo consiste na principal referência teórica de nosso livro.

Dessa forma, dedicamos a primeira parte do livro às teorias do complexo de Édipo em Freud e Lacan. No primeiro capítulo da parte I, **Freud com Lacan**, procuramos fazer uma apresentação da teoria do Édipo em Freud, marcada pelas contribuições posteriores de Lacan à teoria freudiana; o segundo capítulo, **Lacan com Freud**, consiste em uma retomada da teoria do Édipo em Lacan, a partir de Freud; e finalmente, no quarto capítulo, **Lacan com Lacan**, apresentamos uma proposta de leitura da teoria do Édipo, que procura levar em

consideração os desenvolvimentos teóricos mais recentes do próprio Lacan.

Nesse percurso, consideramos importante retomar o tema das estruturas clínicas, na medida em que entendemos que esse é um ponto importante de articulação da teoria do Édipo à clínica psicanalítica, ao mesmo tempo em que coloca inúmeras questões à prática clínica com crianças. Podemos afirmar que o complexo de Édipo é o que determina a estruturação clínica do lado da neurose, da psicose ou da perversão? Em que momento se pode afirmar que uma estrutura clínica está decidida?

A segunda parte de nosso livro trata dos temas da maternidade e paternidade e sua relação com as funções que estão na base de sustentação do Édipo. Que importância têm aqueles que geram a criança para o exercício dessas funções, no interior de cada estrutura familiar?

Finalmente, a terceira parte é dedicada à discussão da clínica e sua articulação com a teoria (a partir do clássico caso freudiano do pequeno Hans), na qual pretendemos mostrar a importância clínica de uma reflexão que considere a criança e sua resposta singular à estrutura na qual se constitui sem, entretanto, deixar de lado a importância da posição da criança no interior dessa estrutura.

PARTE I

O COMPLEXO DE ÉDIPO

A importância da revelação do inconsciente é a amnésia infantil, que incide sobre o quê? Sobre a existência dos desejos infantis pela mãe e sobre o fato de esses desejos serem recalcados. E não apenas eles são reprimidos, como se esquece que esses desejos são primordiais. E não apenas são primordiais, como estão sempre presentes. Foi daí que partiu a análise e é a partir daí que se articula um certo número de indagações clínicas.

Jacques Lacan

1. FREUD COM LACAN

Em extensão sempre crescente, o complexo de Édipo revela sua importância como o fenômeno central do período sexual da primeira infância.

Sigmund Freud¹

¹ FREUD, Sigmund. A dissolução do complexo de Édipo (1924). In: *Obras completas*, op. cit., v. XIX, p. 217.

O complexo de Édipo é um conceito que atravessa toda a obra freudiana (de 1897 a 1938). Aparece pela primeira vez em carta a Fliess de 15 de outubro de 1897, na qual Freud afirma: “Descobri, também em meu próprio caso, o fenômeno de me apaixonar por mamãe e ter ciúme de papai, e agora o considero um acontecimento universal do início da infância (...). Se assim for, podemos entender o poder de atração de Oedipus Rex, a despeito de todas as objeções que a razão levanta contra a pressuposição do destino (...). A lenda grega capta uma compulsão que todos reconhecem, pois cada um pressente sua existência em si mesmo. Cada pessoa da plateia foi, um dia, um Édipo em potencial na fantasia, e cada uma recua, horrorizada, diante da realização de sonho ali transplantada para a realidade, com toda a carga de recalçamento que separa seu estado infantil do estado atual.”²

As relações de amor e ódio que a criança estabelece com as figuras parentais constituem um acontecimento universal do início da infância e, segundo Freud, são a base para a ordenação de todo o campo da sexualidade humana.

Foi nos “Três ensaios sobre a sexualidade” (1905)³ que Freud definiu esse campo, de uma forma absolutamente revolucionária para

² MASSON, Jeffrey Moussaieff (Ed.). *A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess (1887-1904)*. Rio de Janeiro: Imago, 1986, p. 273.

³ FREUD, Sigmund. In: *Obras completas*, op. cit., v. VII.

sua época. Para ele, a sexualidade não é uma manifestação própria da puberdade, ligada exclusivamente aos fins biológicos da reprodução, ela é despertada na infância.

Segundo Freud, o corpo da criança é um corpo erógeno no qual a mãe, por meio de seus cuidados, marca determinados pontos como zonas de obtenção de prazer. A princípio, qualquer região do corpo pode proporcionar esse prazer à criança, tornando-se, assim, uma zona erógena. Mas há regiões que parecem predestinadas a tornarem-se zonas erógenas devido à importância que adquirem para a criança ao longo de seu desenvolvimento: a boca, o ânus e, finalmente, os genitais.

É, portanto, por meio desse contato inicial com a mãe, marcado pela experiência de satisfação das necessidades, que o corpo da criança se torna fonte de prazer, e é esse prazer que define o campo da sexualidade para Freud.⁴ Nesse sentido, ele afirma que “(...) de início, a atividade sexual se liga a funções que atendem à finalidade de autopreservação e não se torna independente dela senão mais tarde.”⁵

Não sendo seus fins, necessariamente, os da procriação, e porque seu objeto admite inúmeras variações, assim como são muitas as zonas erógenas do corpo, Freud define a sexualidade infantil como *perverso-polimorfa*.

Segundo ele, são três as características da sexualidade infantil: “em sua origem ela se liga a uma das funções somáticas vitais; ainda não tem objeto sexual e é, assim, autoerótica; e seu objetivo sexual é dominado por uma zona erógena.”⁶

⁴ Veremos, mais adiante, como Lacan retoma a importância da mãe e de seu contato inicial com a criança para a constituição de um campo que encontra seu apoio na satisfação das necessidades.

⁵ FREUD, Sigmund. Três ensaios sobre a sexualidade (1905). In: *Obras completas*, op. cit., p. 186.

⁶ Idem, ibidem, p. 187.

O conceito que melhor permite compreender a noção freudiana de sexualidade é o conceito de pulsão. Nos “Três ensaios” (1905), Freud define a pulsão da seguinte maneira: “por pulsão deve-se entender provisoriamente o representante psíquico de uma fonte endossomática e contínua de excitação em contraste com um ‘estímulo’, que é estabelecido por excitações *simples*, vindas *de fora*. O conceito de pulsão é assim um dos que se situam na fronteira entre o psíquico e o físico.”⁷

São quatro as características da pulsão:

- 1) possui uma *fonte* somática. Segundo Freud, “a fonte de uma pulsão é um processo de excitação que ocorre num órgão.”⁸
- 2) exerce uma *pressão* no interior do organismo, devido ao acúmulo de tensão oriundo da excitação somática.
- 3) sua *finalidade* é a descarga da tensão, é reduzi-la ao mínimo possível, e não o objeto em si.
- 4) seu *objeto* é portanto contingente, é qualquer objeto que ofereça condição de promover a diminuição de tensão no interior do organismo.

Uma vez que as manifestações pulsionais apoiam-se nas experiências de satisfação, o campo pulsional se ordena, inicialmente, em torno da boca como órgão de excitação e de satisfação (devido à importância da amamentação no contato inicial com a mãe), em seguida do ânus (quando começa a adquirir importância a obtenção do controle esfinteriano) e finalmente dos genitais (com as primeiras manifestações da masturbação infantil).

Segundo Freud, o complexo de Édipo consiste em um momento organizador do desenvolvimento sexual infantil, que tem lugar quando

⁷ Idem, ibidem, p. 171.

⁸ Idem, ibidem.

a região genital adquire importância central no desenvolvimento sexual da criança, durante a fase fálica, por volta dos cinco anos de idade. O complexo de Édipo é, assim, o universal que organiza a sexualidade humana, uma sexualidade que Freud demonstrou ser, antes de mais nada, uma construção.

a. Complexo de Édipo no menino

O primeiro modelo do complexo de Édipo na teoria de Freud é o do menino.

O Édipo da menina mantém-se, durante muito tempo na teoria freudiana, como um enigma. Mesmo na conferência sobre a feminilidade, na qual Freud apresenta a versão do Édipo feminino, ele encerra o texto afirmando que o que tinha a dizer “certamente está incompleto e fragmentário.”⁹

A descrição freudiana do complexo de Édipo baseia-se em três universais, presentes nos primeiros textos de Freud sobre as teorias da sexualidade.

O primeiro, altamente revolucionário em sua época, é o da existência da sexualidade infantil. Uma sexualidade pulsional – que, portanto, não se confunde nem se reduz à genitalidade – descrita em “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (1905), como *perverso-polimorfa*.

Esse primeiro universal, o da sexualidade infantil, leva a um segundo, o de que as crianças elaboram teorias na busca de dar um sentido a essa sexualidade, teorias em relação às quais Freud encontra um importante ponto comum: o desconhecimento da diferença entre os sexos. Um desconhecimento que, como afirma Freud, “consiste em atribuir a todos,

⁹ FREUD, Sigmund. *Obras completas*, op. cit., v. XXII, p. 165.

*inclusive às mulheres, a posse de um pênis.”*¹⁰ A essa teoria sexual infantil ele dá o nome *primazia do falo* ou *premissa fálica*.¹¹

Em terceiro lugar, somando-se à existência de uma sexualidade infantil e de teorias sexuais infantis baseadas na premissa fálica, Freud afirma ser a mãe o primeiro objeto de amor da criança, tanto no caso do menino, como no da menina.

É com base nesses três universais que Freud desenvolve sua teoria sobre o complexo de Édipo, cuja formalização tem início em 1924, com o texto “A dissolução do complexo de Édipo”.

Segundo Freud, o menino manifesta, na fase fálica de seu desenvolvimento,¹² uma atividade sexual masturbatória intensa, levando aqueles que o rodeiam a fazer ameaças de “cortarem” aquele que é seu objeto de prazer e interesse.

Inicialmente, essas ameaças não têm efeito sobre a criança e são simplesmente desconsideradas. Somente a partir da visão dos genitais femininos é que essas ameaças são re-significadas, estabelecendo-se assim, o que Freud chama de *complexo de castração*.

¹⁰ Idem, ibidem, op. cit., v. IX, p. 219.

¹¹ Há ainda duas outras teorias mencionadas por Freud: a de que os bebês nascem pelo ânus e a que considera a relação sexual dos pais como uma relação sádica. São teorias às quais Freud não dá tanta ênfase como à premissa fálica, mas que guardam íntima relação com esta em um aspecto fundamental: a criança formula a teoria a partir de um conflito – gerado, segundo ele, pela impossibilidade que encontra no adulto de responder a suas dúvidas – que é “resolvido” pela teoria na medida em que nega uma parte significativa da realidade (a “dissociação psíquica”).

¹² Precedida pelas fases oral e anal, que Freud situa como fases do desenvolvimento sexual. Caberia aqui a discussão sobre o que faz a constância dessa ordenação no homem. Podemos pensar que Freud ressalta o aspecto do desenvolvimento mas, como já mostramos anteriormente, é dele a afirmação – que será retomada no *Seminário II*, por Lacan – de que a pulsão se apoia na satisfação das necessidades.

É interessante notar que no texto “Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos” (1925), essa relação entre ameaça de castração e visão dos genitais femininos é tratada de forma inversa. Ali, Freud afirma ser a visão dos genitais femininos o que passa a ter a significação da castração, devido à ameaça real sofrida pela criança.

Alguns anos mais tarde, em “Fetichismo” (1927), Freud introduz um novo e importante fator de re-significação para a ameaça de castração: a castração materna.¹³

Essa contradição em relação ao fator determinante da instauração do complexo de castração em Freud, abre ao menos duas possibilidades de compreensão.

Na primeira delas, da qual Freud nunca parece abrir mão completamente, ressalta-se o caráter “maturativo” das diferentes etapas do desenvolvimento, que vão tomando lugar uma após a outra, “(...) tal como os dentes de leite caem quando os permanentes começam a crescer.”¹⁴ Nesse sentido, o Édipo não seria mais que um “(...) fenômeno que é determinado e estabelecido pela hereditariedade e que está fadado a findar de acordo com o programa, ao instalar-se a fase seguinte preordenada de desenvolvimento.”¹⁵ Isso permitiria afirmar que, independentemente do fator em jogo, – se a visão, a ameaça, ou outro qualquer – há um momento em que o complexo de castração deve ocorrer e, quando chega esse momento, algum desses fatores toma importância para a criança.

¹³ Veremos, mais adiante, como Lacan enfatiza a importância da castração materna no segundo tempo do complexo de Édipo.

¹⁴ FREUD, Sigmund. A dissolução do complexo de Édipo (1924). In: *Obras completas*, op. cit., v. XIX, p. 218.

¹⁵ Idem, ibidem.

Embora Freud nunca tenha abandonado completamente esse viés em sua teoria, não devemos deixar de lado uma outra possibilidade de compreensão dessa aparente contradição presente no texto freudiano, na qual tanto o fator externo quanto o aspecto maturativo dependeriam da possibilidade de articulação, pela criança, de certos elementos que permitem ordenar a questão colocada pelo complexo de castração.

Podemos notar que, em qualquer das três formas como Freud a descreve, a castração – situada imaginariamente como a falta de pênis – é inicialmente negada e, *em um determinado momento*, *re-significada* pela criança como tal.

Para Freud, ainda que a criança seja ameaçada, ainda que veja os genitais femininos – de outra criança ou da mãe – há um momento no qual a ameaça ou a visão não adquirem valor de castração. Para que qualquer desses eventos adquira a significação da castração, é necessário um segundo momento, no qual um novo elemento age retroativamente, re-significando tanto a experiência anterior, que havia sido negada, como a experiência presente.

Dessa forma, a castração pode ser pensada como um efeito de significação obtido pela associação de dois elementos, sendo que o segundo, no *après-coup*, oferece à criança condição de re-significação do primeiro. A articulação desses dois elementos produz um efeito de significação da questão da falta enquanto castração. É, portanto, a ordenação da problemática da falta que marca a passagem da premissa fálica ao complexo de castração.

Podemos, então, afirmar que a premissa fálica é uma forma de articulação da questão sexual, na qual a criança encontra a possibilidade de não ter que se confrontar com a problemática da falta, no sentido de que o pênis, enquanto órgão, possa faltar. Tal premissa situa apenas a

presença enquanto possível de ser formulada pela criança, e é por isso que ela faz supor que o pênis esteja presente em *todos* os seres.

O que o complexo de castração põe em evidência, justamente o que é re-significado, é que essa premissa é falsa, uma vez que *há falta*. A criança passa a ter que lidar com a evidência, a partir do complexo de castração, de que há falta, o que para ela passa a indicar que há presença, mas há também ausência. É, pois, com o par presença-ausência que a criança tem de se confrontar a partir da incidência do complexo de castração.

Afirmar que a visão dos genitais femininos re-significa a ameaça real, ou que a ameaça re-significa a visão, ou mesmo que o fator de re-significação seja a castração materna,¹⁶ adquire, assim, menos importância do que a consequência que podemos extrair do conjunto dessas afirmações, ou seja, a de que o complexo de castração apresenta, para a criança, uma dialética até então inexistente: a do par presença-ausência.¹⁷ Trata-se de uma dialética que é introduzida sobre uma questão que, nesse momento, não é apenas de central interesse para a criança, mas também fundamentalmente organizadora de seu mundo.¹⁸

A *premissa fálica* é uma teoria infantil que permite lidar com a questão sexual de uma única maneira: pênis = presença. Por meio

¹⁶ Que, para Freud, é equivalente, como ele mostra no texto sobre o fetichismo, à visão dos genitais da mãe.

¹⁷ Inexistente no sentido de sua articulação à questão sexual (que é a articulação privilegiada pela teoria freudiana do Édipo), uma vez que, como veremos mais adiante com Lacan, o par presença-ausência está sendo articulado e dialetizado pela criança desde o nascimento.

¹⁸ Trataremos, mais adiante, do caso do pequeno Hans, no qual nota-se claramente como a questão da presença ou ausência de pênis nos seres vivos é o que, durante muito tempo, organiza sua relação com o mundo que o cerca.

dessa teoria, torna-se possível lidar com a sexualidade deixando fora seu elemento mais complexo e, ao mesmo tempo, mais intrínseco: o problema da falta.

A partir da instauração do *complexo de castração*, isso já não é mais possível, a criança passa a ter que se confrontar com a falta, já que passa a conceber a ideia de que um pênis é algo que pode faltar. Ou seja, pênis = presença *ou* ausência.

Confrontar-se com essa questão exige da criança, necessariamente, um posicionamento. É nesse posicionamento que está a saída do complexo de Édipo.

A criança pode, como faz o menino, abandonar a atividade masturbatória e afastar-se de seu objeto de amor – a mãe – supondo que essa seja a forma de preservar seu pênis.

Como afirma Freud em “Dissolução do complexo de Édipo” (1924), “se a satisfação do amor no campo do complexo do Édipo deve custar à criança o pênis, está fadado a surgir um conflito entre seu interesse narcísico nessa parte de seu corpo e a catexia libidinal de seus objetos parentais. Nesse conflito, triunfa, normalmente, a primeira dessas forças: o ego da criança volta as costas ao complexo de Édipo.”¹⁹ Dessa forma, o complexo de castração constitui o elemento decisivo para a solução do complexo de Édipo no menino.

Essa solução oferece, ao menino, condição de identificar-se ao pai – pois tendo preservado o pênis da castração, pode supor ser aquele que, como o pai, tem o falo – e tem como consequência a formação do superego. Segundo Freud, “as catexias de objeto são abandonadas e substituídas por identificações. A autoridade do pai ou dos pais é introjetada no ego e aí forma o núcleo do superego, que assume a severidade do pai e perpetua a proibição deste contra o

¹⁹ FREUD, Sigmund. *Obras completas*, op. cit., v. XIX, p. 221.

incesto, defendendo assim o ego do retorno da catexia libidinal. As catexias libidinais pertencentes ao complexo de Édipo são em parte dessexualizadas e sublimadas (o que provavelmente acontece com toda transformação em uma identificação) e em parte são inibidas em seu objetivo e transformadas em impulsos de afeição. Todo o processo, por um lado, preservou o órgão genital – afastou o perigo de sua perda – e, por outro, paralisou-o – removeu sua função. Esse processo introduz o período de latência, que agora interrompe o desenvolvimento sexual da criança.”²⁰

O período de latência, ao final do Édipo, é o momento em que há um redirecionamento da libido que, dessexualizada e sublimada, permite que a criança dirija seu interesse a atividades socializantes. É esse redirecionamento da libido que atesta, segundo Freud, a passagem (que podemos chamar “mítica”) do homem perverso-polimorfo ao ser de cultura, uma passagem que é marcada em “Totem e tabu” (1913) pela instauração da lei da interdição do incesto, como veremos adiante.

b. Complexo de Édipo na menina

Desde os primeiros trabalhos de Freud sobre o complexo de Édipo, o percurso da menina na construção da feminilidade aparece como um enigma.

A aplicação direta do modelo masculino ao feminino não se faz sem uma série de dificuldades. Como entender a presença do pai no Édipo feminino, se a mãe é também o primeiro objeto de amor da menina? Se, durante a fase marcada pela primazia fálica, o clitóris é considerado o equivalente a um pequeno pênis, o que levaria à passagem do clitóris à vagina como órgão de interesse e satisfação sexual?

²⁰ Idem, ibidem.

É somente alguns anos depois de sua primeira formulação do Édipo masculino, que Freud começa a esboçar uma solução para a compreensão do Édipo feminino, rejeitando a expressão “complexo de Electra”²¹ e afirmando ter abandonado “(...) qualquer expectativa quanto a um paralelismo nítido entre o desenvolvimento sexual masculino e feminino.”²²

Segundo Freud, o Édipo feminino apresenta “um problema a mais que nos meninos.”²³ A menina tem de passar por uma mudança de objeto e outra de zona erógena enquanto, para o menino, ambos se mantêm.

É para contemplar essas duas mudanças que, nos textos “Sexualidade feminina” (1931) e “Feminilidade” (1932), Freud divide o Édipo feminino em duas etapas. A primeira, na qual a mãe é o objeto de amor e o clitóris a zona erógena, consiste em uma etapa pré-edipiana, comparável ao Édipo masculino. A fase positiva do Édipo feminino toma lugar em um segundo momento, no qual o pai passa a ser o objeto de amor e a vagina, a zona erógena.

Mas a falta de paralelismo entre os complexos de Édipo da menina e do menino não se limita a esse ponto. Há também o fato de que, por uma questão anatômica, a incidência do complexo de castração não pode ser considerada a mesma para meninas e meninos.

Para a menina, a castração não pode estar ligada ao temor da perda do pênis, como no caso do menino, pois ela já não o tem. Nela, o temor é substituído pela constatação: a de ter sido feita sem o objeto que tanto valoriza. A ênfase de Freud recai sobre a decepção da menina, a decepção de ter sido feita sem o pênis. Daí Freud afirmar ser a *Penisneid*, ou inveja do pênis, o efeito do complexo de castração na mulher.

²¹ Idem, ibidem, v. XXI, p. 263.

²² Idem, ibidem, v. XXI, p. 260.

²³ Idem, ibidem, v. XIX, p. 312.

Essa decepção leva a menina ao abandono da mãe enquanto objeto de amor, uma vez que é a ela que a menina atribui a responsabilidade por ter sido feita sem o objeto valorizado. É dessa forma que Freud justifica a animosidade frequentemente presente nas relações das mulheres com suas mães.

Tendo abandonado a mãe, abre-se para a menina a possibilidade da passagem ao pai como objeto de amor. O pai passa, nesse momento, a ser aquele de quem a menina espera obter bebês, substitutos simbólicos de seu pênis ausente. Em “Feminilidade” (1931), Freud afirma que “o desejo que leva a menina a voltar-se para seu pai é, sem dúvida, originalmente o desejo de possuir o pênis que a mãe lhe recusou e que agora espera obter de seu pai. No entanto, a situação feminina só se estabelece se o desejo do pênis for substituído pelo desejo de um bebê, isto é, se um bebê assume o lugar do pênis, consoante uma primitiva equivalência simbólica.”²⁴

Assim, enquanto no caso do menino, o complexo de castração é o que provoca a saída do complexo de Édipo (pela angústia de castração), no caso da menina, a castração e a inveja do pênis têm, ao contrário, o efeito de colocá-la no Édipo.

Mas se o complexo de castração é o responsável pela entrada da menina no complexo de Édipo, sua saída e sua resolução permanecem bastante enigmáticas. Para Freud, não havendo na menina o temor da castração, “(...) cai também um motivo poderoso para o estabelecimento de um superego e para a interrupção da organização genital infantil.”²⁵ De fato, se o temor da castração é o temor da perda do pênis e se esse temor é o que leva à saída do Édipo, como definir a saída feminina?

A hipótese de Freud, desde 1924, (e que parece ter se mantido inalterada nos textos posteriores), é de que a dissolução do Édipo feminino consistiria em um abandono gradativo, devido à impossibilidade de

²⁴ Idem, ibidem, v. XXII, p. 157-158.

²⁵ Idem, ibidem, v. XIX, p. 223.

realização do desejo edipiano: “(...) em minha experiência, raramente ele vai além de assumir o lugar da mãe e adotar uma atitude feminina para com o pai. A renúncia ao pênis não é tolerada pela menina sem alguma tentativa de compensação. Ela desliza – ao longo da linha de uma equação simbólica, poder-se-ia dizer – do pênis para um bebê. Seu complexo de Édipo culmina em um desejo, mantido por muito tempo, de receber do pai um bebê como presente – dar-lhe um filho. Tem-se a impressão de que o complexo de Édipo é, então, gradativamente abandonado, uma vez que esse desejo jamais se realiza. Os dois desejos – possuir um pênis e um filho – permanecem fortemente catexizados no inconsciente e ajudam a preparar a criatura do sexo feminino para seu papel posterior.”²⁶ Para Freud, é, portanto, na maternidade que está a possibilidade de solução do Édipo feminino,²⁷ uma solução na qual o temor da perda, elemento fundamental para a solução do Édipo masculino, está ausente.

Podemos notar, entretanto, que essa referência ao temor da perda está presente, no caso da menina, em uma outra perspectiva. Nesse mesmo texto de 1924, Freud afirma que a menina não teme a perda do pênis, como o menino, mas teme a perda do amor. “Nela, muito mais que no menino, essas mudanças [o estabelecimento de um superego e a interrupção da organização genital infantil] parecem ser resultado da criação e de intimidação oriunda do exterior, as quais a ameaçam com uma *perda de amor*.”²⁸

²⁶ Idem, ibidem, v. XIX, p. 223-224.

²⁷ A saída que alinha a posição feminina à maternidade, entretanto, não é a única apontada por Freud. Em “Sexualidade feminina” (1931), ele menciona duas outras saídas possíveis para o Édipo feminino. Na primeira, a castração incidiria sobre a menina como uma deficiência insuportável, levando-a ao total abandono da atividade sexual. Na segunda, a menina manteria a fantasia e a esperança de possuir um pênis como os homens, adquirindo, assim, um “complexo de masculinidade”.

²⁸ FREUD, Sigmund. *Obras completas*, op. cit., v. XIX, p. 223.

Esse temor permite relacionar o complexo de castração à iminência de uma perda, também no caso da menina. Se Freud ressalta o temor da perda somente no caso do menino, é talvez por marcar a importância do pênis como o objeto sobre o qual incide a castração o que, embora seja muito esclarecedor sob alguns aspectos, nunca permite separar completamente a questão anatômica do problema da identidade sexual.

Na saída normal do Édipo feminino, o que Freud enfatiza é uma certa equivalência entre maternidade e feminilidade, deixando quase sem solução o problema do surgimento do superego feminino e das identificações na mulher. A castração, não tendo sido uma ameaça nem uma imposição que gera temor, teria uma eficácia frágil na formação do superego feminino e, conseqüentemente, na inserção da menina na cultura. É nesse sentido que podemos compreender uma descrição da mulher como a que aparece em “Algumas consequências psíquicas” (1925), em que Freud afirma que o efeito dessa dificuldade em relação à dissolução do Édipo feminino é que “(...) para as mulheres, o nível daquilo que é eticamente normal é diferente do que ele é nos homens. Seu superego nunca é tão inexorável, tão impessoal, tão independente de suas origens emocionais como exigimos que o seja nos homens. Os traços de caráter que críticos de todas as épocas erigiram contra as mulheres – que demonstram menor senso de justiça que os homens, que estão menos aptas a submeter-se às grandes exigências da vida, que são mais amiúde influenciadas em seus julgamentos por sentimentos de afeição ou hostilidade – todos eles seriam amplamente explicados pela modificação na formação de seu superego que acima inferimos.”²⁹

É, portanto, somente no caso do complexo de Édipo do menino que a passagem do pulsional à cultura (evidenciada pelos efeitos da interdição do incesto decorrentes do complexo de castração) aparece de forma clara, permanecendo essa mesma passagem um tanto obscura no caso da mulher.

²⁹ Idem, ibidem, v. XIX, p. 320.

2. LACAN COM FREUD

O que o inconsciente revela, no princípio, é, acima de tudo, o complexo de Édipo.

Jacques Lacan¹

¹ LACAN, Jacques. *Seminário 5*, op. cit., p. 167.

Na obra de Lacan, é comum que a apresentação de conceitos freudianos não seja apenas uma retomada da teoria de Freud, consistindo antes no que podemos chamar uma releitura. Ao mesmo tempo em que se mantém um rigoroso leitor de Freud, Lacan destaca certos aspectos da teoria e os desenvolve de tal maneira que o resultado é, aparentemente, uma nova teoria.

É o que acontece com o complexo de Édipo. Não se pode negar que as marcas de Freud estão presentes ao longo de toda a apresentação teórica que Lacan faz do complexo de Édipo no *Seminário 5*. O Édipo consiste, tanto na obra de Freud como na de Lacan, na relação inicial que a criança estabelece com a mãe, e na interdição que recai sobre essa relação – o complexo de castração. A própria forma como Lacan introduz o tema do complexo de Édipo no *Seminário 5* situa-o claramente na trilha de Freud. Segundo ele, “o que o inconsciente revela, no princípio, é, acima de tudo, o complexo de Édipo. A importância da revelação do inconsciente é a amnésia infantil, que incide sobre o que? Sobre a existência dos desejos infantis pela mãe e sobre o fato de esses desejos serem recalcados. E não apenas eles são reprimidos, como se esquece que esses desejos são primordiais. E não apenas são primordiais, como estão sempre presentes. Foi daí que partiu a análise e é a partir daí que se articula um certo número de indagações clínicas.”²

² Idem, ibidem.

Mas enquanto Freud relaciona o complexo de castração à questão anatômica, Lacan destaca a importância de sua articulação à função simbólica do pai, definindo-a como o eixo central da problemática edípica.

Não se trata, porém, de um distanciamento entre as duas teorias. O que Lacan faz, ao articular o complexo de Édipo com a função simbólica do pai, é dar maior precisão teórica à interdição que recai sobre o desejo incestuoso da criança pela mãe. E, para fazê-lo, procede de três formas:

1) desloca o pai da função que tinha em Freud – como figura de identificação do menino e como objeto de amor na menina, ao final do Édipo – e o traz para o centro da questão edípica. Para Lacan, “a função do pai tem seu lugar, um lugar bastante grande, na história da análise. Está no centro da questão do Édipo, e é aí que vocês a veem presentificada.”³

2) propõe pensar a constituição do sujeito no interior da estrutura edípica precocemente e em três tempos lógicos, os quais define da seguinte maneira: “Nos esquemas que proponho a vocês e que são extraídos do sumo da experiência, procuro produzir tempos. Eles não são, forçosamente, tempos cronológicos, mas isso não vem ao caso, já que também os tempos lógicos só podem desenrolar-se numa certa sucessão.”⁴ O que os tempos lógicos indicam não é, portanto, uma ordem de desenvolvimento ou uma temporalidade cronológica (que obviamente não devem ser desconsiderados), mas a necessidade de uma certa disposição dos elementos em cada tempo para que o tempo seguinte ocorra.⁵

3) distingue as vertentes *simbólica* e *imaginária* da castração, oferecendo condições de estabelecer uma relação mais clara entre o dado anatômico e seu valor simbólico para o sujeito.

³ Idem, *ibidem*, p. 166-167.

⁴ Idem, *ibidem*, p. 205.

⁵ E, inversamente, a impossibilidade de uma certa disposição dos elementos no tempo seguinte, quando uma certa forma de ordenação desses mesmos elementos não tomou lugar no tempo anterior.

A seguir, procuraremos descrever esses três tempos tal como Lacan os apresenta em seu *Seminário 5*: as formações do inconsciente, de 1957-1958.

a. O primeiro tempo do Édipo

O tema do Édipo, em Lacan, é indissociável de sua teoria sobre o *estádio do espelho*. Isso porque, é a partir da alienação fundamental inicial no Outro materno, como espelho, que o primeiro tempo do Édipo em Lacan pode ser pensado.

No texto “O estágio do espelho como formador da função do eu tal como nos é revelada na experiência psicanalítica” (1949),⁶ Lacan procura descrever, por meio do conceito de *estádio do espelho*, como é possível a um bebê, que chega ao mundo como um “pedaço de carne”, desprovido de uma unidade corporal – inclusive no aspecto motor – estabelecer uma imagem de seu próprio corpo como uma unidade.

A partir da concepção freudiana de que o eu é, antes de mais nada, um eu corporal,⁷ Lacan estabelece um paralelo entre a formação do eu – a partir de uma relação especular com o Outro materno – e a conquista da unificação da imagem do corpo. O estágio do espelho corresponderia assim à “ação psíquica”, mencionada por Freud no texto “Sobre o narcisismo” (1914),⁸ determinante da passagem do autoerotismo (no qual as pulsões atuam de forma dispersa, não havendo ainda um eu constituído) ao narcisismo.

Para Lacan, como para Freud, essa experiência do corpo próprio como unidade é o resultado de uma construção, que só é possível na

⁶ LACAN, Jacques. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. p. 96.

⁷ FREUD, Sigmund. O ego e o id (1923). In: *Obras completas*, op. cit., v. XIX, p. 40.

⁸ Idem. *Obras completas*, op. cit., v. XIV, p. 93.

relação com o outro. Mais especificamente, com esse outro a que Lacan chamou o Outro materno.

Lacan, como Freud, ressalta o papel da mãe como aquela que, na relação com a criança, oferece algo além da simples satisfação das necessidades. A mãe ocupa-se da criança nomeando-a, significando seus gestos, seus choros e, por meio desse contexto marcadamente simbólico, fornece à criança uma determinada imagem de si mesma.

É dessa forma que a mãe, como metáfora do espelho, fornece à criança o ponto de partida para uma primeira e rudimentar identificação. Por isso, Lacan afirma que o estágio do espelho deve ser compreendido “(...) *como uma identificação*, no sentido pleno que a análise atribui a esse termo, ou seja, a transformação produzida no sujeito quando ele assume uma imagem.”⁹

O *estádio do espelho* define-se como “(...) um drama cujo impulso interno precipita-se da insuficiência para a antecipação – e que fabrica para o sujeito, apanhado no engodo da identificação espacial, as fantasias que se sucedem desde uma imagem despedaçada do corpo até uma forma de sua totalidade que chamaremos de ortopédica – e para a armadura, enfim, assumida de uma identidade alienante, que marcará com sua estrutura rígida todo o seu desenvolvimento mental.”¹⁰ O *estádio do espelho* consiste nessa passagem que faz de uma imagem despedaçada do corpo, uma unidade – que Lacan denomina “ortopédica”.

No *Seminário 5*, Lacan define o *estádio do espelho* da seguinte maneira: “O estágio do espelho é o encontro do sujeito com aquilo que é propriamente uma realidade e, ao mesmo tempo, não o é, ou seja, com uma imagem virtual, que desempenha um papel decisivo numa certa cristalização do sujeito (...). Coloco isso em paralelo com o que se produz entre a criança e a mãe. Grosso modo, é disso mesmo que se trata. A criança conquista aí o ponto de apoio dessa coisa no limite da

⁹ LACAN, Jacques. O estágio do espelho como formador da função do eu tal como nos é revelada na experiência analítica. In: *Escritos*, op. cit., p. 97.

¹⁰ Idem, *Escritos*, op. cit., p. 100.

realidade, que se apresenta para ela de maneira perceptiva, mas que, por outro lado, podemos chamar de uma imagem (...).”¹¹

Essa conquista da imagem do corpo próprio como unidade, a partir da alienação no Outro materno como espelho, é o eixo a partir do qual entendemos ser possível situar o primeiro tempo do Édipo em Lacan.

Como ele afirma no *Seminário 5*, “a primeira relação de realidade desenha-se entre a mãe e o filho, e é aí que a criança experimenta as primeiras realidades de seu contato com o meio vivo.”¹² É dessa primeira relação de realidade, vivida pela criança a partir da mãe, que se trata no primeiro tempo do Édipo. É, então, a função da mãe que está em evidência no primeiro tempo, da mãe enquanto aquela que se ocupa dos cuidados básicos com a criança desde o nascimento. Tanto para Lacan, como para Freud, o que a mãe transmite à criança por meio desses cuidados ultrapassa a ordem da satisfação das necessidades.

Desde os primeiros minutos de vida, o bebê reage ao desprazer e ao desconforto com o choro. A mãe é aquela que “traduz” esse choro, que o “decodifica”, e isso é essencial para a sobrevivência da criança. A criança receberá o seio, na medida em que a mãe puder traduzir seu choro como fome; a criança será embalada, sempre que a mãe interpretar seu choro como sono. O desconforto que o bebê sente transforma-se em grito ao qual a mãe responde a partir da significação que atribui a esse grito.

Se a resposta dada pela mãe é satisfatória, a criança se acalma. Se não é, exige da criança um novo grito, que passa necessariamente mais uma vez pela mãe, a qual, dando-lhe nova significação, irá ou não satisfazer a criança, acalmando-a ou levando-a a um novo grito, e assim por diante.

Dessa forma, o que se estabelece inicialmente entre mãe-criança, é uma relação na qual a criança encontra-se em posição de completo

¹¹ Idem, *Seminário 5*, op. cit., p. 233.

¹² Idem, *ibidem*, p. 186.

assujeitamento ao Outro materno, pois a satisfação de suas necessidades depende completamente da forma como seu grito é recebido e significado pela mãe. Não há, nessa etapa, satisfação que não passe pela significação atribuída a seu grito pelo Outro materno.

Tal é o assujeitamento da criança ao Outro materno no primeiro tempo que, no *Seminário 5*, Lacan a define como um *assujeito*: “pois bem, digo que a criança se esboça como *assujeito*. Trata-se de um assujeito porque, a princípio, ela se experimenta e se sente como profundamente assujeitada ao capricho daquele de quem depende, mesmo que esse capricho seja um capricho articulado.”¹³

É esse assujeitamento da criança ao capricho do Outro materno que faz com que, inversamente, e na mesma medida, a mãe seja, do ponto de vista da criança, uma mãe onipotente. Onipotente, porque toda satisfação que a criança reclama depende dela, de suas vontades, de seus caprichos, da forma como ela vai interpretar seu grito, seu choro. É nesse sentido que Lacan afirma que “(...) a estrutura da onipotência não está, contrariamente ao que se acredita, no sujeito, mas na mãe, isto é, no Outro primitivo. É o Outro quem é todo-poderoso.”¹⁴ O Outro é todo-poderoso porque é dele que depende a satisfação da criança.

Essa dependência e assujeitamento da criança à onipotência do Outro materno pode, ao nosso ver, ser articulada ao que Lacan denomina, no *Seminário 4*, o *dom*¹⁵ materno. Isso porque a forma como Lacan

¹³ Idem, *ibidem*, p. 195.

¹⁴ Idem, *Seminário 4*, op. cit., p. 171.

¹⁵ Vale ressaltar que Lacan utiliza-se deste termo no *Seminário 4* de uma maneira distinta da que estamos propondo aqui. Tomamos emprestado esse termo, retirando-o do contexto em que aparece no *Seminário 4*, apenas na medida em que ele parece melhor responder à necessidade de explicar a relação da criança com o objeto em um tempo em que não se poderia, apropriadamente, falar em relação objetal.

define o *dom* permite fazer uma hipótese sobre a relação da criança com o objeto de satisfação que provém do Outro em uma etapa muito precoce, quando ainda não é possível conceber a relação de objeto como tal.¹⁶ Sendo o Outro onipotente e a criança um assujeito, a noção de *dom* nos parece ser a que melhor define o estatuto do objeto que provém do Outro nessa etapa.

Para Lacan, o dom está relacionado à satisfação que o Outro materno dá ou recusa. Sendo a mãe um Outro onipotente, a criança só pode interpretar a satisfação como o dom materno e a ausência da satisfação como a recusa do dom.

O que nos parece fundamental na denominação do objeto de satisfação como o dom é que ele seja o objeto que a criança supõe que a mãe tem, suposição sustentada pela ilusão da onipotência do Outro materno no primeiro tempo do Édipo. De um Outro onipotente, a criança não pode esperar senão a potência da satisfação.

Assim, entendemos que só é possível à criança relacionar-se com o objeto de satisfação que provém do Outro onipotente – e que, portanto, ainda não tem consistência enquanto objeto que possa faltar – se esse objeto de satisfação for definido como o dom materno.

A essa dialética do dom, Lacan articula, no *Seminário 4*, a noção da falta como *frustração*. Segundo Lacan, a frustração está na base de toda relação mãe-criança, na medida em que “o objeto da frustração é menos o objeto que o dom.”¹⁷

Para Lacan, portanto, “(...) o momento da frustração é um momento evanescente.”¹⁸ É evanescente porque o objeto só tem consistência como

¹⁶ A relação de objeto tal como Lacan a define no *Seminário 4*, o objeto sendo considerado aquele que é fundamentalmente faltante, no sentido que “o objeto não tem instância, nem entra em função, senão com relação à falta.” (p. 167).

¹⁷ LACAN, Jacques. *Seminário 4*, op. cit., p. 101.

¹⁸ Idem, *ibidem*.

dom; se a criança é frustrada, se o objeto falta, o que lhe é possível articular dessa falta é a recusa do dom pelo Outro (e não a falta desse objeto). É porque fica elidido, no primeiro tempo, o registro da falta, que podemos supor tanto a onipotência do Outro, como a dimensão de dom do objeto e, conseqüentemente, uma relação da criança com esse Outro e com o objeto marcadamente determinado pelo prisma da frustração.

Vale ressaltar que estamos considerando a frustração *tal como ela é vivida originalmente*, como afirma Lacan no *Seminário 4*. Seu objeto sendo menos um objeto já constituído – “na medida em que ela ainda está afastada do simbólico”¹⁹ – que o dom. Trata-se, para Lacan, do momento da “origem da dialética da frustração.”²⁰

Lacan considera que “a frustração, tal como é vivida originalmente, só tem importância e interesse na medida em que desemboca num ou noutro dos dois planos (...): castração ou privação.”²¹ Esses dois planos, como veremos adiante, não são concebíveis senão no segundo tempo do Édipo.

No primeiro tempo, a mãe é, portanto, a potência da satisfação da criança, tanto mais quanto maior é o assujeitamento da criança à mãe. É esse assujeitamento que faz da mãe um Outro onipotente, que tem e dá ou recusa, mas que, inquestionavelmente, tem para dar.

Vale lembrar que essa figura da mãe enquanto um Outro onipotente, do início do complexo de Édipo, também pode ser encontrada no texto freudiano. Segundo Freud, quando a criança encontra-se sob a primazia do falo, ela não apenas supõe que todos os seres são providos de pênis

¹⁹ Idem, *ibidem*.

²⁰ Idem, *ibidem*. Considerando-se um sujeito já constituído, faz-se necessário retomar o termo na perspectiva do quadro apresentado por Lacan, no *Seminário 4*, p. 220. A mãe não mais devendo ser situada como um Outro onipotente, mas como a mãe simbólica, aquela que apresenta para a criança a dialética presença-ausência, que enfocaremos mais adiante.

²¹ Idem, *ibidem*, op. cit., p. 100.

– inclusive a mãe – como dá à mãe um destaque especial como suposta detentora do falo. Em “Organização genital infantil” (1923), Freud afirma que “mulheres a quem ela [a criança] respeita, como sua mãe, retêm o pênis por longo tempo.”²²

Quando Freud menciona a recusa (*Verleugnung*) da castração pelo sujeito fetichista, por exemplo, ele afirma ser a castração materna o que o sujeito se recusa a aceitar. No texto de 1927 sobre o fetichismo, Freud afirma que “o fetiche é um substituto do pênis da mulher (da mãe) em que o menininho outrora acreditou e que – por razões que nos são familiares – não deseja abandonar.”²³

Lacan, entretanto, retira a questão da falicidade da mãe do imaginário da suposição de que a mãe seja portadora de um pênis, e desloca-a para a importância do caráter simbólico dessa suposição. Para ele, quando se ressalta o aspecto simbólico, não é o pênis, mas a própria criança, que deve ser tomada como o que ocupa privilegiadamente a posição de falo materno.

É esse o ponto que Lacan vai destacar no *Seminário 4*, baseando-se na concepção freudiana da equivalência simbólica falo-criança: “Freud, por seu lado, nos diz que a mulher tem, dentre suas faltas de objetos essenciais, o falo, e que isso está estreitamente ligado à sua relação com a criança. Por uma simples razão – se a mulher encontra na criança satisfação é, muito precisamente, na medida em que encontra nesta algo que atenua, mais ou menos bem, sua necessidade de falo, algo que a satura.”²⁴

Segundo Lacan, “todo o progresso que pode conhecer a relação aparentemente dual da criança com a mãe é, de fato, marcado por esse

²² FREUD, Sigmund. In: *Obras completas*, op. cit., v. XIX, p. 183.

²³ Idem, *ibidem*, v. XXI, p. 180. Os parênteses são do próprio Freud.

²⁴ LACAN Jacques. *Seminário 4*, op. cit., p. 71.

elemento essencial, do qual a experiência da análise de sujeitos femininos nos dá a certeza, e que é o ponto de referência, o eixo, que Freud manteve com firmeza até o fim, no que diz respeito à sexualidade feminina: a criança só intervém como substituto, compensação, em suma, numa referência, qualquer que seja ela, ao que falta essencialmente à mulher.”²⁵ Trata-se de uma falta fundamental, prossegue Lacan, em relação à qual a criança oferece à mãe uma satisfação “provisoriamente substitutiva”. Para Lacan, portanto, “existe sempre na mãe, ao lado da criança, a exigência do falo que a criança simboliza ou realiza mais ou menos.”²⁶

O fato de ocupar privilegiadamente o lugar de falo para a mãe, introduz a criança num curto-circuito no qual a identificação fálica é, de um lado, o que lhe dá condições de fazer a passagem de um corpo despedaçado a uma unidade do eu; mas, de outro, é também o que mantém a criança em completo assujeitamento diante da onipotência do Outro.

É nesse curto-circuito que se estabelece o que Lacan chama, no *Seminário 5*, uma “identificação primitiva”: “vocês viram em que deslocamento se baseia o que chamaremos, nesta ocasião, de identificação primitiva. Ele consiste na troca que faz o [Eu] do sujeito surgir no lugar da mãe como Outro, enquanto o [Eu] da mãe transforma-se no Outro dele.”²⁷ O grito, que é da criança, encontra no Outro materno sua consistência; consistência que é dada na medida em que a resposta emitida pela mãe torna-se um significado para a criança, adquirindo consistência de Outro dela. Assim, o que daria minimamente consistência à criança como “eu”, está colocado do lado da mãe e suas significações; e o que surge como marca da subjetividade materna, adquire valor de Outro para a criança.

²⁵ Idem, ibidem, p. 247.

²⁶ Idem, ibidem, p. 56.

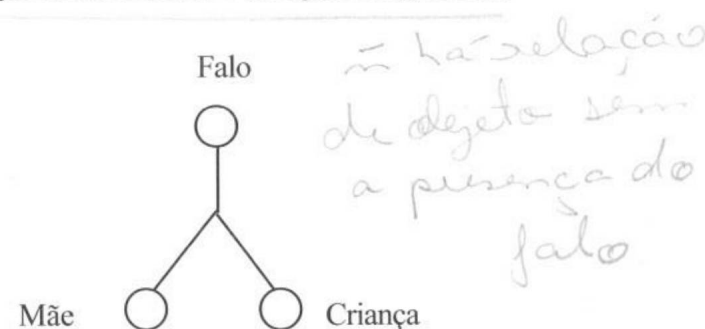
²⁷ Idem, *Seminário 5*, op. cit., p. 208-209.

Trata-se, portanto, de uma “quase indistinção” da criança com o Outro materno, que se expressa pela via identificatória, a criança identificada ao falo materno. É por isso que, segundo Lacan, nessa etapa, “para agradar à mãe (...) é necessário e suficiente ser o falo.”²⁸

Esse é o ponto de partida para o desenvolvimento da noção de relação de objeto por Lacan no *Seminário 4*.

Para Lacan, o falo constitui-se no objeto ao qual o desejo está sempre articulado, o que faz com que não haja relação mãe-criança – porque não há nenhuma relação – na qual esse elemento não esteja presente. Mesmo a relação imaginária, marcada por uma aparente dualidade, definida pelo eixo $a - a'$ ²⁹, não pode ser situada unicamente como uma relação dual.

É assim que Lacan desenha o triângulo imaginário...³⁰



... afirmando que “a noção da relação de objeto é impossível de compreender, e até mesmo de exercer, se não pusermos nela o falo como um elemento, não digo mediador, pois isso seria dar um passo que ainda não demos juntos, mas terceiro.”³¹ A criança entra nessa relação em posição de falo, mas somente porque esse falo, como

²⁸ Idem, ibidem, p. 198.

²⁹ Ver *esquema L*. In: LACAN, Jacques. *Escritos*, op. cit., p. 58. Esse esquema é citado logo no início do *Seminário 4*, p. 10.

³⁰ Idem, *Seminário 4*, op. cit., p. 28.

³¹ Idem, ibidem.

objeto do desejo materno, já está previamente constituído. A criança ocupa, portanto, um lugar que já está marcado, anteriormente, pelo desejo materno.

Mas a realização dessa exigência fálica possui, entretanto, uma particularidade. Segundo Lacan, “a mãe se apresenta para a criança com a exigência daquilo que lhe falta, a saber, o falo que não tem. Dissemos: esse falo é imaginário. Ele é imaginário para quem? É imaginário para a criança.”³² Se o falo é, em sua essência, um objeto simbólico, e se é na condição de substituto simbólico que a criança ocupa um lugar no desejo materno, como entender essa afirmação de Lacan?

O que Lacan parece marcar aí, é a necessidade de fazer uma distinção entre o estatuto do falo para a mãe e seu estatuto para a criança, no primeiro tempo do Édipo. No caso da criança, afirma Lacan, trata-se do falo imaginário.

Isso pode ser compreendido se pensarmos que, no primeiro tempo, trata-se de uma relação baseada na *ilusão* que a criança tem de ser o falo materno, uma ilusão que só se sustenta como identificação imaginária. É por isso que Lacan afirma que “o sujeito se identifica *especularmente* com aquilo que é objeto de desejo de sua mãe.”³³ A criança, identificada imaginariamente ao objeto do desejo materno, tem a ilusão de ser esse objeto. É nesse sentido que entendemos a afirmação de Lacan, de que no primeiro tempo, a criança é o falo.

Ainda que Lacan afirme que a relação imaginária não deve ser pensada como uma relação dual – e isso também nos parece fundamental para a compreensão do primeiro tempo – ela caracteriza-se por uma *ilusão de dualidade*, e é inclusive baseado no engodo dessa ilusão que se fundam o que Lacan chama as simplificações que ele denuncia em

³² Idem, *ibidem*, p. 266.

³³ Idem, *Seminário 5*, op. cit., p. 198.

algumas teorias psicanalíticas que partem do entendimento da relação sujeito-objeto como uma relação dual.

O que Lacan afirma ser problemático, é tomar essa ilusão como o fato em si, mas ele não deixa de afirmar que essa ilusão existe, e que está baseada na alienação e no desconhecimento da criança nessa posição. Como diz Lacan, no *Seminário 4*: “A relação imaginária, que é uma relação essencialmente alienada, interrompe, desacelera, inibe, inverte na maioria das vezes, desconhece profundamente a relação de palavra entre o sujeito e o Outro, o grande Outro (...).”³⁴

É com base nessa alienação, nesse desconhecimento, que a criança ocupa, no primeiro tempo do Édipo, a posição de falo materno. E a base desse desconhecimento é a identificação imaginária ao falo, uma identificação que desconhece o estatuto do falo como elemento terceiro, como elemento simbólico.

É nesse sentido que entendemos a definição de Lacan, no *Seminário 5*, da identificação fálica do primeiro tempo como uma “etapa fálica primitiva”. O termo “primitiva” parece marcar o fato de que é apenas muito precocemente que caberia situar o falo fora de sua dimensão simbólica. É um termo que atende à necessidade lógica de pensá-lo fora de seu estatuto simbólico. A expressão “etapa fálica primitiva” ressalta, a nosso ver, essa particularidade de tratar-se de uma etapa em que a criança, identificada imaginariamente ao falo, tem a ilusão de ser o falo que completa a mãe, sendo possível sustentar a hipótese da existência de um tempo lógico no qual o falo não tem para a criança o estatuto que adquire nos dois tempos seguintes.

Essa ideia da presença do falo como um objeto que ainda não tem seu lugar, que ainda não se constituiu enquanto tal, aparece mais de uma vez no *Seminário 5*. Lacan menciona um momento em que, do

³⁴ Idem, *Seminário 4*, op. cit., p. 10.

mesmo modo que “(...) a constituição do sujeito como eu do discurso ainda não se diferenciou marcadamente”, também o falo, enquanto “(...) objeto metonímico (...) ainda não se constituiu para a criança.”³⁵ Mais adiante, ele afirma: “Sem dúvida, o falo, na medida em que é o objeto imaginário com que a criança tem de se identificar para satisfazer o desejo da mãe, ainda não pode situar-se em seu lugar.”³⁶

Dessa forma, podemos entender o complexo de Édipo como o percurso ao longo do qual o objeto adquire seu estatuto simbólico. Para constituir-se enquanto objeto metonímico, para que possa ser situado em seu lugar – no qual adquire o estatuto de objeto simbólico – são necessários seus três tempos lógicos.

Nesse sentido, o primeiro tempo pode ser considerado um tempo de suspensão dessa constituição do falo como objeto simbólico, que depende da articulação do segundo e terceiro tempos. O falo só pode adquirir o estatuto de objeto simbólico para a criança – tal como o próprio Lacan o define no texto de 1958, “A significação do falo”³⁷ – ao final do Édipo.

Entretanto, não se pode esquecer que, para a mãe, o falo é um objeto simbólico já desde o primeiro tempo, desde antes do nascimento de um filho. Ele está, “em potência”, na mãe, desde o início, e esse fato é da maior importância, não apenas para a compreensão do primeiro tempo, mas de tudo o que Lacan articula em relação aos dois tempos seguintes.

A mãe – que, como diz Lacan, já avançou um pouco mais que a criança na vida – é um sujeito para o qual deve ser considerada “(...) a existência, por trás dela, de toda a ordem simbólica de que ela depende, e a qual, como está sempre mais ou menos presente, permite um certo acesso ao objeto de seu desejo, o qual já é um objeto tão específico, tão marcado

³⁵ Idem, *Seminário 5*, op. cit., p. 208.

³⁶ Idem, *ibidem*, p. 234.

³⁷ Idem, In: *Escritos*, op. cit., p. 692.

pela necessidade instaurada pelo sistema simbólico, que é absolutamente impensável quanto à sua prevalência. Esse objeto chama-se falo.”³⁸

Se, no primeiro tempo, o falo constitui-se de uma maneira para a criança e de outra para a mãe, e se ele é para a mãe – como um dos sujeitos que animam a estrutura edípica – um objeto simbólico desde antes do nascimento da criança, então ele deve ser considerado um elemento simbólico preexistente à entrada de cada sujeito no Édipo. Entendemos que essa seja uma das formas de se afirmar a anterioridade lógica da linguagem, do simbólico, à entrada da criança nesse campo. O simbólico é logicamente anterior, simplesmente porque, para a mãe, ele já está dado, mesmo antes do nascimento da criança.

É nesse sentido que podemos entender a afirmação de Lacan, em “Instância da letra” (1957), de que: “(...) a linguagem, com sua estrutura, preexiste à entrada de cada sujeito num momento de seu desenvolvimento mental. (...) O sujeito, se pode parecer servo da linguagem, o é ainda mais de um discurso em cujo movimento universal seu lugar já está inscrito em seu nascimento, nem que seja sob a forma de seu nome próprio.”³⁹ Essa nos parece ser uma das maneiras de afirmar que quando uma criança nasce, a mãe já estabeleceu uma certa relação com o simbólico e com a linguagem, relação que irá marcar a entrada da criança nesse campo. Mas uma coisa é o simbólico como campo preexistente a cada sujeito; outra, é a inscrição do sujeito nesse campo que, como veremos adiante, admite mais de uma particularidade.

Mas se o primeiro tempo do Édipo permite ilustrar a anterioridade lógica da linguagem ao sujeito por meio da posição da mãe como Outro, entendemos que seja possível igualmente situar o que podemos chamar uma anterioridade lógica do pai, cujo lugar está marcado antes mesmo

³⁸ Idem, *Seminário 5*, op. cit., p. 189.

³⁹ Idem, A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud (1957). In: *Escritos*, op. cit., p. 498.

que sua função se torne efetiva para a criança. Isso porque Lacan não deixa de mencionar o pai, já nesse primeiro tempo, mesmo situando o primeiro tempo como uma etapa que se desenha entre mãe e criança. “É para desenhar objetivamente essa situação, que fazemos o pai entrar no triângulo, embora, para a criança, ele ainda não tenha entrado.”⁴⁰

Ainda que não se trate, em relação à função paterna, da presença efetiva do pai no ambiente familiar,⁴¹ sua presença permite ilustrar a particularidade da posição do pai no primeiro tempo do Édipo. Em termos objetivos, ele pode ou não estar presente no ambiente familiar mas, para a criança, tudo se passa como se o pai ainda não tivesse entrado. Sua presença tem, dessa forma, nesse primeiro tempo, a mesma particularidade da presença da linguagem: ela está marcada desde o início, mesmo que ainda não tenha valor efetivo⁴² para a criança.

Para a criança, tudo se passa, no primeiro tempo, como se não houvesse nada além da mãe. Entretanto, a mãe, enquanto um dos suportes da estrutura edípica, é um sujeito para o qual o pai já ocupa um lugar desde o início, e esse é um dado da maior importância.

É nesse sentido que Lacan afirma que a instância paterna é introduzida, inicialmente, de forma velada para a criança, através do Outro materno. Segundo Lacan, “em primeiro lugar, a instância paterna se introduz de uma forma velada, ou que ainda não aparece. Isso não impede que o pai exista na realidade mundana, ou seja, no mundo, em virtude de neste reinar a lei do símbolo.”⁴³ É porque a lei do símbolo reina na realidade mundana que o pai existe desde antes de sua efetividade para cada sujeito.

É por afirmar que o pai é, para a mãe, presença efetiva desde o início e que, para a criança, o pai, esteja ou não presente no ambiente

⁴⁰ Idem, *Seminário 5*, op. cit., p. 186.

⁴¹ Esse ponto será tratado nos itens b e c que se seguem e será retomado mais adiante, no capítulo sobre a paternidade.

⁴² No sentido de valor operatório.

⁴³ LACAN, Jacques. *Seminário 5*, op. cit., p. 200.

familiar, ainda não “entra” no primeiro tempo, que a questão do Édipo em Lacan pode ser pensada como a questão de como a função paterna é transmitida à criança. Nesse sentido, o valor que o complexo de Édipo tem é o da transmissão. A transmissão de um nome – o do pai – que se faz, como veremos a seguir, pelas vias do desejo materno.

Podemos então afirmar que o primeiro tempo possui a característica de ser um tempo de “suspensão”, não apenas da articulação do falo como elemento simbólico, que ordena o campo da linguagem para a criança, mas igualmente da entrada do pai, que ainda não “está” para a criança, mas que já está, em potência, de forma velada, no Outro materno.

O primeiro tempo consiste, assim, em uma etapa altamente estruturante, mas uma etapa que deve ser, segundo Lacan, superada. Os elementos necessários para essa superação estão no segundo tempo, como veremos a seguir.

b. O segundo tempo do Édipo

É no segundo tempo que Lacan situa a saída da criança de seu “acoplamento” com o desejo materno. Por isso, Lacan define-o como um ponto nodal no complexo de Édipo. “A experiência prova que, na medida em que a criança não ultrapassa esse ponto nodal, (...) ela mantém em pauta (...) uma certa forma de identificação com o objeto da mãe.”⁴⁴

Para Lacan, “(...) existe, em termos neutros, uma alternativa entre ser e não ser o falo.”⁴⁵ Essa é a questão que o segundo tempo coloca.

Mas como supor que a identificação imaginária da criança ao falo, sustentada pela ilusão de unidade entre mãe e criança, pode ser superada?

⁴⁴ Idem, *ibidem*, p. 191-192.

⁴⁵ Idem, *ibidem*, p. 192.

Podemos pensar que se a identificação fálica da criança, no primeiro tempo, situa a mãe como possuidora do falo que a criança é, então a quebra da ilusão de ser o falo materno implica, necessariamente, a percepção de que a mãe não é fálica. Se a mãe não tem o falo, é porque a criança não o é.

Esse é o ponto que Lacan considera decisivo para a instauração do segundo tempo do Édipo: a incidência da castração na criança depende de sua incidência enquanto falta no Outro materno. É uma dupla incidência da castração, sendo que a ênfase de Lacan recai sobre a importância da castração materna: “(...) o que é castrado, no caso, não é o sujeito, e sim a mãe.”⁴⁶

Essa ênfase sobre a castração materna como o elemento capaz de introduzir a castração para a criança é fundamental, e há mais de uma maneira de compreendê-la.

Jacques-Alain Miller, em seu comentário sobre o *Seminário 5*,⁴⁷ atribui à castração materna do segundo tempo o sentido de um “acabou” que recai sobre a mãe ou, tomando uma expressão de Lacan, um “não reintegrarás teu produto” dirigido à mãe. Embora o texto de Lacan ressalte em alguns momentos esse aspecto, entendemos que ele tem, entretanto, o inconveniente de apresentar a castração materna como uma intervenção que recai sobre a mãe, não enfatizando, suficientemente, o fato de que seu valor no segundo tempo é o da incidência que tem sobre a criança. Afinal, a mãe, como um dos sujeitos que está na base da estrutura edipiana, já não seria, desde antes do nascimento de um filho, um sujeito marcado pela castração? No momento em que nasce um filho, a mãe já não teria estabelecido uma

⁴⁶ Idem, ibidem, p. 191.

⁴⁷ *Perspectivas do Seminário 5 de Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

determinada relação com o simbólico, no sentido da castração simbólica que opera sobre um sujeito ao final do complexo de Édipo?⁴⁸

Sendo assim, entendemos que seja necessário encontrar uma maneira de situar a castração materna do segundo tempo que não deixe dúvidas de que não se trata de um ato que incide sobre o sujeito que a mãe é. Quando Miller enfatiza o aspecto do “acabou” que recai sobre a mãe, não nos parece claro que a castração materna deve ser situada no segundo tempo como algo cuja incidência tem valor para a criança, e não para a mãe.

Isso porque, mesmo que a marca da castração materna já exista desde antes do nascimento de um filho, vimos que esse não é um dado que a criança tenha condições de apreender no primeiro tempo, quando ela encontra-se em posição de assujeito diante de um Outro fálico-onipotente.

Assim, pensamos que seja possível compreender a castração materna do segundo tempo enfocando-a como o momento em que a castração materna *adquire valor como tal para a criança*. Entendemos, dessa forma, que se trata dos efeitos da falta no Outro sobre a própria criança, e não de algo que se efetiva nesse sujeito que é a mãe.

Um exemplo desse enfoque dos efeitos da castração materna sobre o sujeito pode ser encontrado no texto de Freud, de 1927, sobre o fetichismo. Nesse texto, ele afirma que o que é recusado pelo fetichista é “(...) tomar conhecimento do fato de ter percebido que a mulher [a mãe] não tem pênis. (...) Se uma mulher tinha sido castrada, então sua própria posse de um pênis estava em perigo.”⁴⁹ O que Freud nos mostra nesse texto é como a visão da falta do pênis materno adquire a significação da castração para o sujeito – que em Freud é, como vimos, a possibilidade da perda do próprio pênis. No caso do sujeito fetichista, o que ocorre é a

⁴⁸ É claro que essa mãe pode não ser um sujeito neurótico, caso que discutiremos mais adiante.

⁴⁹ FREUD, Sigmund. Fetichismo (1927). In: *Obras completas*, op. cit., v. XXI, p. 180.

negação dessa percepção de que a mãe não tem o pênis, uma vez que é esse o elemento que confronta o sujeito com o complexo de castração.⁵⁰ Estão excluídas as considerações sobre se a mãe foi ou não castrada realmente – porque, aliás, na medida em que Freud ressalta a importância da presença ou ausência do pênis na percepção da castração, então a castração materna torna-se um dado inegável da realidade concreta.

Dessa forma, a castração materna pode ser compreendida a partir da incidência que tem sobre a criança, uma incidência cujo efeito é pôr também a criança em falta, tirando-a da identificação imaginária ao falo. É uma dupla incidência da castração, porque a percepção de que a mãe é castrada implica na percepção de que a criança não é o falo que supunha ser. Mas como entender essa dupla incidência da castração em termos concretos da relação mãe-criança?

Para Freud, ela ocorreria no momento da visão dos genitais da mãe, na medida em que, tendo identificado a ausência do pênis à castração, é pela constatação da ausência do pênis na mãe que a castração é significada enquanto tal pela criança.

Para Lacan, entretanto, o fator de constatação da castração materna deve ser buscado não na ausência do pênis materno, mas na própria ausência da mãe. No *Seminário 5*, ele fala da necessidade de “instaurar a mãe como aquele ser primordial que pode estar ou não presente.”⁵¹ Segundo ele, é porque a mãe pode estar presente ou não, que pode ser situada uma falta, uma hiância, entre a criança e a mãe. Entretanto, essa falta, essa hiância, não está necessariamente ligada às saídas ocasionais da mãe. Trata-se do efeito de um elemento, absolutamente particular, que seja capaz de indicar que há, na mãe, um desejo outro que não pela criança. As idas e vindas da mãe são,

entretanto, a melhor ilustração desse fato de que, para além da própria criança, a mãe possui algum outro objeto de interesse, de que há uma hiância na relação mãe-criança capaz de situar, para a criança, um enigma em relação ao desejo materno. É como se suas ausências dessem à criança condições de formular a questão: “O que quer essa mulher aí? Eu bem que gostaria que fosse a mim que ela quer, mas está muito claro que não é só a mim que ela quer. Há outra coisa que mexe com ela - é o x (...).”⁵² É porque a mãe se faz ausente que se instaura um enigma no lugar do desejo materno, um x, e é por essa razão que a criança pode articular a pergunta sobre o que deseja essa mãe para além dela mesma. A introdução desse novo elemento, desse enigma ligado ao desejo materno, exige da criança uma dialetização de sua posição, impensável no primeiro tempo.

Além disso, a ausência materna é o que oferece à criança a condição fundamental de inserção no campo simbólico, pois a simbolização implica lidar com a presença na ausência, com uma representação, quando o objeto falta. Na medida em que a mãe pode estar ou não presente, a criança adquire condição de simbolizá-la.

Por isso, Lacan afirma que no segundo tempo “(...) a criança revela depender do desejo da mãe, da primeira simbolização da mãe como tal, e de nada mais. Por meio dessa simbolização, a criança desvincula sua dependência efetiva do desejo materno da pura e simples vivência dessa dependência e alguma coisa se institui, sendo subjetivada em um nível primário ou primitivo. Essa subjetivação consiste, simplesmente, em instaurar a mãe como aquele ser primordial que pode estar ou não presente.”⁵³

⁵⁰ Voltaremos a isso mais adiante, no capítulo sobre a perversão.

⁵¹ LACAN, Jacques. *Seminário 5*, op. cit., p. 188.

⁵² Idem, ibidem, p. 181.

⁵³ Idem, ibidem, p. 188.

Essa simbolização da mãe pela criança é ilustrada por Freud no clássico exemplo do jogo do *fort-da*, relatado no texto “Mais além do princípio do prazer” (1920). Freud descreve a brincadeira de seu neto de um ano e meio de idade durante a ausência da mãe, que consiste em fazer aparecer e desaparecer um carretel amarrado a um cordão: “o que ele fazia era segurar o carretel pelo cordão e com muita perícia arremessá-lo por sobre a borda de sua caminha encortinada, de maneira que aquele desaparecia por entre as cortinas, ao mesmo tempo em que o menino proferia seu expressivo ‘o-o-o-ó’”. Puxava então o carretel para fora da cama novamente, por meio do cordão, e saudava o seu reaparecimento com um alegre ‘da’ (‘aqui’). Essa, então, era a brincadeira completa: desaparecimento e retorno.”⁵⁴ Segundo Freud, esse jogo tinha a finalidade de compensar a ausência da mãe, pois “a criança não pode ter sentido a partida da mãe como algo agradável ou mesmo indiferente.”⁵⁵

Freud nos mostra, assim, como é pela ausência da mãe – uma ausência que não é, para a criança, indiferente – que a criança passa à simbolização. Essa simbolização aparece tanto no carretel – que representa a mãe – quanto no desaparecimento e retorno do carretel – simbolizando suas idas e vindas – que se fazem acompanhar das palavras ‘o-o-o-ó’ (do alemão, *fort*, ausente) – que representa a saída da mãe – e ‘da’ (do alemão, *da*, aqui), representando seu retorno.

No *Seminário 4*, Lacan menciona o par presença-ausência como o que torna a simbolização possível, e a mãe como aquela que introduz, na relação com a criança, o par presença-ausência. Desde que a criança passa a perceber a mãe como alguém que pode faltar, que pode estar ou não presente, introduz-se nessa relação a dimensão simbólica. Pois simbolizar é deixar de lidar com a ausência do objeto como desaparecimento, e passar

⁵⁴ FREUD, Sigmund. Mais além do princípio do prazer (1920). In: *Obras completas*, op. cit., v. XVIII, p. 26.

⁵⁵ Idem, *ibidem*.

a mãe é quem introduz na relação da cr, o par presença - ausência

a tomá-lo como presença na ausência. É nesse sentido que a mãe atua como o que Winnicott denomina a “mãe suficientemente boa”, lembrada por Lacan, no *Seminário 4*. Uma mãe que não é nem ausente – aquela que não investe a criança como objeto de seu desejo – nem excessiva – aquela cujo desejo estaria unicamente ligado à criança.

Esse é um ponto que tem sido enfocado por autores como Jacques-Alain Miller, Marie-Jean Sauret, Bernard Nominé, entre outros, que ressaltam a importância da posição da mãe como sujeito desejante na constituição subjetiva da criança. Miller, no texto “A criança entre a mulher e a mãe”, afirma que “(...) a mãe só é suficientemente boa, se ela não o é em demasia, se os cuidados que ela dispensa à criança não a desviam de desejar enquanto mulher.”⁵⁶

Para esses autores, é necessário que a criança ocupe a posição fálica, que tenha um lugar no desejo materno, mas que não seja demasiado eficaz em fazê-lo, de modo que a presença da criança não seja um obturador desse desejo. Voltaremos a isso mais adiante.

Lacan enfoca esse aspecto do desejo materno no *Seminário 5*, quando afirma que deve haver na mãe “(...) o desejo de Outra coisa que não o satisfazer meu próprio desejo, que começa a palpitar para a vida.”⁵⁷ É justamente porque a mãe deseja “outra coisa”, *x*, para além da criança, que nela pode ser situada uma falta.

Enquanto no primeiro tempo a criança se relaciona com a mãe como pura presença, como um Outro fálico, onipotente, no segundo tempo passa a ter de lidar com um Outro faltante, desejante.

Essa falta, Lacan a define como *privação*, termo que permite compreender a nova dialética, introduzida na relação com o Outro materno, do primeiro ao segundo tempo, por meio da passagem da frustração à privação.

⁵⁶ In: *Opção Lacaniana*, n. 21, p. 7, abr. 1998.

⁵⁷ LACAN, Jacques. *Seminário 5*, op. cit., p. 188.

Para Lacan, “(...) originariamente, a frustração (...) só é pensável como a recusa do dom, na medida em que o dom é símbolo do amor.”⁵⁸ A recusa do dom implica um Outro que tem e que, sendo aquele que tem, pode dar ou recusar.

Na frustração, a criança não concebe a dimensão de uma falta no Outro. O Outro do dom é aquele que dá ou recusa. Ou a criança recebe do Outro o que a satisfaz, ou não recebe, e o fato de não receber não tem para a criança efeito que não seja o de uma não satisfação provisória, um momento evanescente, como mostramos no capítulo anterior.

É por isso que, para Lacan, a frustração só tem importância e interesse se desemboca nos dois outros planos, o da *castração* e o da *privação*. O objeto real – o seio – do qual a mãe frustra a criança, permanece evanescente até que, como sugere Lacan, ele desemboque no plano que “(...) instaura na sua ordem verdadeira a necessidade da frustração, o que a transcende e a instaura numa lei que lhe dá um outro valor.”⁵⁹

A privação distingue-se da frustração porque nela o objeto toma consistência como algo que falta ao Outro e que, portanto, pode ser situado pela criança em “outro lugar”, como um enigma, um *x*.

A criança passa a situar, no Outro, uma falta, inconcebível no primeiro tempo do Édipo. É nesse sentido que Lacan afirma ser necessário “avançar um pouco mais” para passar da frustração à privação.

“Frustração não é privação. Por quê? A frustração incide sobre algo de que vocês são privados por alguém de quem poderiam, justamente, esperar o que lhe pediam.”⁶⁰ É somente com a privação que o objeto vai delinear-se como algo que falta ao Outro e que, existindo para além da criança, constitui-se para ela em um enigma.

⁵⁸ Idem, *Seminário 4*, op. cit., p. 184.

⁵⁹ Idem, *ibidem*, p. 100.

⁶⁰ Idem, *ibidem*, p. 101.

É por constatar a ausência materna que a criança pode colocar-se a questão “por que a mãe falta?”, cuja resposta exige re-situar tanto a mãe fálica-onipotente do primeiro tempo, como a si mesma, enquanto aquela que completa esse Outro. Há, simultaneamente, a quebra da ilusão fálica da criança, e a constatação da falta no Outro, de um desejo no Outro.

Assim, no segundo tempo, trata-se da privação materna no sentido de que a mãe, antes percebida como Outro onipotente, passa a ser um Outro marcado pelo desejo, pela falta.

Em relação a essa falta, Lacan ressalta ainda um aspecto importante. Segundo ele, “na castração, há uma falta fundamental que se situa (...) na cadeia simbólica”. Na frustração, a falta só se compreende no plano imaginário, como dano imaginário. Na privação, a falta está pura e simplesmente no real, limite ou hiância real.”⁶¹ Na privação, a falta é real. A mãe, como um dado da realidade da criança, falta. Entretanto, Lacan afirma que essa falta incide sobre um objeto simbólico. Por quê?

Porque o objeto sobre o qual incide essa falta não é a mãe, e sim a criança na posição de falo materno. O que falta à mãe – o pênis, segundo Freud, e o filho como falo, segundo Lacan – é um objeto que, de fato, a mãe não tem. Não se trata da perda de algo que a mãe teve e não tem mais. Trata-se da constatação da falta de um objeto que a mãe apenas supostamente tinha, que era a própria criança no lugar de falo materno.

O objeto da privação materna não pode ser considerado senão em sua dimensão simbólica. É um objeto que, segundo Lacan, “só tem existência na medida em que se faz com que surja na existência como símbolo.”⁶² Mas para que surja como símbolo é necessário que a própria criança tenha constatado que ela não é esse objeto.

Segundo Lacan, “a ausência de alguma coisa no real é puramente simbólica. É na medida em que definimos pela lei o que deveria estar

⁶¹ Idem, *ibidem*.

⁶² Idem, *Seminário 5*, op. cit., p. 191.

ali, que um objeto falta no lugar que é seu.”⁶³ A percepção de uma falta no real implica necessariamente a simbolização do objeto que é suposto faltar ali. É só enquanto simbólico que o objeto pode faltar onde nunca esteve.

É nessa articulação da privação como uma falta capaz de situar um enigma em relação ao desejo do Outro, que Lacan situa a entrada do pai.

Lacan afirma que, no segundo tempo, “(...) o pai entra em função como privador da mãe, isto é, perfila-se por trás da relação da mãe com o objeto de seu desejo como *aquele que castra*.”⁶⁴ O pai do segundo tempo é o pai privador, o pai que castra. É o pai agente da privação materna, cuja mensagem, como diz Lacan, “(...) não é simplesmente *Não te deitarás com tua mãe*, já nessa época dirigido à criança, mas um *Não reintegrarás teu produto*, que é endereçado à mãe.”⁶⁵

É, portanto, em relação ao pai que se articula a privação materna que, como mostramos, pode ser compreendida tanto no sentido de uma interdição que incide sobre a mãe, como no sentido da constatação, pela criança, de uma hiância aberta na relação com o Outro materno.

Nesse sentido, também a posição do pai evoca essa ambiguidade, ele tanto pode ser pensado como aquele que intervém efetivamente na relação da mãe com a criança, colocando à mãe uma interdição – *não reintegrarás teu produto* –, como pode ser considerado aquele a quem a criança remete essa hiância na relação com o Outro materno.

No primeiro caso, a interdição paterna seria uma intervenção com efeito sobre a mãe, colocando um obstáculo sobre o que Lacan denomina “todas as formas do chamado instinto materno.”⁶⁶ É esse o sentido que fica marcado no comentário de Miller sobre a posição do

pai no segundo tempo, quando ele afirma que Lacan “(...) fala de uma maneira muito menos simpática do segundo momento, quando chega o pai que interdita, que priva a mãe, dizendo: ‘acabou’. Considera-o um pouco seco. (...) Obviamente, é preciso passar por esse segundo tempo, mas não é rico em potencialidades.”⁶⁷

Para Miller, o pai, como agente da privação, é o “(...) pai lacaniano, o pai poderoso, aquele que castra a mãe dizendo: ‘acabou’.”⁶⁸ Mas será que o pai privador do segundo tempo pode ser reduzido àquele que proíbe à mãe o acesso à criança, àquele que diz à mãe que “acabou”? Pode-se afirmar que a mãe estabelece com a criança uma forma de relação que, subitamente, e por uma intervenção paterna, “acaba”? Ou o que “acaba”, na passagem do primeiro ao segundo tempo, acaba do ponto de vista de uma lógica que é introduzida no segundo tempo para a criança? Caberia situar a castração do segundo tempo como uma interdição que tem incidência sobre a mãe?

O que Lacan nos mostra no *Seminário 5*, é que diante da ausência materna, da privação tal como ela é articulada pela criança a partir da hiância percebida na relação com o Outro materno, o pai entra no jogo como uma outra instância, um tribunal superior, como ele diz, para o qual a criança encaminha aquilo que foi percebido da relação com a mãe. O pai privador é, nesse sentido, o representante de uma interdição.

Segundo Lacan, “o pai intervém em diversos planos. Antes de mais nada, interdita a mãe. Esse é o fundamento, o princípio do complexo de Édipo, é aí que o pai se liga à lei primordial da proibição do incesto. É o pai, recordam-nos, que fica encarregado de representar essa proibição.”⁶⁹ O pai é o representante de uma lei que interdita a mãe e que, nesse sentido,

⁶³ Idem, *Seminário 4*, op. cit., p. 38.

⁶⁴ Idem, *Seminário 5*, op. cit., p. 191.

⁶⁵ Idem, *ibidem*, p. 209.

⁶⁶ Idem, *ibidem*, p. 210.

⁶⁷ MILLER, Jacques-Alain. *Perspectivas do Seminário 5 de Lacan*, op. cit., p. 49-50.

⁶⁸ Idem, *ibidem*, p. 50.

⁶⁹ LACAN, Jacques. *Seminário 5*, op. cit., p. 174.

liga-se à lei primordial da interdição do incesto. Entretanto, entendemos que afirmar que *o pai é o representante de uma lei que interdita a mãe* não seja equivalente a afirmar que *o pai interdita a mãe*. Que o pai seja o representante dessa interdição, indica que ela é situada como tal somente na medida em que *o pai a representa para a criança*.⁷⁰

Nesse sentido, é a criança que interpreta a hiância na relação com a mãe – a privação materna – remetendo-a ao pai, o que faz do pai *não a interdição em si, mas a atribuição de uma interdição*. O pai toma seu lugar como um elemento necessário de ordenação do enigma do desejo materno, uma ordenação que é feita, inicialmente, no plano imaginário, através de um pai cuja lei é “imaginariamente concebida como privadora da mãe.”⁷¹

No *Seminário 4*, Lacan define o pai imaginário, agente da privação, como “o pai assustador que conhecemos no fundo de tantas experiências neuróticas, e que não tem de forma alguma, obrigatoriamente, relação com o pai real da criança. Vemos intervir frequentemente nas fantasias da criança uma figura ocasionalmente caricata do pai, e também da mãe, que tem somente uma relação extremamente longínqua com aquilo que esteve presente do pai real da criança, e que é unicamente ligada à função desempenhada pelo pai imaginário num momento dado do desenvolvimento.”⁷²

A privação materna leva o pai a tomar lugar como aquele a quem a criança faz a atribuição dessa ausência da mãe; e uma vez tendo sido feita essa atribuição, o pai passa a ser imaginariamente concebido como o terrível proibidor da mãe.

⁷⁰ Essa distinção entre as duas concepções do pai, como *interditor* e como *representante de uma interdição*, será retomada mais adiante, nos capítulos Lacan com Lacan (parte I) e Função paterna e paternidade (parte II).

⁷¹ LACAN, Jacques. *Seminário 4*, op. cit., p. 225.

⁷² Idem, *ibidem*.

Nesse sentido, o pai proibidor pode ser considerado uma interpretação da criança. Uma interpretação que tem sua eficácia no sentido de situar o pai, ali onde a criança teria que se deparar com o enigma do desejo materno. Mas o efeito desse apelo ao pai é o de tomá-lo, imaginariamente, em sua versão interditora da relação com o Outro materno, ele passa a ser o responsável pela interdição do incesto.

Isso traz algumas dificuldades para a compreensão do terceiro tempo, que vem a seguir, na medida em que há uma lógica da entrada paterna no segundo tempo que fica elidida na versão do pai que é produto dessa lógica. Trata-se de uma lógica na qual a castração materna é condição da entrada do pai, e não o contrário.⁷³ É nesse sentido que entendemos a afirmação de Lacan, no *Seminário 5*, de que: “(...) quando o sujeito se mostra para a mãe e lhe faz ofertas, momento ainda muito próximo do da identificação imaginária com o falo, o que acontece desenrola-se, na maioria das vezes, (...) no plano da depreciação imaginária. A mãe é perfeitamente capaz de mostrar ao filho o quanto é insuficiente o que ele lhe oferece, e também é suficiente para proferir a proibição do uso do novo instrumento. No entanto, o pai entra em jogo, isso é certo, como portador da lei, como proibidor do objeto que é a mãe. (...) Mas ninguém jamais pensou em colocar no primeiro plano do complexo de castração o fato de o pai promulgar efetivamente a lei da proibição do incesto.”⁷⁴ Nesse plano, a que Lacan chama o da depreciação imaginária, a mãe é perfeitamente capaz de destituir a criança de sua posição fálica, não sendo para isso necessária a promulgação efetiva pelo pai da interdição do incesto. Trata-se menos da proibição proferida pelo pai, que da constatação, pela criança, de sua própria insuficiência na posição fálica almejada.

⁷³ Retomaremos essa questão mais adiante.

⁷⁴ LACAN, Jacques. *Seminário 5*, op. cit., p. 193-194.

A entrada do pai no segundo tempo depende, portanto, menos de um ato do pai que da instauração, para a criança, do enigma sobre o desejo materno, o x que Lacan coloca no esboço da fórmula da metáfora paterna apresentada no *Seminário 5*:⁷⁵

$$\frac{\text{Pai}}{\text{Mãe}} \cdot \frac{\text{Mãe}}{x}$$

Essa fórmula poderia ser lida tanto considerando a entrada do pai como o que faz situar o significado do desejo materno enquanto um enigma, x como, de forma inversa, considerando o enigma do desejo materno, x , como o que instaura o pai em seu lugar. Entendemos que essa segunda forma de leitura seja a que permite articular de forma mais ampla toda a complexidade do segundo tempo do Édipo em Lacan, baseada na noção da privação materna.

Se o enigma do desejo materno é o que instaura, no segundo tempo, o pai em seu lugar, então podemos entender a importância atribuída por Lacan ao discurso materno nessa passagem ao pai. Para Lacan, “o pai se afirma em sua presença privadora, como aquele que é o suporte da lei, e isso já não é feito de maneira velada, porém de um modo mediado pela mãe, que é quem o instaura como aquele que lhe faz a lei.”⁷⁶ É pela mediação da mãe que o pai tem entrada, uma vez que ele se faz representante da falta, mas desde que essa falta seja instaurada no nível da mãe.

Para Lacan, “esse segundo tempo tem como eixo o momento em que o pai se faz pressentir como proibidor. Ele aparece mediado no discurso da mãe. (...) Portanto, ele então comparece menos velado do que na primeira etapa, mas não é completamente revelado. É a isso que corresponde o uso

⁷⁵ Idem, ibidem, p. 180.

⁷⁶ Idem, ibidem, p. 200.

do termo *mediado*, nessa ocasião.”⁷⁷ O pai é mediado no discurso da mãe. Para que ele tenha seu lugar enquanto lei, ele está na dependência daquilo que se articula, como mensagem, na mãe. Por isso, Lacan refere-se ao pai como “uma mensagem sobre uma mensagem.”⁷⁸

A mãe é, enquanto Outro, submetida a uma lei que não é a dela, e que o pai vem representar. Assim como o falo e a linguagem, a lei é logicamente anterior ao sujeito, enquanto lei à qual a mãe está submetida.

É somente no segundo tempo que a criança pode, por assim dizer, atribuir ao pai isso que a estrutura torna evidente: que há falta no nível da relação mãe-criança. É nesse sentido que Lacan situa o segundo tempo como um ponto nodal no Édipo. Porque, como diz Lacan, trata-se do momento em que “cabe ao sujeito aceitar, registrar, simbolizar, dar valor de significação à privação da mãe pelo pai, à privação da qual a mãe é o objeto.” “Essa privação, o sujeito infantil a assume ou não, aceita ou recusa. Esse ponto é essencial.”⁷⁹ É essencial porque é disso que dependem as diferentes saídas do complexo de Édipo, como veremos adiante.

c. O terceiro tempo do Édipo

É no terceiro tempo que temos a configuração final do complexo de Édipo. É pelo terceiro tempo que se pode, finalmente, definir o Édipo como um ordenador da sexualidade humana, que depende fundamentalmente da instauração da metáfora paterna e da articulação do falo como elemento significante, o que é preparado pelo primeiro e segundo tempos.

No terceiro tempo do Édipo, o pai adquire um novo estatuto. Enquanto no segundo tempo era terrível e onipotente, no terceiro tempo “intervém como permissivo e doador – doador no nível da mãe.”⁸⁰

⁷⁷ Idem, ibidem, p. 209.

⁷⁸ Idem, ibidem.

⁷⁹ Idem, ibidem, p. 191.

⁸⁰ Idem, ibidem, p. 213.

Segundo Lacan, no terceiro tempo, o pai é aquele que tem o falo. “O pai se revela como aquele que tem. É a saída do complexo de Édipo.”⁸¹

Entretanto, definir o pai como aquele que tem não nos parece suficientemente esclarecedor dessa mudança de estatuto do pai, uma vez que o pai onipotente do segundo tempo também poderia ser caracterizado como um “pai-fálico”.

Conforme vimos no capítulo anterior, no segundo tempo o pai é suposto ter aquilo que a mãe deseja; se a mãe se ausenta, é porque busca no pai esse *x* ao qual seu desejo está articulado, mesmo que seu desejo seja ainda um enigma para a criança. É, portanto, esse *x*, esse enigma do desejo materno, que oferece à criança a possibilidade de fazer uma primeira articulação entre a ausência materna e a entrada do pai.

A criança tem que lidar, no segundo tempo, com a falta enquanto privação materna, o que implica a saída de sua posição de identificação imaginária ao falo. Para fazê-lo, remete essa dupla incidência da falta ao pai, que adquire, assim, um duplo estatuto: ele é privador, uma vez que toma lugar como o responsável pela ausência materna; e é onipotente, uma vez que é investido imaginariamente pela criança da atribuição fálica. Como afirma Lacan, “o pai onipotente é aquele que priva. Esse é o segundo tempo.”⁸²

É, por conseguinte, a presença privadora-onipotente do pai que permite à criança localizar fora do curto-circuito da relação com a mãe um elemento normativo, e é a partir dessa localização que pode ser dado o passo seguinte.

Entretanto, para definir o passo seguinte, não é suficiente afirmar que o pai é aquele que tem o falo, pois isso não parece diferenciá-lo da figura imaginária e castradora do pai fálico-onipotente do segundo tempo. O que, então, permite fazer essa distinção?

⁸¹ Idem, *ibidem*, p. 200.

⁸² Idem, *ibidem*.

Segundo Lacan, no terceiro tempo, esse pai que tem o falo, *tem e pode dá-lo*. “O terceiro tempo é este: o pai pode dar à mãe o que ela deseja, e pode dar porque o possui. Aqui intervém, portanto, a existência da potência no sentido genital da palavra – digamos que o pai é um pai potente.”⁸³ O pai que tem e pode dar é, segundo Lacan, um pai potente, e é esse pai que está no terceiro tempo. Que o pai possa dar o falo, é o que revela a distinção fundamental entre a onipotência do pai no segundo tempo e sua potência no terceiro tempo.

No segundo tempo, o falo representa a onipotência paterna pois é um objeto imaginário, de posse exclusiva do pai. O pai doador, o pai que tem e pode dar, deve estar de posse de um objeto simbólico, na medida em que é somente enquanto tal que o falo pode circular, pode assumir sua função na troca simbólica. No *Seminário 4*, Lacan afirma: “com efeito, tudo o que se pode transmitir na troca simbólica é sempre alguma coisa que é tanto ausência como presença. Ele é feito para ter essa espécie de alternância fundamental, que faz com que, tendo aparecido num ponto, desapareça, para reaparecer num outro. Em outras palavras, ele circula, deixando atrás de si o signo de sua ausência no ponto de onde vem. Em outras palavras ainda, o falo em questão – nós o reconhecemos desde logo – é um objeto simbólico.”⁸⁴ O objeto que faz do pai um pai doador é esse objeto que, podendo circular, pode ser dado tanto à mãe, como à criança – aí está a saída do Édipo – e deixa de ser um objeto do qual o pai estaria investido imaginariamente, em sua onipotência privadora. Nesse sentido, a mudança de estatuto do pai se faz acompanhar de uma mudança de estatuto do objeto. É nesse sentido, também, que entendemos a mudança do *ser* ao *ter*, mencionada por Lacan na atribuição fálica paterna do segundo ao

⁸³ Idem, *ibidem*.

⁸⁴ Idem, *Seminário 4*, op. cit., p. 155.

terceiro tempo. Segundo Lacan, “é por intervir no terceiro tempo como aquele que tem o falo, e não que o é, que se pode produzir a báscula que reinstaura a instância do falo como objeto desejado da mãe, e não mais apenas como objeto do qual o pai pode privar.”⁸⁵

Mas como pensar, em termos concretos da relação pai-mãe-criança, na possibilidade de articulação, pela criança, de que aquilo que a mãe deseja, ela recebe do pai? O que faz com que essa articulação não seja possível senão no terceiro tempo do Édipo?

No *Seminário 5* Lacan não desenvolve suficientemente esse aspecto, deixando a mudança de estatuto do pai do segundo ao terceiro tempo um tanto enigmática.

Miller, por exemplo, considera essa passagem do segundo ao terceiro tempo como a passagem do pai que diz *não* ao pai que diz *sim*, concluindo daí que “o Nome-do-Pai lacaniano é transgressor, é o que estabelece a lei, mas também o que a transgride.”⁸⁶ Mas será que podemos afirmar, como faz Miller, que se trata, com o terceiro tempo, da transgressão do pai? Pode-se concluir daí, com Miller, que “a lei não é a regra?”⁸⁷

Como mostramos no capítulo anterior, ao reduzir a posição do pai no segundo tempo à posição daquele que diz *não*, deixa-se de lado o que parece ser sua função mais essencial, que não é a de interditar, mas a de representar uma interdição. É somente na medida em que o pai é situado como o representante de uma interdição que podemos deduzir que a chave para a compreensão do terceiro tempo não estaria no *não* do pai (que leva Miller a afirmar que o terceiro tempo consiste no *sim* sobre o *não*), mas na forma como ele representa essa proibição, que não nos parece ser a mesma no segundo e no terceiro tempo.

⁸⁵ Idem, *Seminário 5*, op. cit., p. 200.

⁸⁶ MILLER, Jacques-Alain. *Perspectivas do Seminário 5 de Lacan*, op. cit., p. 39.

⁸⁷ Título dado por Miller ao capítulo de seu livro *Perspectivas do Seminário 5 de Lacan*, que trata do terceiro tempo do Édipo (p. 37).

Proporemos, assim, pensar a posição do pai no terceiro tempo, retornando à ideia da *ausência materna* enquanto metáfora daquilo que, no segundo tempo, faz com que a criança tenha que lidar com uma hiância na relação com o Outro materno. Como vimos, é a partir da articulação dessa ausência pela criança, no que ela indica a privação materna, que um pai privador toma seu lugar na relação da criança com a mãe, um lugar inicialmente interpretado pela criança como o da onipotência fálica do pai. Ou seja, a ausência materna instaura, na criança, a necessidade do apelo ao pai privador.

Seguindo o fio desse raciocínio, podemos afirmar que essa mesma mãe que se ausenta, volta. No par presença-ausência, costuma-se ressaltar a importância da ausência para que ocorra a simbolização, embora saiba-se que é a alternância da presença com a ausência o que assume, nessa simbolização, um papel fundamental. Se a ausência materna é o elemento que propicia a articulação da privação materna pela criança, podemos então propor o *retorno materno* como uma metáfora daquele elemento que, na alternância presença-ausência, oferece à criança condição de articular a passagem do pai onipotente e privador ao pai doador. Afinal, a mãe, tendo se ausentado porque seu desejo ligava-se ao pai, ausenta-se, mas volta. Se a mãe volta, é porque esse falo, embora tenha consistência como objeto de seu desejo, objeto que o pai tem e dá, é um objeto que, de fato, não a completa. Ou seja, para além da busca desse objeto, o desejo materno mantém-se vivo. Se não fosse assim, a mãe ficaria lá onde foi buscá-lo.

Podemos assim supor que o movimento de idas e vindas da mãe oferece à criança a possibilidade de situar um objeto ligado ao enigma do desejo materno – por isso ela se ausenta – ao mesmo tempo em que o situa como algo que não preenche esse desejo completamente – por isso ela volta para a criança que, afinal, percebe-se dando também à mãe alguma satisfação.

Dessa forma, a criança pode compreender que o pai, enquanto aquele que tem, é um pai potente, que dá à mãe o que ela deseja, e que isso que a mãe busca e deseja no pai pode ser um objeto buscado e desejado também pela criança.

É assim que o objeto pode finalmente adquirir, no terceiro tempo, o estatuto de objeto simbólico para a criança. Um objeto que, por um lado, aponta a possibilidade de preenchimento daquilo que falta e, por outro, não satura completamente essa falta.

É nesse ponto que está a saída do Édipo, saída que situa, segundo Lacan, o pai como suporte da lei. “A terceira etapa é tão importante quanto a segunda, pois é dela que depende a saída do complexo de Édipo. O falo, o pai atestou dá-lo em sua condição e apenas em sua condição de portador ou de *suporte*, diria eu, da lei. É dele que depende a posse ou não desse falo pelo sujeito materno.”⁸⁸

Assim, não é somente o falo que adquire seu estatuto de objeto simbólico no terceiro tempo. Também a função do pai, nessa condição de portador ou suporte da lei, toma finalmente lugar como uma função simbólica. É, então, no terceiro tempo que Lacan pode afirmar, sobre a função do pai no complexo de Édipo: “o pai é um pai simbólico.”⁸⁹

A essa concepção do pai como pai simbólico, como o elemento terceiro que vem ocupar um lugar na hiância aberta pelo desejo materno, Lacan articula a metáfora paterna. No *Seminário 5*, ele afirma: “o que lhes trago hoje, dá um pouco mais de exatidão à ideia de pai simbólico: o pai é uma metáfora.”⁹⁰

Nessa articulação, que tem início no *Seminário 5* e é desenvolvida no texto “De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose” (1957-58), Lacan define a função paterna nos seguintes termos:

⁸⁸ LACAN, Jacques. *Seminário 5*, op. cit., p. 200.

⁸⁹ Idem, *ibidem*, p. 180.

⁹⁰ Idem, *ibidem*.

“a função do pai no complexo de Édipo é ser um significante que substitui o primeiro significante introduzido na simbolização, o significante materno. Segundo a fórmula que um dia lhes expliquei ser a da metáfora, o pai vem no lugar da mãe, S em lugar de S’, sendo S’ a mãe como já ligada a alguma coisa que era o x, ou seja, o significado na relação com a mãe.”⁹¹

Pela definição de Lacan, o primeiro significante introduzido na simbolização é o desejo materno. É o que Lacan situa no segundo tempo do Édipo, só há simbolização a partir do momento em que a mãe é percebida como desejante. A partir do momento em que a mãe, em suas idas e vindas, é simbolizada pela criança, a partir do momento em que toma lugar como mãe simbólica, toma também lugar o x, significado do desejo materno, que para a criança é inicialmente um enigma. Essa relação entre o primeiro significante introduzido na simbolização – o desejo materno – e o significado que ele tem inicialmente para a criança, x, é escrita por Lacan da seguinte maneira:

Desejo da mãe

Significado para o sujeito

É a partir dessa simbolização inicial da mãe, na qual a criança percebe finalmente a hiância do desejo materno, que o significado desse desejo pode ser vetorizado em direção ao pai. Dessa forma, o significado do desejo materno, ainda um enigma para a criança, passa a ser um equivalente do terceiro onipotente, que o pai é nesse momento. O desejo da mãe tem um significado para o sujeito, x, mas é o pai quem se apropria onipotente e exclusivamente desse significado. Quando isso acontece, podemos dizer que o pai, como significante, como terceiro, passa a ter para a criança o significado do desejo da mãe:

⁹¹ Idem, *ibidem*.

Pai

Desejo da mãe

Acrescenta-se, portanto, à primeira relação significativa,

Desejo da mãe

Significado para o sujeito

a segunda, $\frac{\text{Pai}}{\text{Desejo da mãe}}$ formando a primeira parte da fórmula da

metáfora paterna que Lacan apresenta em “Questão Preliminar”:

$\frac{\text{Nome-do-Pai}}{\text{Desejo da mãe}} \cdot \frac{\text{Desejo da mãe}}{\text{Significado para o sujeito}}$

Mas o pai, enquanto metáfora, não é o desejo materno, não pode estar identificado a ele. O desejo materno não é seu *significado*, ele não pode ser entendido como um significado assumido pelo pai.

A metáfora implica uma substituição significativa. Segundo Lacan, em “Instância da letra no inconsciente” (1957), a metáfora “(...) brota entre dois significantes, dos quais um substituiu o outro, assumindo seu lugar na cadeia significativa, enquanto o significante oculto permanece presente em sua conexão (metonímica) com o resto da cadeia.”⁹²

Para que haja metáfora paterna, é necessária essa substituição significativa, na qual o pai toma lugar como um significante que vem substituir o significante do desejo materno. É o que afirma Lacan no *Seminário 5*: “De que se trata na metáfora paterna? Há, propriamente, o que foi constituído por uma simbolização primordial entre a criança e a mãe, a colocação substitutiva do pai como símbolo, ou significante,

⁹² Idem, *Escritos*, op. cit., p. 510.

no lugar da mãe.”⁹³ Trata-se da articulação do pai, ali onde a criança se desvincula do desejo materno. “O pai é um significante que substitui outro significante. Digo que isso é o pai no complexo de Édipo.”⁹⁴

Essa substituição significativa implica uma nova significação, o falo, como produto da metáfora paterna, e a conexão metonímica do significante oculto, o desejo materno, com o resto da cadeia.

Nome-do-Pai (A)

falo

É somente nesse ponto que a função paterna articula-se como função essencialmente simbólica, uma vez que o pai toma seu lugar como o significante que vai ocupar o lugar do significante do desejo materno. É somente nesse ponto que o falo deixa de ser o significado do desejo materno e toma seu lugar como uma significação inacessível ao sujeito, que permanece sob a barra do recalque.

Assim, a função paterna como função significativa está representada na segunda parte da fórmula. Entendemos, dessa forma, que a fórmula completa da metáfora paterna, tal como Lacan a apresenta no texto “De uma questão preliminar” (1958),⁹⁵ contempla essa dupla mudança de estatuto, tanto do pai como do falo:

$\frac{\text{Nome-do-Pai}}{\text{Desejo da mãe}} \cdot \frac{\text{Desejo da mãe}}{\text{Significado para o sujeito}} \rightarrow \frac{\text{Nome-do-Pai (A)}}{\text{falo}}$

Dessa forma, Lacan situa definitivamente no terceiro tempo o pai como um significante em nome do qual a lei é estabelecida. “Pelo simples fato de vocês instituírem uma ordem simbólica, alguma coisa

⁹³ Idem, *Seminário 5*, op. cit., p. 186.

⁹⁴ Idem, *ibidem*, p. 180.

⁹⁵ Idem, *Escritos*, op. cit., p. 563.

corresponde ou não à função definida pelo Nome-do-Pai, e no interior dessa função vocês colocam significações que podem ser diferentes conforme os casos, mas que de modo algum dependem de outra necessidade que não a necessidade da função paterna, à qual corresponde o Nome-do-Pai na cadeia significante.⁹⁶ A função paterna é, portanto, definida por Lacan como uma função necessária que, segundo ele, admite diferentes significações conforme os casos. Dessa forma, Lacan parece situar o que há de singular no universal da função, as possíveis significações que serviriam, em cada caso particular, para a ordenação do campo simbólico pelo pai.⁹⁷

É por ocupar esse lugar simbólico, que o pai aparece, no terceiro tempo, como um pai potente, que dá à mãe o que ela deseja. Segundo Lacan, esse é o momento em que a criança pode encontrar a saída do Édipo.

O falo, tendo adquirido o estatuto de objeto simbólico, indica para o sujeito que a partir desse momento ele pode tê-lo, com a condição de que seja “para mais tarde”. Ter um falo, uma vez que identifica-se ao pai como aquele que o tem.

Para Lacan, a instauração da posição do pai como detentor do falo é o que oferece o ponto de identificação do menino. Identificação que significa a internalização do pai no sujeito como ideal do eu. “É por intervir como aquele que tem o falo que o pai é internalizado no sujeito como Ideal do eu, e que, a partir daí, não nos esqueçamos, o complexo de Édipo declina.”⁹⁸ Esse declínio corresponde ao que Freud denomina a fase da latência.

Para Lacan, a partir daí, a criança detém consigo todas as condições de se servir, no futuro, de suas funções e atributos sexuais. “A metáfora paterna desempenha nisso um papel que é exatamente o que poderíamos

esperar de uma metáfora – leva à instituição de alguma coisa que é da ordem do significante, que fica guardada de reserva, e cuja significação se desenvolverá mais tarde.”⁹⁹

Segundo ele, “é nessa medida que o terceiro tempo do complexo de Édipo pode ser transposto, isto é, a etapa da identificação, na qual se trata de o menino se identificar com o pai como possuidor do pênis, e de a menina reconhecer o homem como aquele que o possui.”¹⁰⁰ Para Lacan, “ela, a mulher, sabe onde ele está, sabe onde deve ir buscá-lo, o que é do lado do pai, e vai em direção àquele que o tem.”¹⁰¹

Nesse sentido, a concepção lacaniana das saídas edípicas masculina e feminina reencontra a concepção freudiana: o homem identifica-se ao pai na medida em que se supõe possuidor do falo, enquanto a mulher é aquela que, em relação ao falo, sabe que não tem e que deve buscá-lo – inicialmente no pai.

Ao final do Édipo, o que se tem, portanto, é o final de uma construção, que é a da identidade sexual. Entretanto, esse final aponta para um paradoxo em relação ao papel da anatomia na construção da sexualidade: de um lado, a teoria psicanalítica mostra que a anatomia não é o fator decisivo, que a construção da identidade sexual depende, antes de mais nada, de um ordenador simbólico – o falo; por outro lado, ao final do percurso em que o falo constitui-se como esse ordenador simbólico, que recobre e re-significa o dado anatômico, reencontramos a posição do menino como portador do falo e da menina como aquela que não o tem e deve buscá-lo. Afinal, seria a anatomia o destino que o percurso edípico só viria ratificar?

De certa forma, sim, ao menos levando-se em consideração o que Freud e Lacan propõem como as saídas “normais” do complexo de

⁹⁶ Idem, *Seminário 5*, op. cit., p. 187.

⁹⁷ Retomaremos essa questão mais adiante.

⁹⁸ LACAN, Jacques. *Seminário 5*, op. cit., p. 201.

⁹⁹ Idem, *ibidem*.

¹⁰⁰ Idem, *ibidem*, p. 203.

¹⁰¹ Idem, *ibidem*, p. 202.

Édipo. O que não quer dizer, entretanto, que o sujeito possa prescindir do complexo de Édipo para selar esse destino.

Para Lacan, “a realização da posição sexual no ser humano está ligada (...) à prova da travessia de uma relação fundamentalmente simbolizada, a do Édipo (...). É na medida em que a função do homem e da mulher é simbolizada, é na medida em que ela é literalmente arrancada ao domínio do imaginário para ser situada no domínio do simbólico, que se realiza toda posição sexual normal, consumada. É pela simbolização a que é submetida, como uma exigência essencial, a realização genital – que o homem se viriliza, que a mulher aceita verdadeiramente sua função feminina.”¹⁰²

O Édipo consiste no percurso necessário a esse domínio do simbólico que depende do falo como elemento ordenador, produto da metáfora paterna. Esse percurso tem como consequência o estabelecimento da identidade sexual, no qual as saídas feminina, do lado da busca pelo falo que não tem, e masculina, do lado da suposição de tê-lo como o pai, não consistem senão em formas de apreensão desse campo simbólico, que permitem dar significação ao real da pulsão inscrita no corpo.

Mas vale lembrar que tanto Freud como Lacan nos mostram que há outras formas possíveis de inscrição nesse campo. É dessas diferentes formas de inscrição no campo do simbólico e da linguagem (atestadas por diferentes formas de expressão do inconsciente pelos diferentes fenômenos psíquicos) que decorre a formalização do campo psicopatológico psicanalítico em torno das estruturas clínicas, como veremos a seguir.

¹⁰² Idem, *Seminário 3: as psicoses* (1955-1956). Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1995, p. 203.

3. COMPLEXO DE ÉDIPO E ESTRUTURAS CLÍNICAS

É possível que eu tenha logrado êxito, recentemente, em ter um primeiro vislumbre de uma coisa nova. O problema que me confronta é o da 'escolha da neurose'. Quando é que uma pessoa fica histérica, em vez de paranoide? Em minha primeira tentativa grosseira, feita numa época em que eu ainda estava tentando tomar a cidadela à força, achei que isso dependia da idade em que ocorria o trauma sexual – da idade da pessoa na época da experiência. Disso, desisti há muito tempo; mas fiquei então sem nenhuma pista até poucos dias atrás, quando vi uma ligação com a teoria sexual.

Sigmund Freud¹

¹ Carta de Freud a Fliess de 9 de dezembro de 1899. In: *Correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess* (1887-1904), op. cit., p. 391.

Nos capítulos anteriores, procuramos mostrar como as teorias sobre o complexo de Édipo, tanto em Freud como em Lacan, apresentam a concepção de um sujeito marcado pelo universal da castração.² É a partir da castração que a sexualidade infantil encontra um ponto de ordenação, e é essa ordenação que oferece condições de construção da identidade sexual. A realização da sexualidade depende do plano simbólico, e a teoria do Édipo é uma das maneiras de descrever os caminhos dessa realização.

A seguir, procuraremos fazer algumas considerações a respeito da psicopatologia do ponto de vista psicanalítico e, mais especificamente, considerando aí a importância do complexo de Édipo. Haveria diferentes maneiras de posicionar-se no Édipo? Seria possível relacionar diferentes formas de posicionar-se no complexo de Édipo com a possibilidade de uma estruturação neurótica, perversa ou psicótica? Estariam essas possibilidades de estruturação ligadas à saída do complexo de Édipo?

Lembremos que no caso do Édipo feminino, por exemplo, Freud enumera três saídas possíveis diante da incidência do complexo de

² Em Freud, mostramos como esse universal da castração é pensado em termos da ordenação da posição sexual, promovida pelo *complexo de castração*; em Lacan, mostramos que esse universal da castração tem incidência sobre o sujeito a partir da castração materna, enquanto falta ordenável pelo campo do Outro.

castração: “uma conduz à inibição sexual ou à neurose, outra, à modificação do caráter no sentido de um complexo de masculinidade, a terceira, finalmente, à feminilidade normal.”³ Também no caso do Édipo masculino, Freud sugere a existência de outras possibilidades, além daquela que ele considera a saída normal.

Nessas diversas maneiras de posicionar-se em relação à castração, é necessário distinguir o que é absolutamente particular (e depende, assim, da forma singular da relação de cada sujeito com os significantes que o marcam) daquilo que aparece como estrutural (e que pode ser relacionado à estrutura clínica como forma generalizável de resposta ao Real, como veremos adiante). Essa distinção, devemos a Lacan, cuja teoria permitiu organizar a psicopatologia freudiana em torno de três grandes estruturas clínicas: neurose, perversão e psicose.

A seguir, retomaremos cada uma dessas estruturas clínicas procurando relacioná-las com o que foi desenvolvido até aqui sobre o complexo de Édipo, para que possamos nos ocupar, mais adiante, das questões clínicas relativas à psicanálise com crianças.

a. Neurose

Em “Dissolução do complexo de Édipo” (1924), Freud descreve o declínio do Édipo nos seguintes termos: “Não vejo razão para negar o nome de ‘repressão’ [*Verdrängung*] ao afastamento do ego diante do complexo de Édipo (...) O processo que descrevemos é, porém, mais que uma repressão. Equivale, se for idealmente levado a cabo, a uma destruição e abolição do complexo. Plausivelmente podemos supor que chegamos aqui à linha fronteira – nunca bem nitidamente traçada – entre o normal e o patológico. Se o ego, na realidade, não conseguiu

muito mais que uma *repressão* do complexo, este persiste em estado inconsciente no id e manifestará mais tarde seu efeito patogênico.”⁴

Segundo Freud, portanto, o recalque é um dos destinos possíveis do complexo de Édipo, havendo duas possibilidades diferentes de ocorrência desse recalque. Ou ele é um recalque “eficaz”, idealmente levado a cabo, que leva à completa destruição do complexo de Édipo, ou o Édipo persiste no inconsciente manifestando seu efeito patogênico, o sintoma.

Assim, Freud não deixa de considerar a hipótese de uma saída normal, a hipótese de que, ao final do Édipo, tenhamos sua completa abolição, seu total desaparecimento, efeito de um recalque bem-sucedido. Como ele diz em “Algumas consequências psíquicas” (1925), “em casos normais, ou melhor, em casos ideais, o complexo de Édipo não existe mais, nem mesmo no inconsciente.”⁵ Entretanto, é ele mesmo quem afirma que a fronteira entre o normal e o patológico nunca pode ser nitidamente traçada; e sendo a normalidade o efeito de um recalque eficaz, isso significa que mesmo a ideia de normalidade em Freud parece indissociável do conceito de recalque.

Em Lacan, encontramos um equivalente dessa concepção da eficácia do recalque no *Seminário 4*, no qual está presente a ideia de uma função paterna que daria conta completamente de, ao substituir-se ao desejo materno, livrar o sujeito da necessidade patológica dos sintomas. Retomaremos esse ponto mais adiante.

Essa concepção leva à conclusão de que quando o recalque não é idealmente levado a cabo, quando a função paterna não opera de forma completamente eficaz, o que ocorre é a neurose, na qual os sintomas revelam, de forma simbólica, os efeitos patogênicos que persistem no inconsciente. Para Freud, os sintomas não são nada mais que a expressão deformada do desejo infantil que sucumbiu ao recalque.

³ FREUD, Sigmund. *Obras completas*, op. cit., v. XXII, p. 155.

⁴ Idem, ibidem, v. XIX, p. 221-22.

⁵ Idem, ibidem, p. 319.

É no texto “Interpretação dos sonhos” (1900), a partir da noção de representação, que Freud descreve os mecanismos que fazem do desejo recalcado uma expressão deformada, incompreensível para o próprio sujeito. No lugar dos desejos sexuais infantis recalcados, aparece uma nova representação, aparentemente sem conexão com a anterior, devido aos processos de condensação e deslocamento que atuam na passagem do conteúdo latente, recalcado, ao conteúdo manifesto. É esse processo de deformação, característico da passagem do conteúdo latente ao conteúdo manifesto, que dá às formações do inconsciente o caráter enigmático para o próprio sujeito, que desconhece o sentido daquele sintoma que o representa.

Segundo Freud, “(...) apenas impulsos sexuais impregnados de desejo oriundos da infância, que experimentaram repressão (...) durante o período de desenvolvimento infantil, são capazes de ser revividos durante períodos de desenvolvimento *posteriores* (...) e acham-se assim aptos a fornecer a força motivadora para a formação de sintomas (...).”⁶ O infantil é o que fica sob a barra da censura, e esse infantil não é senão o sexual, para Freud sempre traumático. O sintoma aparece no lugar do trauma sexual, e nisso as articulações iniciais de Lacan não fazem senão retomar Freud.

Como decorrência dessa articulação freudiana do recalque, a análise adquire a dimensão de uma reconstrução da história sexual infantil. Em “Algumas consequências psíquicas” (1925), Freud afirma: “em meus próprios escritos e naqueles de meus seguidores, sempre mais ênfase é dada à necessidade de que as análises de neuróticos lidem de modo completo com o período mais remoto de sua infância, a época da primeira eflorescência da vida sexual.”⁷ Para Freud, essa

⁶ FREUD, Sigmund. A interpretação dos sonhos (1900). In: *Obras completas*, op. cit., v. V, p. 644.

⁷ Idem, *Obras completas*, op. cit., v. XIX, p. 309.

reconstrução da história sexual infantil, ao restabelecer o sentido último de um sintoma, teria o poder de eliminá-lo.

Em “O sentido dos sintomas” (1917), Freud afirma: “o sentido de um sintoma, conforme verificamos, possui determinada conexão com a experiência do paciente. Quanto mais individual for a forma dos sintomas, mais motivos teremos para esperar que seremos capazes de estabelecer essa conexão. A tarefa, então, consiste simplesmente em descobrir, com relação a uma ideia sem sentido e uma ação despropositada, a situação passada em que a ideia se justificou e a ação serviu a um propósito.”⁸

Entretanto, há uma dificuldade decorrente dessa concepção, que é a de circunscrever o sentido “último” de um sintoma, o desejo inconsciente que o produz. O que permite a Freud afirmar que uma interpretação, ainda que ligada aos desejos infantis do paciente, é a “última” interpretação possível, que para além dela não pode haver outra interpretação, e mais outra, infinitamente?

Há vários pontos da obra de Freud nos quais ele parece admitir um redimensionamento dessa questão. No texto “Interpretação dos sonhos” (1900), está presente, ao lado da concepção de que os sonhos têm um sentido, a ideia da existência de um *umbigo do sonho*, “ponto central do sonho, o ponto de onde ele mergulha para o desconhecido.”⁹ Em “Lembranças encobridoras” (1899), Freud chega à conclusão de que, em um certo sentido, toda recordação infantil é encobridora, o que significa que é necessário “reduzir a distinção (...) entre as lembranças encobridoras e outras lembranças derivadas de nossa infância” uma vez que “pode-se questionar se temos mesmo alguma lembrança

⁸ Idem, Conferências introdutórias sobre psicanálise, conferência XVII: o sentido dos sintomas (1917). In: *Obras completas*, op. cit., v. XVI, p. 319.

⁹ Idem, In: *Obras completas*, op. cit., v. V, p. 560.

proveniente de nossa infância: as lembranças *relativas* à infância talvez seja tudo o que possuímos.”¹⁰

Como esses, há muitos outros pontos que apontam em Freud a presença de um brecha na questão da direção da análise como busca de um sentido último do sintoma, uma brecha que toma maiores proporções com a formulação da pulsão de morte em “Mais além do princípio do prazer” (1920) e com a segunda tópica.

No texto “Análise terminável e interminável” (1937), por exemplo, Freud considera que “o efeito terapêutico depende de tornar consciente o que está reprimido (no sentido mais amplo da palavra) no Id,”¹¹ mas ainda assim admite a existência de pontos que permanecem intocados pelo trabalho de análise.¹²

É Lacan, entretanto, quem retomará essa questão, ampliando o limite da análise para além do Édipo e situando-a em relação ao fantasma, no qual a posição do sujeito articula-se à do objeto *a*. Aliados à noção de gozo e à ideia do real como um resto não completamente redutível ao simbólico, esses conceitos permitem a Lacan situar o final da análise para além da busca do sentido último do sintoma. No *Seminário II*, Lacan afirma: “a interpretação não visa tanto o sentido quanto reduzir os significantes a seu não senso, para que possamos reencontrar os determinantes de toda a conduta do sujeito.”¹³ Retomaremos esse ponto no próximo capítulo.

Mas mesmo admitindo um “para além do Édipo” no trabalho analítico, a neurose é, para Lacan, a estrutura clínica que se caracteriza pela presença do recalque e de seu efeito patogênico no inconsciente, os sintomas.

Além disso, segundo Lacan, “a estrutura de uma neurose é essencialmente a estrutura de uma questão.”¹⁴ Para ele, “o que está em discussão no nosso sujeito é a questão *Quem sou eu?* ou *Sou eu*, é uma relação de ser, é um significante fundamental. É na medida em que essa questão foi reanimada como simbólica, e não reativada como imaginária, que foi desencadeada a descompensação de sua neurose, e que seus sintomas foram organizados. Sejam quais forem as suas qualidades, a sua natureza, o material a que eles recorreram, estes tomam valor de formulação, de reformulação, mesmo de insistência, dessa questão.”¹⁵ O sujeito adquire assim a dimensão da resposta do ser à questão: quem sou?

No texto “Instância da letra” (1957), Lacan afirma: “(...) Na coextensividade do desenvolvimento do sintoma e de sua resolução curativa revela-se a natureza da neurose: fóbica, histérica ou obsessiva, a neurose é uma questão que o ser coloca para o sujeito ‘lá de onde ele estava antes que o sujeito viesse ao mundo’.”¹⁶ Não por acaso, no *Seminário 4*, Lacan faz referência, para situar essa questão, à frase que Freud utiliza para “explicar o complexo de Édipo a Hans.”

Mas qual a relação entre essa pergunta, *quem sou?*, que para Lacan é característica da neurose, com o complexo de Édipo?

Entendemos que trata-se de uma pergunta que revela, de forma bastante evidente, a articulação pelo sujeito da falta no campo do Outro e de sua queda na posição fálica, o que só é possível a partir da instauração da castração. É somente porque a criança perde a ilusão de ser o falo materno que ela pode perguntar-se sobre o que ela é para o Outro. É a quebra dessa ilusão que engendra a questão: *então o que sou?* Questão que, segundo Lacan, retorna para o sujeito articulada a um *o que quer o Outro de mim?*

¹⁰ Idem, *ibidem*, v. III, p. 286-287.

¹¹ Idem, *ibidem*, v. XXIII, p. 271.

¹² Idem, *ibidem*, p. 262.

¹³ LACAN, Jacques. *Seminário II: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*, (1964). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1979, p. 167.

¹⁴ Idem, *Seminário 3*, op. cit., p. 199-200.

¹⁵ Idem, *ibidem*, p. 196.

¹⁶ Idem, *A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud* (1957). In: *Escritos*, op. cit., p. 524.

Mostramos, anteriormente, a incidência da castração sobre a criança no segundo tempo, no qual a percepção da privação materna é concomitante à queda da identificação fálica. A privação materna é o que faz situar um enigma, um *x*, em relação ao desejo da mãe. É esse enigma que tem o efeito de colocar em questão a posição fálica da criança. A falta tem incidência, em primeiro lugar, sobre o Outro materno, mas é essa incidência que tira a criança de sua identificação imaginária ao falo.

O que nos parece importante ressaltar é que o efeito da constatação da privação materna não é diferente caso se trate de um menino ou de uma menina. Pela privação materna do segundo tempo, ambos, menino ou menina, deixam de ser o falo. Para Lacan, independentemente do sexo da criança, é necessário que, em relação ao falo, a criança “aceite tê-lo e não tê-lo a partir da descoberta de que não o é.”¹⁷ É a partir da descoberta de que não é o falo, que a criança pode, na etapa seguinte, situar-se em relação ao ter.

É somente no terceiro tempo que essa questão toma uma dimensão importante e decisiva no tocante à identidade sexual, com o retorno da questão fálica sobre o próprio sujeito. É no terceiro tempo que a incidência da privação materna toma diferentes rumos, levando o sujeito a posicionar-se de maneiras distintas conforme o real de seu sexo, uma vez que o dado anatômico exige da criança situar-se em relação ao que tem ou não tem. É nesse ponto que se pode pensar em diferentes soluções edípicas a partir da significação dada pela criança à distinção anatômica entre os sexos.

Assim, embora a incidência da privação materna seja a mesma sobre a criança do sexo feminino e masculino, o destino que essa incidência tem no terceiro tempo parece ser diferente em cada caso, uma vez que diferentes significações sejam dadas ao dado

¹⁷ LACAN, Jacques. A direção do tratamento e os princípios de seu poder (1958). In: *Escritos*, op. cit., p. 649.

anatômico. Como bem nos mostrou Freud, embora a questão anatômica não seja o único determinante da posição sexual do sujeito, é sobre esse real do corpo que incide a significação fálica em torno da qual se ordena o complexo de Édipo. Conforme o destino que o sujeito dá a essas significações é que se pode situar a particularidade das posições histérica e obsessiva.

a.1. Histeria e neurose obsessiva

Há vários aspectos que podem ser ressaltados para definir a histeria e a neurose obsessiva como duas formas distintas de neurose. Quando essa definição baseia-se no complexo de Édipo, costuma-se evocar a passagem do ser ao ter.

No texto “A significação do falo” (1958), Lacan afirma que “(...) atendo-nos à função do falo, podemos apontar as estruturas a que serão submetidas as relações entre os sexos.”¹⁸ Para ele, “(...) essas relações girarão em torno de um ser e de um ter que, por se reportarem a um significante, o falo, têm o efeito contrário de, por um lado, dar realidade ao sujeito nesse significante e, por outro, irrealizar as relações a serem significadas. E isso pela intervenção de um parecer que substitui o ter, para, de um lado, protegê-lo e, de outro, mascarar sua falta no outro (...)”¹⁹

Joël Dor, em seu livro *O pai e sua função em psicanálise*, distingue a histeria da neurose obsessiva pelas vertentes do ser e do ter. Para ele, “assim como convém designar os sujeitos histéricos como *militantes do ter*, o obsessivo já se apresenta como um *nostálgico do ser*, que comemora, incansavelmente, os vestígios de um modo particular de relação que a mãe manteve com ele.”²⁰

¹⁸ Idem, In: *Escritos*, op. cit., p. 701.

¹⁹ Idem, ibidem.

²⁰ Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991, p. 63.

Segundo Dor, toda a questão obsessiva reside nessa nostalgia de ser o falo materno, uma vez que “não há romance familiar obsessivo em que o interessado não se remeta a esse privilégio de ter sido pressentido como o filho preferido pela mãe.”²¹ Por outro lado, Dor entende que “é justamente porque o histérico se sente injustamente privado do objeto do desejo edipiano – o falo – que a dinâmica do desejo vai essencialmente ressoar ao nível do *ter*.”²²

A partir de nossas articulações anteriores sobre os três tempos do Édipo, entendemos que seja possível afirmar que na neurose, qualquer que seja ela, histérica ou obsessiva, está sempre presente essa “nostalgia do ser” mencionada por Dor, uma vez que toda neurose implica a queda da identificação imaginária com o falo materno. A queda da posição fálica, que Lacan situa no segundo tempo do Édipo, é o que abre a hiância na qual pode ser introduzida a pergunta: *o que sou para o Outro?*

É com base nessa nostalgia do ser que, no terceiro tempo, o sujeito vai posicionar-se pela vertente do *ser* ou do *ter*, a partir do retorno da questão fálica sobre si mesmo, que faz com que seja dada uma significação ao dado anatômico. É por isso que tanto Lacan como Freud sugerem que haveria dificuldades maiores para a mulher nesse momento, pois se a anatomia oferece ao menino a ilusão do *ter*, à mulher falta, no real do corpo, algo que forneça uma significação sexual diferente daquela da castração, da ausência, da falta.

Em “A significação do falo” (1958), Lacan afirma que, no caso da mulher, a interpretação da castração é “especialmente espinhosa.”²³ O falo, entretanto, não é o pênis. Embora a noção de falo se apoie na anatomia, ela a ultrapassa. Em 1923, Freud já afirmara que a primazia

²¹ Idem, *ibidem*.

²² Idem, *ibidem*, p. 69.

²³ LACAN, Jacques. In: *Escritos*, op. cit., p. 693.

fálica “(...) não é uma primazia dos órgãos genitais, mas uma primazia do *falo*.”²⁴ Entretanto, certas passagens da obra freudiana trazem algumas dificuldades para distinguir o conceito do órgão que privilegiadamente o representa.

Lacan, ao ressaltar a distinção da castração nas vertentes simbólica e imaginária, permite esclarecer alguns pontos enigmáticos da obra de Freud, especialmente em relação ao Édipo feminino. Com efeito, Lacan afirma que a inveja do pênis só pode ser pensada como castração quando se considera a castração como uma falta imaginária. Entretanto, já no *Seminário 4*, Lacan ressalta a necessidade de situar a falta também nas vertentes real e simbólica, como *privação* e *frustração*.

No caso da menina, o retorno da incidência da questão fálica, no terceiro tempo, deve ser entendido pela via da privação pois, no real do corpo da menina, o imaginário só faz apontar a ausência. Entretanto, a ausência do pênis no real do corpo só pode adquirir o sentido de uma falta na medida em que se trata da falta de um objeto simbólico – o falo no lugar do pênis que falta, mas que nunca esteve lá.

No caso do menino, não é a vertente da privação, e sim a da castração que é ressaltada, pois a anatomia lhe oferece maior condição de manter-se na ilusão de ter o falo. Se o menino tem o pênis, a falta é uma possibilidade simbólica, que se revela no temor da perda.

Podemos, portanto, supor que o fato de a anatomia levar a um privilégio da vertente da privação no caso da mulher e da castração no caso do homem, tenha alguma relação com a ocorrência mais frequente de histerias femininas e de neuroses obsessivas masculinas, embora essa não seja a regra.

No *Seminário 3*, Lacan remete-se a Dora para situar a questão da histeria: “que diz Dora através de sua neurose? Que diz a histérica-mulher?”

²⁴ FREUD, Sigmund. A organização genital infantil (1923). In: *Obras completas*, op. cit., v. XIX, p. 180.

Sua questão é a seguinte: *O que é ser uma mulher?*”²⁵ No *Seminário 4*, Lacan afirma que a questão “(...)assume, na histeria, as seguintes formas: *o que é ter o sexo que eu tenho? O que quer dizer ter um sexo? O que quer dizer que eu possa, mesmo, me formular essa questão?* Com efeito, devido à introdução da dimensão simbólica, o homem não é simplesmente um macho e uma fêmea, mas é-lhe necessário situar-se com referência a algo de simbolizado que se chama macho e fêmea.”²⁶ O enigma que a histérica se coloca surge da impossibilidade de simbolização do sexo da mulher como tal, uma vez que o imaginário fornece apenas ausência.

A questão da neurose obsessiva é apresentada por Lacan no *Seminário 4*: “Se a neurose se relaciona com o nível da existência, ela se relaciona com isso de maneira ainda mais dramática na neurose obsessiva, na qual está em jogo não apenas a relação do sujeito com o seu sexo, mas sua relação com o próprio fato de existir. É assim que se situam como obsessivas as questões: *O que é existir? Como sou com referência àquele que sou sem o ser, já que posso, de alguma maneira, dispensá-lo, distanciar-me dele o bastante para concebê-lo como morto?*”²⁷

É nesse mesmo sentido que Porge afirma que, segundo Lacan “o mito retirado de Sófocles se situa na vertente da histeria enquanto que aquele do *Totem e tabu* na vertente da neurose obsessiva.”²⁸

a.2. Fobia

A fobia merece aqui um destaque especial. Em primeiro lugar, porque o objeto de nosso trabalho é a clínica com crianças, e a fobia consiste no

paradigma das patologias da infância. Em segundo lugar, porque embora a fobia seja uma estrutura clínica comumente relacionada à neurose – juntamente com a histeria e a neurose obsessiva – o próprio Lacan a define, no *Seminário 16* (1968-1969)²⁹, como uma “placa giratória” entre a neurose obsessiva e a histeria, o que parece indicar a necessidade de dar-lhe um lugar diferenciado, mesmo entre as neuroses.

Na obra de Freud, o tema da fobia aparece com destaque no texto sobre o caso Hans³⁰. Em “Inibição, sintoma e angústia” (1926), Freud retoma-o, definindo a fobia como um sintoma. Segundo ele, “se Hans, estando apaixonado pela mãe, mostrara medo do pai, não devemos ter direito algum de dizer que ele tinha uma neurose ou fobia. Sua reação emocional teria sido inteiramente compreensível. O que a transformou em uma neurose foi apenas uma coisa: a substituição do pai por um cavalo. É esse deslocamento, portanto, que tem o direito de ser denominado de sintoma (...).”³¹ E o que leva a esse deslocamento, que faz surgir o sintoma fóbico?

No *Seminário 4*, Lacan refere-se ao aparecimento da fobia como uma necessidade do sujeito. “A partir de que momento a fobia se torna necessária? A partir do momento em que à mãe falta o falo.”³² Para Lacan, diante da falta do falo materno, a fobia impõe-se como uma necessidade do sujeito.

Vimos, anteriormente, que a ausência do falo materno remete ao segundo tempo do Édipo. Segundo Lacan, essa ausência adquire, para a criança, o valor de privação, a falta real – a mãe não tem o falo – de um objeto simbólico – a criança nessa posição de falo materno.

²⁵ LACAN, Jacques. *Seminário 3*, op. cit., p. 200.

²⁶ Idem, *Seminário 4*, op. cit., p. 403.

²⁷ Idem, ibidem.

²⁸ PORGE, Erik. *Os nomes do pai em Jacques Lacan*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1998.

²⁹ LACAN, Jacques. *Seminário 16*: de um Outro ao outro (1968-1969), seminário inédito, não publicado oficialmente.

³⁰ FREUD, Sigmund. Análise de uma fobia em um menino de cinco anos (1909). In: *Obras completas*, op. cit., v. X.

³¹ Idem, In: *Obras completas*, op. cit., v. XX, p. 125.

³² LACAN, Jacques. *Seminário 4*, op. cit., p. 74.

No *Seminário 4*, Lacan antecipa a relação entre a fobia e o que ele chamará, no ano seguinte, o segundo tempo do Édipo:

“Existe inicialmente uma dupla decepção imaginária – localização pela criança do falo que lhe falta, depois, num segundo tempo, percepção de que à mãe, a esta mãe que está no limite do simbólico e do real, falta também o falo. Segue-se o apelo feito pela criança a um termo que sustente esta relação insustentável. É então a eclosão da fobia, com o surgimento desse ser fantasístico (...), que aqui intervém como, falando propriamente, o responsável por toda a situação, aquele que morde, aquele que castra, aquele graças ao qual o conjunto da situação é pensável, vivenciável simbolicamente, ao menos por um período provisório.”³³ A fobia toma lugar como apelo a um termo que sustente o que à criança parece insustentável, apelo àquele que então se torna, como afirma Lacan, responsável por toda a situação. “O que está em jogo a cada vez que lidamos com o aparecimento de uma fobia, e que é aqui manifesto, trata-se daquilo que, por um viés qualquer, vem se revelar à criança como a privação fundamental com que é marcada a imagem da mãe. Essa privação é intolerável, já que, afinal de contas, é dela que depende o fato de a criança aparecer, ela mesma, ameaçada da privação suprema, isto é, de não poder de jeito nenhum satisfazer a mãe. E é a essa privação que o pai deve trazer alguma coisa.”³⁴

É exatamente com esse quadro que, no *Seminário 5*, Lacan caracteriza o segundo tempo do Édipo, no qual a entrada do pai corresponde a uma necessidade imposta pela privação materna. O pai, embora esteja presente desde o início no discurso materno, só toma lugar a partir dessa necessidade da criança, a de dar uma significação, ou um significado, à falta do falo na mãe. É porque o pai fica investido,

no segundo tempo, dessa significação, que ele adquire a característica de um pai imaginário, privador e onipotente.

O que Lacan afirma no *Seminário 4* é que, no caso da fobia, não há elemento que sustente um lugar terceiro de intermediação nessa relação de duas faltas. Para Lacan, o objeto fóbico aparece para suprir a carência desse elemento terceiro, situando-se no lugar onde falta o pai. Uma vez que o sujeito fóbico se depara com a falta, ele apela à fobia como organizador dessa falta para a qual não há outra forma de organização possível (devido à carência do pai).

Devemos notar, entretanto, que se relacionarmos a descrição da fobia do *Seminário 4* à do segundo tempo do Édipo, torna-se evidente que tanto o pai privador do segundo tempo, quanto o objeto fóbico, constituem uma necessidade da criança, necessidade que se impõe diante da percepção de que à mãe falta o falo. Segundo Lacan, “por ocasião de um momento particularmente crítico, quando nenhuma via de outra natureza está aberta para a solução do problema, a fobia constitui um apelo por socorro, o apelo a um elemento simbólico singular.”³⁵ A privação materna pode tanto levar a um apelo ao pai como, na falta do pai, ao objeto fóbico. Mas então é a presença ou carência do pai que leva a uma ou outra forma de apelo? Para Lacan, como para Freud, sim, é a necessidade de colocar um substituto simbólico onde falta o pai, que leva à fobia. O objeto fóbico é um substituto simbólico do pai, quando este se encontra ausente. Mas se há carência do pai, se ele não operou, como entender a necessidade da criança de apelo a esse terceiro?

Ou bem considera-se que a criança apela à fobia por julgar insuportável a situação de assujeitamento ao Outro materno no primeiro tempo (o que dá a esse apelo um caráter autônomo em relação aos elementos estruturais

³³ Idem, ibidem, p. 81.

³⁴ Idem, ibidem, p. 329.

³⁵ Idem, ibidem, p. 57.

– tema ao qual voltaremos mais adiante), ou então é necessário supor que esse “apelo”, essa “necessidade” de um elemento terceiro é decorrente da própria privação materna no segundo tempo do Édipo, diante da qual o objeto fóbico consistiria em uma das formas possíveis de apelo ao elemento a que se atribui essa privação. Nesse sentido, a fobia não seria decorrente da falta do pai – pois o próprio objeto fóbico seria a marca da presença paterna – mas do fato de que esse pai tenha, para a criança, um caráter imaginário e, portanto, aterrorizante. Ora, como vimos anteriormente, é esse aspecto imaginário que caracteriza o pai privador do segundo tempo, o que faz pensar que há uma equivalência, não entre o objeto fóbico e a inoperância do pai, mas entre o objeto fóbico e o apelo ao pai privador do segundo tempo. Dessa forma, a fobia não corresponderia à *ausência* da função paterna, mas a uma ocorrência relativa à passagem do estatuto imaginário ao estatuto simbólico do pai, uma passagem que só é desenvolvida por Lacan no seminário do ano seguinte. É somente a partir do *Seminário 5* que é possível afirmar, em relação à fobia, que falta o pai como elemento simbólico (esse que encontramos na saída do terceiro tempo do Édipo), mas não o pai enquanto elemento imaginário, esse que Lacan descreve no segundo tempo do Édipo como privador e onipotente, do qual o objeto fóbico é a versão mais evidente.

No segundo tempo do Édipo, o pai é um elemento terceiro, mas um elemento que se cristaliza e se personifica em um objeto, sendo a função do pai castrador transferida para esse objeto. Nesse sentido, a fobia não seria uma carência do pai, mas a carência do pai na passagem ao lugar simbólico do terceiro tempo. Na fobia, o que parece estar em jogo, é a versão imaginária do pai do segundo tempo, um elemento imaginário ao qual a criança recorre quando tem de se haver com a privação materna.

Lembremos que há certas fases na infância em que são comuns os medos, os temores passageiros, que parecem estar, de alguma forma,

relacionados à exigência de encontrar no mundo um agente que dê conta do temor relativo à privação materna, que caracteriza uma determinada etapa do desenvolvimento da criança. É nesse sentido que a fobia pode ser considerada o paradigma das neuroses infantis.

Também nesse sentido parece ser possível situar a fobia como uma neurose “em suspensão” e, portanto, como uma “placa giratória” entre a histeria e a neurose obsessiva. Na fobia há castração, há pai operante, mas a castração não encontra seu endereçamento tranquilizador na figura do pai simbólico do terceiro tempo. Pela falta desse endereçamento ao pai, a criança articula a privação materna a um elemento imaginário, o objeto fóbico. É isso que possibilita um contraponto importante entre a fobia e a perversão, constantemente evocado por Lacan no *Seminário 4*, como veremos a seguir.

b. Perversão

A perversão é um tema recorrente em Lacan, e aparece várias vezes nos seminários 4 e 5, articulado ao complexo de Édipo. No *Seminário 4*, Lacan afirma que “(...) nenhuma estruturação perversa, por mais primitiva que a supusermos (...) é articulável senão como meio, cavilha, elemento de alguma coisa que, afinal de contas, não se concebe, não se compreende, não se articula senão no, pelo e para o processo, a organização, a articulação do complexo de Édipo.”³⁶ Lacan se opõe, assim, às concepções de que a perversão “(...) atravessaria, de certo modo, intacta, toda a dialética que tende a se estabelecer no Édipo.”³⁷ Segundo ele, essa seria uma má interpretação da afirmação freudiana de que a perversão é o negativo da neurose,³⁸ pois a perversão

³⁶ Idem, ibidem, p. 122.

³⁷ Idem, ibidem, p. 114.

³⁸ Essa afirmação está presente em diferentes pontos ao longo da obra de Freud, por exemplo, nos “Três ensaios sobre a sexualidade” (1905), p. 168.

tem, como a neurose, íntima ligação com o Édipo e o complexo de castração.

O fetichismo é o paradigma das formas de perversão e aparece frequentemente no *Seminário 4* como um contraponto da fobia, no sentido de que ambas se caracterizam por uma captura imaginária da criança em posição de falo materno.

Mas o que diferencia a fobia da perversão? Uma leitura cuidadosa do *Seminário 4* permite notar que, para Lacan, trata-se de duas situações distintas de identificação com o falo no complexo de Édipo.

A identificação ao falo é, como vimos, a posição da criança no primeiro tempo e, como tal, é considerada por Lacan como uma via normal. Por isso, Lacan refere-se, no *Seminário 5*, à posição da criança no primeiro tempo como uma “perversão primária no plano imaginário.”³⁹ Essa perversão que Lacan denomina primária, ligada à identificação imaginária da criança ao falo materno é, como já havíamos observado, uma etapa estruturante da qual depende até mesmo a conquista do corpo próprio como uma unidade pela criança.

Trata-se, entretanto, de uma etapa que deve ser superada, o que, como vimos anteriormente, só pode ocorrer à medida que a criança percebe o desejo da mãe como estando articulado a algo para além dela mesma, ou seja, à medida que a própria criança tem de lidar com a constatação de não ser o objeto único do desejo materno. É dessa forma que a criança é introduzida, no segundo tempo do Édipo, no universo da castração.

Esse é o dado que, como afirma Lacan, a criança “(...) aceita ou não aceita, e, na medida em que não aceita isso o leva, homem ou mulher, a ser o falo.”⁴⁰ É nessa posição fálica, definida pela recusa de não ser o objeto único do desejo materno, que Lacan situa a perversão

³⁹ LACAN, Jacques. *Seminário 5*, op. cit., p. 205.

⁴⁰ Idem, ibidem, p. 193.

como estrutura clínica, aquela “que está intimamente ligada à conclusão do complexo de Édipo.”⁴¹

Para Lacan, portanto, “todo o problema das perversões consiste em conceber como a criança, em sua relação com a mãe, (...) identifica-se com o objeto imaginário desse desejo, na medida em que a própria mãe o simboliza no falo.”⁴²

Assim, Lacan propõe pensar essa identificação perversa não em relação à posição fálica do primeiro tempo, mas à passagem do segundo ao terceiro tempo do Édipo.

Como vimos, é na passagem do segundo ao terceiro tempo que ocorre a entrada efetiva do pai no complexo de Édipo. O pai entra ditando a lei à mãe, uma lei que se impõe como uma “mensagem sobre uma mensagem.”⁴³ Essa mensagem do pai sobre a mensagem da mãe é o que revela à criança que a mãe está submetida a uma lei que não é a dela.

No caso da perversão, entretanto, ocorre uma inversão pela qual a mãe é quem dita a lei ao pai. Segundo Lacan, “é a mãe que mostra ter sido a lei para o pai num momento decisivo.”⁴⁴ Se, no segundo tempo, o que é esperado é a entrada do pai como aquele a quem a criança faz a atribuição da privação materna, no caso da perversão isso não ocorre. Não é o pai, mas a própria mãe, que aparece como a detentora da lei a partir da privação materna.

Para Lacan, “(...) no momento em que a intervenção proibidora do pai deveria ter introduzido o sujeito na fase de dissolução de sua relação com o objeto de desejo da mãe, e cortado pela raiz qualquer possibilidade de ele se identificar com o falo, o sujeito encontra na estrutura da mãe,

⁴¹ Idem, ibidem, p. 205.

⁴² Idem, De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose (1958). In: *Escritos*, op. cit., p. 561.

⁴³ Idem, *Seminário 5*, op. cit., p. 209.

⁴⁴ Idem, ibidem, p. 215.

ao contrário, o suporte, o reforço que faz com que essa crise não ocorra. No momento ideal, no tempo dialético em que a mãe deveria ser apreendida como privada do adjeto, de tal modo que o sujeito literalmente não soubesse mais para que santo apelar a esse respeito, ele depara, ao contrário, com a segurança dela.”⁴⁵ Ou seja, a criança se mantém em sua posição de identificação fálica, e isso na medida em que ela encontra, na própria mãe, o suporte que faz com que essa crise não ocorra.

No caso da perversão, a privação materna não leva, como se poderia esperar, a um apelo ao pai. Não ocorre, como na neurose, o envio dessa questão a um terceiro. Disso resulta que o sujeito perverso retorna ao que Lacan chama a *segurança materna*. “Isso permite aguentar o tranco perfeitamente, por ele ter experimentado que é a mãe que é a chave da situação, e que ela não se deixa privar nem despojar.”⁴⁶ Entretanto, – e isso nos parece fundamental para compreender a perversão – a mãe não se deixa privar em um contexto em que ela já foi percebida como faltante. Isso implica, portanto, a negação da privação percebida, uma negação que é característica da posição perversa.

No texto “Fetichismo” (1927), Freud descreve de maneira bastante clara essa negação que caracteriza a perversão. Segundo ele, a denegação (*Verleugnung*) da castração pelo fetichista não é uma simples falsa-crença na presença do falo na mulher, tal como o que ocorre durante a fase da premissa fálica. Para Freud, há uma crença inicial na presença do falo na mulher, mas essa crença é confrontada com a percepção de que a mulher não tem o falo. É sobre essa percepção que incide a negação perversa. “Não é verdade que, depois que a criança fez sua observação da mulher, tenha conservado inalterada sua crença de que as mulheres possuem um falo. Reteve essa crença,

mas também a abandonou. No conflito entre o peso da percepção desagradável e a força de seu contradesejo, chegou-se a um compromisso, tal como só é possível sob o domínio das leis inconscientes do pensamento – os processos primários. Sim, em sua mente, a mulher *teve* um pênis, a despeito de tudo, mas esse pênis não é mais o mesmo de antes. Outra coisa tomou seu lugar, foi indicada como seu substituto, por assim dizer, e herda agora o interesse anteriormente dirigido a seu predecessor.”⁴⁷ O fetiche é esse substituto, é o objeto que toma o lugar da suposição da presença do pênis na mulher.

É nesse sentido que Freud afirma que a *Verleugnung*, que incide sobre a percepção da castração materna, não pode ser considerada uma simples negação, tal como o que ocorre na escotomização. “‘Escotomização’ parece-me [uma palavra] particularmente inapropriada, por sugerir que a percepção é inteiramente apagada, de maneira que o resultado é o mesmo que sucede quando uma impressão visual incide sobre o ponto cego da retina.”⁴⁸ Na *Verleugnung*, o que ocorre é a negação de uma percepção que houve, e que é, em seguida, negada. Há a constatação da falta do pênis na mulher e, em seguida, há a negação disso que foi constatado. É nisso que o fetiche “permanece um indício do triunfo sobre a ameaça de castração e uma proteção contra ela.”⁴⁹ Ao mesmo tempo em que nega a castração, é o que mostra que ela teria operado e que, por isso, é preciso negá-la.

Nos termos em que Lacan descreve a privação materna, não se trata, portanto, da não constatação dessa privação. Trata-se de uma *Verleugnung* dessa constatação.

No caso da perversão, o que está em jogo não é a percepção ou não da privação materna, mas o mecanismo do qual o sujeito perverso

⁴⁷ FREUD, Sigmund. In: *Obras completas*, op. cit., v. XXI, p. 181.

⁴⁸ Idem, ibidem, p. 180-181.

⁴⁹ Idem, ibidem, p. 181.

⁴⁵ Idem, ibidem, p. 215-216.

⁴⁶ Idem, ibidem, p. 216.

se utiliza para lidar com essa percepção. Não há envio ao pai como elemento terceiro, mas um retorno para a própria mãe. Um retorno que só é concebível a partir da ideia de negação, porque só pela negação é possível buscar, justamente naquele a quem falta, um elemento, uma garantia, da inexistência dessa mesma falta.

Ao supor na mãe um porto seguro que lhe permita evitar a constatação de uma falta na própria mãe, a criança faz, de sua eleição do porto seguro, a própria negação daquilo de que ela tem que se proteger. Como supor que a mãe possa ser referência para negar uma falta que, afinal, foi constatada nela? Trata-se de um paradoxo que só a posição perversa pode sustentar.

A mãe, que não tem o falo, dita a lei como quem o tem. É essa a denegação perversa, que não situa a mãe nem como aquela que não tem o falo, que é castrada, nem como aquela que o tem, que é fálica. A mãe é aquela que não tem mas... dita a lei como se o tivesse. É por isso que Lacan afirma, retomando o texto freudiano, que “o pênis de que se trata não é o pênis real, é o pênis na medida em que a mulher o tem – isto é, na medida em que ela não o tem.”⁵⁰

Assim, no caso da perversão, a negação e a afirmação da falta recobrem o mesmo ponto. É um curto-circuito que reenvia a criança à mãe, no momento em que ela deveria fazer um apelo ao pai.

Esse é um dos pontos que marca a diferença entre as posições fóbica e perversa. Enquanto na fobia o sujeito encontra segurança localizando em um elemento terceiro – o objeto fóbico – aquilo que é temido, na perversão a segurança é encontrada no retorno ao curto-circuito fálico da relação com a mãe.

Por causa desse retorno, o pai perde sua função de endereçamento da atribuição da privação materna. “Em outras palavras, o pai pode continuar a dizer o que quiser, que isso para eles

não fede nem cheira.”⁵¹ Para Lacan, entretanto, “isso não quer dizer que o pai não tenha entrado em jogo.”⁵²

Segundo Lacan, esse retorno ao circuito fálico da relação com a mãe pode aparecer de várias maneiras: no fetichismo, no travestismo e, em alguns casos, no homossexualismo. “Sendo preciso que a mãe seja fálica, ou que o falo seja colocado no lugar da mãe, teremos o fetichismo. Sendo preciso que ela realize em si mesma, intimamente, a junção do falo com a mãe, sem a qual nada nela poderá satisfazer-se, teremos o travestismo.”⁵³ “No travestismo, o sujeito põe em causa o seu falo. (...) O sujeito se identifica com uma mulher, mas com uma mulher que tem um falo, apenas ela tem um, na medida que oculto. (...) É pela existência das roupas que se materializa o objeto.”⁵⁴

Nota-se, portanto, que a perversão aparece como uma posição assumida pelo sujeito masculino, posição que implica simultaneamente a afirmação e a negação da castração.

Permanece, entretanto, uma questão em relação à perversão no sujeito feminino. No *Seminário 4*, Lacan fala da inexistência do fetichismo na mulher.⁵⁵ Qual a razão disso? Afinal, uma das três saídas possíveis do Édipo feminino apontadas por Freud é, como vimos, a saída pela masculinidade. “A esperança de algum dia obter um pênis, apesar de tudo, e assim tornar-se semelhante a um homem, pode persistir até uma idade incrivelmente tardia e transformar-se em motivo para ações estranhas e doutra maneira inexplicáveis. (...) Assim, uma menina pode recusar o fato de ser castrada, enrijecer-se na convicção de que *realmente* possui um pênis e subsequentemente ser compelida a

⁵¹ Idem, *Seminário 5*, op. cit., p. 216.

⁵² Idem, *ibidem*, p. 216.

⁵³ Idem, *ibidem*, p. 298.

⁵⁴ Idem, *Seminário 4*, op. cit., p. 197-198.

⁵⁵ Idem, *ibidem*, p. 156-157.

⁵⁰ LACAN, Jacques. *Seminário 4*, op. cit., p. 154.

comportar-se como se fosse um homem.”⁵⁶ A homossexualidade feminina estaria assim ligada à identificação masculina na mulher, no momento de passagem pelo pai. Em vez de configurar-se um desejo pelo pai, o que aparece é uma identificação que implica, necessariamente, a negação da própria falta, uma vez que é uma identificação com o pai enquanto aquele que tem o falo.

Entretanto, alguns fatores nos levam a considerar essa posição como distinta daquela que descrevemos como a saída perversa. Em primeiro lugar, se há uma identificação com o pai, é porque ele está colocado aí como um terceiro, o que implica a saída do curto-circuito fálico com a mãe, saída que mostramos estar ausente na perversão. A negação, no caso de homossexualidade feminina assim descrita, não incide sobre a privação materna, mas sobre o retorno da questão fálica sobre o próprio sujeito, que discutimos no capítulo das neuroses como um retorno característico da passagem do segundo ao terceiro tempo. Dessa forma, essa posição seria um correspondente, não do fetichismo, mas da saída homossexual do homem (no sentido de que a constatação da privação materna não é negada), aquela que Freud e Lacan atribuem a uma inversão ao final do Édipo. Para Freud, essa inversão poderia estar ligada tanto à identificação do menino com a figura materna, como a um excessivo interesse narcísico pelo próprio pênis, ou mesmo a uma aversão ao sexo feminino, decorrente da compreensão de que a feminilidade seria o equivalente da castração.⁵⁷ Lacan, no *Seminário 5*, também fala da possibilidade de produzir-se uma inversão, na qual o menino buscaria fazer-se amar por esse que tem o falo, determinando assim a posição homossexual. Para Lacan, esse seria um indício de

como a identificação do menino com o pai no terceiro tempo do Édipo não é simples, não sendo essa a única forma possível de passagem ao pai.

Mas se estamos considerando que o que define a perversão não é o fenômeno homossexual – que pode ser encontrado tanto nas perversões como nas neuroses e psicoses – e sim a posição do sujeito diante da castração, então a homossexualidade, seja ela feminina ou masculina, só pode ser considerada perversa na medida em que há, uma identificação com o portador do falo – seja o pai ou a mãe – enquanto objeto imaginário através do qual a castração é afirmada e negada ao mesmo tempo.

c. Psicose

O caso Schreber, publicado por Freud em 1911 como as “Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranoia,”⁵⁸ e baseado no estudo do texto *Memórias de um doente de nervos* (1903), de Daniel Paul Schreber, nos oferece uma ampla visão da teoria freudiana sobre as psicoses. Freud ocupa-se do delírio psicótico da mesma forma que do sintoma neurótico: ao invés de descartá-lo como manifestação patológica a ser eliminada, busca encontrar nele um sentido. Dedicar-se, portanto, a uma análise cuidadosa do conteúdo do delírio de Schreber – que se crê perseguido por Deus, que lhe teria confiado a missão salvadora de se transformar em mulher e gerar uma nova raça – o que lhe permite formular a hipótese de que o delírio seria uma defesa contra a homossexualidade.⁵⁹

⁵⁸ Idem, In: *Obras completas*, op. cit., v. XII.

⁵⁹ Essa tese será retomada por Lacan, que irá mostrar que os conteúdos homossexuais têm, na realidade, relação com a dificuldade de inscrição do sujeito psicótico nesse campo essencialmente simbólico que é o da sexualidade humana.

⁵⁶ FREUD, Sigmund. Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos (1925). In: *Obras completas*, op. cit., v. XIX, p. 314-315.

⁵⁷ Idem, Sexualidade feminina (1931). In: *Obras completas*, op. cit., v. XXI, p. 263-264.

Para Freud, o delírio de Schreber não deve ser considerado simplesmente uma manifestação patológica, mas uma tentativa de cura. “A formação delirante, que presumimos ser o produto patológico é, na realidade, uma tentativa de restabelecimento, um processo de reconstrução.”⁶⁰ O delírio é concebido como uma manifestação característica do mecanismo da *Verwerfung*, próprio da psicose, no qual “(...) o que foi abolido no interior, volta do exterior.”⁶¹

Lacan retoma o caso Schreber nos anos 1955-1956, no seminário dedicado ao tema das psicoses.⁶² O texto “De uma questão preliminar a todo tratamento possível das psicoses” (1958), escrito entre a primeira e a segunda parte do *Seminário 5*, é também dedicado à estrutura psicótica. Em ambos os textos, Lacan retoma a concepção freudiana das psicoses a partir do mecanismo da *Verwerfung* freudiana, denominando-o *forclusion*. O termo, de origem jurídica, indica o uso de um direito não exercido no momento oportuno⁶³ e é utilizado por Lacan para descrever aquilo que falta ao sujeito psicótico: a castração enquanto ordenadora do campo simbólico e, conseqüentemente, de suas relações com a realidade. Enquanto na neurose, a castração sofre recalçamento e na perversão, ela é denegada, na psicose, ela permanece forcluída para o sujeito.

Segundo Lacan, isso ocorre porque fracassa a operação metafórica que introduz o sujeito no campo simbólico, a operação por meio da

⁶⁰ FREUD, Sigmund. In: *Obras completas*, op. cit., v. XII, p. 94-95.

⁶¹ Idem, ibidem, v. XII. Vale ressaltar que o termo *Verwerfung* é utilizado por Freud em acepções bastante variadas ao longo de sua obra. A utilização do termo *Verwerfung* para definir um mecanismo próprio da psicose deve-se, portanto, a Lacan.

⁶² LACAN, Jacques. *Seminário 3*, op. cit.

⁶³ De acordo com Elisabeth Roudinesco, no *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. p. 245. Os termos *foraclusão* ou *forclusão*, utilizados em nossa língua, constituem, na realidade, neologismos. Um correspondente do termo em nossa língua seria o que encontramos no vocabulário jurídico como *preclusão*.

qual, como vimos anteriormente, o Nome-do-pai vem substituir-se ao desejo materno. “É (...) na foraclusão do Nome-do-pai no lugar do Outro, e no fracasso da metáfora paterna, que apontamos a falha que confere à psicose sua condição essencial, com a estrutura que a separa da neurose.”⁶⁴

Não havendo metáfora paterna, o pai não intervém como lei: “na psicose, o Nome-do-Pai, o pai como função simbólica (...) é, precisamente, *verworfen*. Por causa disso, não existe (...) aquilo mediante o qual o pai intervém como lei.”⁶⁵

É por isso que, para Lacan, a psicose decorre fundamentalmente da carência do pai. Entretanto, como ele explica no *Seminário 5*, essa carência não deve ser entendida como a carência do pai na família, e sim como a carência de uma função.⁶⁶ Para Lacan, “é perfeitamente possível, concebível, exequível, palpável pela experiência, que o pai esteja presente mesmo quando não está, o que já deveria nos incitar a uma certa prudência no manejo do ponto de vista ambientalista no que concerne à função do pai. Mesmo nos casos em que o pai não está presente, em que a criança é deixada sozinha com a mãe, complexos de Édipo inteiramente normais – normais nos dois sentidos: normais como normalizadores, por um lado, e também normais no que se desnormalizam, isto é, por seu efeito neurotizante, por exemplo – se estabelecem de maneira exatamente homóloga à dos outros casos.”⁶⁷ É nesse sentido que a presença ou ausência concreta do pai na família não é suficiente para definir a carência de sua função. O pai de Schreber, por exemplo, longe de ter sido um pai ausente, ficou conhecido pelo

⁶⁴ LACAN, Jacques. De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose (1955-1956). In: *Escritos*, op. cit., p. 582.

⁶⁵ Idem, *Seminário 5*, op. cit., p. 211.

⁶⁶ Idem, ibidem, p. 173.

⁶⁷ Idem, ibidem.

caráter tirânico e extrema rigidez pedagógica, tendo sido autor de um tratado que visava a educação infantil por meio da “ginástica terapêutica”. Para Lacan, portanto, “nunca se sabe em que o pai é carente.”⁶⁸

Assim, o que está em jogo na psicose não é a presença ou ausência do pai na família, mas uma “(...) posição subjetiva em que ao apelo do Nome-do-Pai corresponda, não a ausência do pai real, pois essa ausência é mais do que compatível com a presença do significante, mas a carência do próprio significante.”⁶⁹ “A *Verwerfung* será tida por nós, portanto, como *forclusão* do significante. No ponto em que, veremos de que maneira, é chamado o Nome-do-Pai, pode, pois, responder no Outro um puro e simples furo, o qual, pela carência do efeito metafórico, provocará um furo correspondente no lugar da significação fálica.”⁷⁰ A consequência dessa *Verwerfung* da função paterna é o retorno, no real, do que ficou forcluído, cuja manifestação clara é a alucinação. Para Lacan, “tudo o que é recusado na ordem simbólica, no sentido da *Verwerfung*, reaparece no real.”⁷¹

Uma outra evidência clínica bastante comum da forclusão são os distúrbios graves de linguagem presentes – principalmente em crianças⁷² – que, muitas vezes, revelam a dificuldade de mobilidade no interior da ordem simbólica, com a qual o sujeito psicótico parece ter dificuldade de operar (como consequência da ausência da significação fálica, produto da metáfora paterna). Assim, observa-se, frequentemente, nos casos de psicose infantil, demoras na aquisição da fala, e mesmo usos bastante

incomuns da linguagem, como os que encontramos nas crianças autistas.⁷³

Se, por um lado, tais concepções acerca da psicose permitiram delimitar mais precisamente a especificidade de sua clínica, por outro lado, elas abriram caminho para uma possível compreensão da psicose enquanto uma neurose “malsucedida” – no sentido de que a psicose seria uma estrutura clínica na qual faltaria o que na neurose está presente. A própria teoria dos três tempos do complexo de Édipo em Lacan pode prestar-se a tal compreensão – pois sendo o primeiro tempo do Édipo aquele no qual a lógica necessária à articulação da metáfora paterna não está colocada para o sujeito, então a analogia entre esse primeiro tempo e a estruturação psicótica pode levar a situar a psicose como uma “etapa anterior” a toda neurose, bem como à compreensão da psicose como uma estrutura clínica “menos evoluída” que a neurose. As consequências clínicas de tal compreensão serão discutidas mais adiante, assim como o tema da psicose na criança.

⁶⁸ Idem, *ibidem*.

⁶⁹ Idem, *Escritos*, op. cit., p. 563.

⁷⁰ Idem, *ibidem*, p. 564.

⁷¹ Idem, *Seminário 3*, op. cit., p. 21.

⁷² Obviamente, nem todos os distúrbios de linguagem revelam uma estruturação psicótica, os distúrbios de linguagem podem estar presentes igualmente na neurose e na perversão.

⁷³ Há psicanalistas, como Alfredo Jerusalinsky, que consideram que o autismo não constitui um quadro particular entre as psicoses, mas uma quarta estrutura clínica. No texto “Para uma clínica psicanalítica das psicoses” (1996), Jerusalinsky afirma: “(...) não se inclui dentro das psicoses o autismo infantil precoce como mais uma delas. Considero – junto com muitos outros – que se trata de estruturas psíquicas diferentes. Ou seja, o autismo não é uma variedade dentro das psicoses, mas é outra coisa, outra forma de organização psíquica.” (*Estilos da clínica*, ano I, n. 1, p. 146). Mais adiante, discutiremos essa questão.

4. LACAN COM LACAN

De modo algum estou dizendo que o Édipo não serve para nada, ou que não tem relação alguma com o que nós fazemos. Para os psicanalistas, ele não serve para nada, lá isso é verdade, mas como os psicanalistas não são seguramente psicanalistas, isso nada prova.

Jacques Lacan¹

O complexo de Édipo é o sonho de Freud. Como todo sonho, precisa ser interpretado.

Jacques Lacan²

¹ LACAN, Jacques. *Seminário 17: o avesso da psicanálise* (1969-1970). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992. p. 105.

² Idem, ibidem, p.128.

Apresentamos, na primeira parte deste livro, as teorias do complexo de Édipo em Freud e Lacan. Em seguida, procuramos fazer uma articulação entre essas teorias e as três grandes estruturas clínicas: neurose, psicose e perversão. A seguir, procuraremos mostrar que a versão lacaniana do complexo de Édipo em três tempos (de 1956-1957), cujos fundamentos encontram-se na teoria freudiana, parece admitir, mais adiante em sua obra, um re-posicionamento em relação à obra de Freud. Pensamos que seja possível delimitar um momento em que Lacan apresenta a teoria sobre o complexo de Édipo **com Freud** (marcadamente no *Seminário 5*), e um momento em que sua apresentação da teoria do Édipo admite um distanciamento (que talvez possamos qualificar de re-posicionamento) em relação a Freud. Procuraremos fazer o que se pretende uma leitura do complexo de Édipo em **Lacan com Lacan**, através da retomada de alguns dos pontos da teoria de Lacan que parecem exigir um novo posicionamento em relação à teoria freudiana, mesmo considerando esta como sua fonte primeira na elaboração do complexo de Édipo em três tempos.

Como vimos anteriormente, Freud apresenta a criança como um ser que nasce imerso no caos das pulsões e cuja inserção na cultura e no social depende da introjeção da lei e da castração, transmitidas por meio do complexo de Édipo. A criança estaria, em um primeiro momento, entregue aos prazeres do vínculo incestuoso com a mãe e, pela via do

complexo de castração, esse vínculo sofreria uma interdição. É nesse sentido que é possível afirmar que a teoria freudiana do complexo de Édipo trata da passagem do homem da “natureza” à “cultura”. A castração é o que põe fim ao Édipo, impondo-se “de fora” ao sujeito. O desejo pela mãe (“natural”) é ameaçado com a castração (a lei, imposta pelo pai, que coloca o sujeito na cultura). A criança “aprende” que pode perder o que tem, caso não se conforme às leis de sua sociedade. Paga o preço – a renúncia – e, ao fazê-lo, entra na cultura.³

A introjeção da autoridade paterna sob a forma do superego, a formação dos ideais e da moral são, segundo Freud, os efeitos dessa interdição que coloca a criança na fase da latência, período em que ela tem que dar um novo endereçamento à libido que fica represada. Esse redirecionamento da libido, em geral para atividades sociais – como a escolarização – é o principal indicador de que é pelo recalque que a criança “entra” na cultura.

Embora a teoria do Édipo em Lacan também seja suscetível a uma leitura nesse sentido (basta relacionar o primeiro tempo com um gozo inicial equivalente ao estatuto do perverso-polimorfismo em Freud, e supor que esse gozo é interrompido, no segundo e terceiro tempos, pela entrada do pai interditor que afasta a criança da mãe), entendemos que uma das grandes contribuições de Lacan à teoria do Édipo está na subversão dessa relação do homem com a natureza e a cultura tal como pode ser lida em Freud.

Um dos indícios dessa subversão está, ao nosso ver, na concepção da anterioridade lógica da linguagem à entrada de cada um nesse campo.⁴ Trata-se de uma concepção que indica ser o interdito – sob a

forma da linguagem e suas leis – anterior ao sujeito, mas a um sujeito que só se constitui como tal por uma certa forma de inscrição nesse campo da linguagem que o antecede.

No *Seminário 3* (1955-1956), Lacan insiste na importância de não nos esquecermos, ao observar o jogo da criança que se introduz no campo do simbólico, da presença desse campo, antes mesmo de sua apreensão pela criança. Segundo ele, “a criancinha que vocês veem brincar fazendo um objeto desaparecer e tornar a aparecer, e que se exercita assim na apreensão do símbolo, mascara, se vocês se deixam fascinar por ela, o fato de que *o símbolo já está ali*, imenso, englobando-o por toda a parte, de que *a linguagem existe*, enche bibliotecas, transborda, rodeia todas as suas ações, guia-as, suscita-as, de que vocês estão engajados, que ela pode solicitá-los insistentemente a todo o momento para que vocês se desloquem e sejam levados a alguma parte. Tudo isso vocês esquecem diante da criança que está se introduzindo na dimensão simbólica. Portanto, coloquemo-nos ao nível da existência do símbolo como tal, enquanto nós aí estamos imersos.”⁵

Para Lacan, há “(...) uma ordem simbólica que preexiste ao sujeito infantil e segundo a qual será preciso que ele se estruture.”⁶ Assim, a relação do sujeito com a ordem simbólica implica, de um lado, a preexistência da ordem simbólica ao sujeito e, de outro, a necessidade de um posicionamento do sujeito em relação a essa ordem simbólica que lhe é preexistente, e que dá ao sujeito seu estatuto. É o que Lacan denomina o sujeito barrado, \$, o sujeito atravessado pela linguagem.

Se pensarmos no complexo de Édipo como a estrutura simbólica que dá ao sujeito condições de posicionar-se em relação à ordem da linguagem que o antecede, então estaremos considerando que não se

³ No caso da menina é, portanto, maior a dificuldade de Freud em sustentar razões convincentes que justifiquem sua entrada na cultura.

⁴ LACAN, Jacques. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud (1957). In: *Escritos*, op. cit., p. 498.

⁵ Idem, *Seminário 3*, op. cit., p. 98. Grifos nossos.

⁶ Idem, A direção do tratamento e os princípios de seu poder (1958). In: *Escritos*, op. cit., p. 601.

trata, da entrada à saída do Édipo, de uma passagem do gozo à interdição, mas que a interdição é decorrente da própria existência da linguagem que antecede o sujeito, e em relação à qual ele deve posicionar-se. Isso leva a pensar o complexo de Édipo como a forma pela qual o sujeito se posiciona em relação a um interdito que é dado de início, o que exige deslocá-lo do lugar-comum da estrutura na qual uma lei se impõe sobre a criança – a lei da interdição do incesto – barrando um suposto gozo original com o Outro materno.

Nesse sentido, a concepção de Lacan de que a linguagem, a ordem simbólica, é logicamente anterior ao sujeito, exige re-situar a relação gozo-castração que encontramos na teoria freudiana do Édipo.

Como já foi visto, a anterioridade lógica da linguagem ao sujeito pode ser compreendida a partir da descrição de Lacan do papel da mãe no primeiro tempo do Édipo. Antes mesmo que a criança tenha o domínio do simbólico, a mãe nomeia, significa, oferecendo-se, ela mesma, como transmissora dessa ordem na qual a criança irá se inscrever. A linguagem e sua estrutura já estão presentes no próprio discurso da mãe, e à criança cabe fazer uma articulação, subjetivar, isso que está presente como anterioridade lógica no Outro materno.

O que Lacan nos mostra no *Seminário 5*, é que os elementos com os quais a criança conta para fazer essa articulação, essa subjetivação, são aqueles que estão presentes no complexo de Édipo, e eles são diferentes em cada um dos seus três tempos lógicos. Dentre eles, cabe destacar o segundo tempo, que Lacan considera nodal, onde mostramos que o que está em jogo não é o momento da intervenção externa de uma lei sobre o sujeito, mas a articulação de um dado, a falta no campo do Outro, presente na estrutura desde o início.⁷

⁷ Essa questão será retomada mais adiante, no capítulo sobre a maternidade.

Tal compreensão tem um efeito importante na leitura dos três tempos do Édipo, que é o de fazer do primeiro tempo, a partir da instauração do segundo tempo, um tempo mítico. Para o sujeito, que Lacan denomina \$, que só se define como tal por sua inscrição no campo da linguagem (ou, em termos freudianos, através da castração e do recalque),⁸ não há nirvana de gozo com o Outro materno, interrompido com a entrada do pai. Esse nirvana é uma impossibilidade lógica para o sujeito que se inscreve na linguagem, uma vez que a lei lhe é logicamente anterior e está, desde antes do nascimento da criança, no discurso materno. É nesse sentido que podemos afirmar que o pai não é a interdição em si, mas a atribuição de uma interdição.

Assim, enquanto a teoria do Édipo em Freud faz supor uma interdição externa que diz *não* ao acesso à mãe, levando à perda do paraíso inaugural com a entrada do pai interditor, em Lacan, a concepção de que a linguagem é anterior ao sujeito permite fazer uma inversão nessa lógica, ficando marcada a importância da articulação da falta, que é inicialmente a falta no Outro materno (a privação materna), a partir da qual a criança se inscreve no campo simbólico, através do que Lacan chama um apelo ao pai. Essa é, em nosso entender, a versão rigorosamente lacaniana do Édipo, a que contempla, inclusive, as considerações de Lacan sobre o Édipo posteriores ao *Seminário 5*.

Uma das mais importantes consequências de situar a teoria do Édipo em relação à anterioridade lógica da linguagem ao sujeito é, ao nosso ver, a de dar lugar à afirmação de Lacan de que o gozo está, desde sempre, interditado a quem fala.⁹ Uma vez inscrito nesse campo que é o da linguagem,

⁸ Ou seja, o sujeito neurótico. Como mostramos anteriormente, além da inscrição pela via do recalque, há ainda outras duas vias de inscrição nesse campo, a perversa e a psicótica.

⁹ LACAN, Jacques. Subversão do sujeito e dialética do desejo (1960). In: *Escritos*, op. cit., p. 836.

o gozo é, para o sujeito, um gozo perdido. É essa perda de gozo sofrida pelo sujeito em sua inscrição na linguagem que faz do primeiro tempo do Édipo um tempo irremediavelmente situado como tempo mítico de gozo.

Enquanto a teoria freudiana do Édipo faz supor um gozo inicial, e em seguida uma perda desse gozo em nome da entrada na cultura, a teoria do Édipo em Lacan pode ser lida a partir da ideia de que esse gozo é perdido desde sempre, porque o sujeito não se constitui como tal senão na e pela linguagem. É nesse sentido que entendemos a afirmação de Lacan de que “não é a lei em si que barra o acesso do sujeito ao gozo; ela apenas faz de uma barreira quase natural, um sujeito barrado.”¹⁰ A anterioridade da linguagem ao sujeito é essa “barreira quase natural”, não havendo sujeito senão por sua inscrição no campo da linguagem. Mas é essa inscrição mesma que faz, dessa barreira quase natural ao gozo, um sujeito barrado, \$.

Se o gozo está interdito a quem fala, então a falta é estrutural, e o Édipo não impõe nada ao sujeito, ele só oferece os elementos por meio dos quais o sujeito pode ordenar esse dado estrutural da falta.

Nesse sentido, não cabe situar o Édipo como um evento traumático que ocorre na vida de uma criança. Não é porque o sujeito perdeu a mãe desejada para o pai rival, que ele padece de seus sintomas, essa é apenas uma forma encontrada pelo neurótico para fazer uma ordenação simbólica do real da perda de gozo, decorrente de sua inscrição no campo da linguagem.

O trauma não é, pois, o drama edípico, mas a própria inscrição do sujeito na ordem simbólica, na linguagem, que deixa para sempre algo de inapreensível pelo sujeito, o real da perda de gozo. O Édipo é um ordenador, e enquanto tal tem uma função para o sujeito. Ele é a articulação, pelo sujeito, de uma impossibilidade estrutural, a interdição do gozo.¹¹

¹⁰ Idem, *Escritos*, op. cit., p. 836.

¹¹ Nesse sentido, podemos notar uma íntima relação entre o complexo de Édipo e o fantasma, que Lacan escreve \$◇a.

Devemos lembrar, entretanto, que essa concepção ainda não é clara à época do *Seminário 5*, na medida em que, de um lado, Lacan ressalta essa impossibilidade estrutural e o fato de que ela exige um ordenamento pelo simbólico, que recoloca o gozo na ordem da castração e do desejo; mas por outro lado, tanto no *Seminário 4* quanto no *Seminário 5*, esse ordenamento é articulado a uma função simbólica que Lacan considera, à essa época, ser completamente eficaz em recobrir esse real da perda de gozo. Sua abordagem do tema do mito no *Seminário 4* e as modificações que esse tema sofre até o *Seminário 17*, nos permitem ilustrá-lo.

No *Seminário 4*, Lacan dedica-se a um extenso comentário sobre o caso do pequeno Hans, apontando a presença, nos relatos da criança, daquilo que ele chama de “criação mítica infantil.”¹² Para Lacan, as teorias sexuais de Hans e as modificações que essas teorias vão sofrendo ao longo de sua análise, podem ser articuladas à noção de mito, no sentido de que “(...) um mito é sempre uma tentativa de articular a solução de um problema. Trata-se de passar de um certo modo de explicação da relação-com-o-mundo do sujeito ou da sociedade em questão para outro modo – sendo esta transformação requerida pela aparição de elementos diferentes, novos, que vêm contradizer a primeira formulação. Eles exigem, de certo modo, uma passagem que é, como tal, impossível, que é um impasse. Isso é o que dá sua estrutura ao mito.”¹³

Lacan apresenta o mito, nesse momento, como um modo de articulação, pelo sujeito, de um problema, uma articulação que pode assumir a forma das teorias sexuais infantis. Segundo ele, “para centrar o valor exato daquilo a que se chamam as teorias infantis da sexualidade, e de toda a ordem de atividades que são, na criança, estruturadas em torno destas, devemos nos referir à noção de mito.”¹⁴

¹² LACAN, Jacques. *Seminário 4*, op. cit., p. 260.

¹³ Idem, *ibidem*, p. 300.

¹⁴ Idem, *ibidem*, p. 257.

Ainda no *Seminário 4*, Lacan estabelece uma relação entre mito e verdade que será retomada muitos anos depois, em 1969. Segundo Lacan, o mito é uma narrativa que tem um caráter de ficção, uma ficção que porta a verdade. “(...) Essa ficção mantém uma relação singular com alguma coisa que está sempre implicada por trás dela, e da qual ela porta, realmente, a mensagem formalmente indicada, a saber, a verdade. Aí está uma coisa que não pode ser separada do mito.”¹⁵

Para Lacan, o Édipo tem um caráter mítico, porque o mito é um ordenador “(...) de temas da vida e da morte, da existência e da não existência, do nascimento, em especial, isto é, da aparição daquilo que ainda não existe. Trata-se, pois, de temas ligados por um lado, à existência do próprio sujeito e aos horizontes que sua experiência lhe traz, por outro lado, ao fato de que ele é o sujeito de um sexo, do seu sexo natural.”¹⁶

Encontramos, assim, já em 1956-1957, essa articulação entre o mito e o complexo de Édipo, que será retomada em 1969. Por ocasião do *Seminário 4*, Lacan já havia situado, para fazer essa articulação: um impossível, a verdade e o sexual infantil. Para ele, o mito é formação imaginária e o Édipo é sua vertente simbólica, na qual a castração é o ordenador estrutural.

Em “Subversão do sujeito” (1960), Lacan faz uma oposição entre o que tem valor no Édipo como elemento simbólico – função paterna e complexo de castração – e o que é produção imaginária, mítica, afirmando que “(...) o que não é mito, e que Freud no entanto formulou tão logo formulou o Édipo, é o complexo de castração.”¹⁷ O complexo de castração é destacado por Lacan como a essência do Édipo freudiano, que seria obtida a partir da exclusão daquilo a que ele chama mito, o imaginário no qual se enreda essa essência presente na teoria

de Freud. Ele dá, assim, a essa produção imaginária um lugar secundário, dada a importância central que atribui ao simbólico nessa época.

Entretanto, alguns anos mais tarde, podemos notar uma modificação importante no tema do mito e, conseqüentemente, em sua articulação com o Édipo.

Em 1969-1970, passados mais de dez anos do *Seminário 5*, o tema do complexo de Édipo volta a ser abordado por Lacan, no *Seminário 17*. Uma das seqüências de aulas desse seminário foi reunida para publicação sob o tema “Para além do complexo de Édipo.”¹⁸ Nesse seminário, Lacan afirma: estamos no mito. Se dez anos antes ele afirmara que o que tem importância no Édipo é o que não é mito, então parece haver, nesse momento, um questionamento a respeito do próprio valor teórico do complexo de Édipo. Um questionamento que se faz acompanhar de um tom irônico e depreciativo: “Por que [Freud] substitui o saber que recolheu de todas essas bocas luminosas, Ana, Emmie, Dora, por esse mito, o complexo de Édipo?”¹⁹

Para Lacan, em 1969, o Édipo porta um caráter inutilizável: “Se toda a interpretação analítica enveredou para o lado da gratificação ou da não gratificação, da resposta ou não à demanda, em resumo, na direção de uma sempre crescente elisão do que é a dialética do desejo, o deslizamento metonímico em direção à demanda, quando se trata de assegurar o objeto constante, é provavelmente em razão do caráter estritamente inutilizável do complexo de Édipo. É estranho que isto não tenha ficado claro mais rapidamente.”²⁰ Como compreender essa ironia e esse questionamento endereçados à teoria do Édipo, uma teoria que na década de 1950 teve tanta importância para Lacan?

¹⁵ Idem, ibidem, p. 258.

¹⁶ Idem, ibidem, p. 259.

¹⁷ Idem, In: *Escritos*, op. cit., p. 835.

¹⁸ Título proposto por Miller, responsável pelo estabelecimento dos seminários de Lacan. Capítulos VI a IX.

¹⁹ LACAN, Jacques. *Seminário 17*, op. cit., p. 92.

²⁰ Idem, ibidem, p. 92-93.

Ao nosso ver, são ao menos duas as possibilidades de compreensão dessa ironia.

Na primeira delas, podemos pensar que Lacan põe, nesse momento, uma pedra sobre um dos fundamentos teóricos mais importantes da obra de Freud. Teria ele então modificado certas concepções teóricas a ponto de descartar um conceito que ocupa, em 1957, grande parte de seu seminário? Parece-nos que somente uma leitura apressada e desatenta desse ponto de seu seminário de 1969-1970 poderia levar a tais conclusões.

Em uma segunda linha de compreensão dessa ironia presente no *Seminário 17*, podemos pensar que não se trata de uma crítica à teoria do Édipo como um todo, mas ao seu *uso interpretativo*, comum a uma determinada escola de psicanálise sobre a qual incidiam suas ferozes críticas nessa época. Lacan parece opor-se não à teoria do Édipo em si, mas ao fato de que essa teoria tenha sido tomada como um saber que o analista sobrepõe ao saber que o sujeito coloca no lugar de sua verdade.

Ora, uma coisa é que o sujeito, incapaz de lidar com aquilo que é da ordem de sua verdade, produza, em seu lugar, um saber.²¹ Outra coisa é que o analista, que escuta essa produção do sujeito, suponha que se trata de “ler”, de “traduzir” esse saber em outro – por exemplo, o saber em que consiste a teoria sobre o complexo de Édipo. É esse, ao nosso ver, o “caráter estritamente inutilizável do complexo de Édipo” condenado por Lacan, e que leva, segundo ele, às “extraordinárias elucubrações a que os analistas chegam, concernentes a *pais combinados*”.²²

A crítica a essa concepção do trabalho analítico como uma “tradução” é antiga em Lacan, e está presente ao longo de sua obra sob diferentes formas. Em “Instância da letra” (1957), por exemplo, Lacan denuncia o

²¹ Trata-se de um tema bastante complexo, o da relação do saber com a verdade, amplamente trabalhado por Lacan, no *Seminário 17*, e retomado em outros seminários.

²² LACAN, Jacques. *Seminário 17*, op. cit., p. 93.

que chama de vício mental na compreensão do valor simbólico do significante, fazendo com que “(...) o psicanalista de hoje admita que decodifica, em vez de se decidir a fazer com Freud as paradas necessárias (...) para compreender que ele decifra (...). Fazer essas paradas, é apenas continuar na *Traumdeutung*.”²³ Um autor que trabalha brilhantemente esse tema é Jean Allouch,²⁴ ressaltando a distinção entre transcrever, traduzir e transliterar no ato de interpretação do analista.

Assim, a crítica de Lacan não parece incidir diretamente sobre o Édipo enquanto construção teórica, mas sobre seu uso interpretativo. De fato, para além desse uso interpretativo, é preciso dar ao complexo de Édipo seu devido lugar, o que exige re-situá-lo em relação aos desenvolvimentos teóricos de Lacan posteriores ao *Seminário 5*, de 1957 a 1969. O tema do mito nos parece servir a esse propósito, na medida em que admite diferentes dimensões, do *Seminário 4* ao *Seminário 17*. Em nosso entender, uma das contribuições de Lacan à teoria do Édipo, no *Seminário 17*, está em ressaltar que só é possível dar valor ao complexo de Édipo na via da função que o saber que é o mito tem para o sujeito.

Como já foi visto anteriormente, no *Seminário 4* Lacan afirma que o mito tem uma função para o sujeito, a função de solução de um impasse. Segundo ele, “embora o mito individual não possa de jeito nenhum ser restituído a uma identidade com a mitologia, uma característica, no entanto, lhes é comum: a função de solução numa situação fechada em impasse, como é a do pequeno Hans entre seu pai e sua mãe. (...) Ele consiste, em suma, em enfrentar uma situação impossível através da articulação sucessiva de todas as formas de impossibilidade da solução. É nisso que a criação mítica responde a uma questão.”²⁵

²³ Idem, In: *Escritos*, op. cit., p. 514.

²⁴ *Letra a letra*: transcrever, traduzir, transliterar. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1995.

²⁵ LACAN, Jacques. *Seminário 4*, op. cit., p. 337-338.

Entretanto, é possível notar que, nesse seminário, a necessidade da construção mítica presente no caso Hans é atribuída por Lacan à ineficácia do pai em cumprir “adequadamente” sua função. Para ele, “talvez nem todos os complexos de Édipo precisem passar por uma tal construção mítica, mas é certo que eles necessitam realizar a mesma plenitude na transposição simbólica. Isso pode ser sob uma outra forma mais eficaz, pode ser em ação. A presença do pai pode, com efeito, ter simbolizado a situação, por seu ser ou seu não ser.”²⁶ Se nem todos os complexos de Édipo precisam passar por uma construção mítica é porque a presença do pai pode ser suficiente, em alguns casos, para simbolizar a situação. Há, portanto, por ocasião desse seminário, a aposta de Lacan em uma função eficaz do pai, em uma função que poderia dar conta integralmente de algo que, no caso Hans, fica em aberto. Essa aposta já foi mencionada no capítulo sobre a neurose, no qual procuramos mostrar como também na obra de Freud está presente essa ideia da existência de um recalque que não deixaria traços do Édipo, de um recalque “bem-sucedido”.

No *Seminário 17*, entretanto, desaparece essa brecha deixada à função eficaz do pai como a que excluiria a necessidade de uma articulação mítica pelo sujeito. Aliás, ao longo da obra de Lacan, vai ficando cada vez mais claro que a função do pai é, ela mesma, uma forma “precária” de ordenação do real pelo simbólico, da qual o mito é uma evidência. Enquanto no *Seminário 4* o pai aparece como portador de uma função eficaz, no *Seminário 17*, não há como sustentar esse ideal da eficácia da função paterna, porque não há como eliminar uma condição que é estrutural do sujeito humano. Como nos lembra Nominé em *O sintoma e a família*, “em 1975, no final de seu ensino, Lacan revisa sua concepção da posição paterna. Já não se trata do pai enquanto representante

²⁶ Idem, *ibidem*, p. 273.

simbólico do desejo da mãe, aquele pai simbólico nunca é encontrado, e o pai é sempre insuficiente com respeito àquela função sublime.”²⁷

Podemos afirmar, por conseguinte, que o mito passa, do *Seminário 4* ao *Seminário 17*, de formação sintomática à evidência de uma condição estrutural do sujeito.²⁸

Para Lacan, no seminário de 1969-1970, o mito seria o que advém do saber no lugar da verdade. Isso porque, segundo ele, não há enunciado possível sobre a verdade, uma vez que a verdade “só se sustenta em um semidizer.”²⁹ A linguagem é sempre falha em recobrir o real. “Em suma – diz Lacan – o semidizer é a lei interna de toda espécie de enunciação da verdade, e o que melhor a encarna é o mito. Mesmo assim, alguém pode se declarar não de todo satisfeito com o fato de, em psicanálise, estarmos ainda no mito.”³⁰ Dessa forma, Lacan retoma a ideia, já presente no *Seminário 4*, de que é sobre o mito que incide a psicanálise. O mito tem uma função, uma função para o sujeito, que é a de encobrir a verdade. Ao fazê-lo, dando alicerce à construção que toma o lugar do vazio da condição estrutural do sujeito, a neurose toma lugar.

Nesse sentido, não se trata de descartar o valor do complexo de Édipo enquanto mito, e sim de deslocá-lo do ponto de distorção em que se encontra na época – como elemento de interpretação do analista – para o lado da

²⁷ NOMINÉ, Bernard. *O sintoma e a família*. Publicação pela Escola Brasileira de Psicanálise das conferências realizadas em Belo Horizonte, out. 1997, p. 17. A referência é ao *Seminário RSI*, de Lacan.

²⁸ Não podemos deixar de ressaltar aqui as consequências clínicas dessa passagem. Ela implica a mudança de uma concepção da análise como um processo de deciframento do sintoma, que visa o sentido, para uma concepção da análise como articulação, pelo sujeito, de algo sobre sua condição estrutural, uma articulação que Lacan denominou construção e atravessamento do fantasma.

²⁹ LACAN, Jacques. *Seminário 17*, op. cit., p. 103.

³⁰ Idem, *ibidem*.

função que esse mito tem para um sujeito, uma função ao mesmo tempo simbólica e imaginária. Entendemos que esse desdobramento seja fundamental para a compreensão da crítica de Lacan e, conseqüentemente, para situar a importância da teoria do Édipo em Lacan, com Lacan. Pois, segundo Lacan, “pode-se ver que se trata de coisa completamente diferente de saber se vai ou não trepar com a mamãe.”³¹

Enquanto no *Seminário 5* Lacan, com Freud, propõe excluir o mito para destacar, do Édipo, o complexo de castração, no *Seminário 17*, sendo o mito algo que tem uma função para o sujeito, torna-se necessário um reposicionamento em relação à teoria freudiana do Édipo. Esse reposicionamento toma um caráter de crítica. Para Lacan, Freud estava no mito. Por isso, Lacan vai afirmar: “o complexo de Édipo é o sonho de Freud. Como todo sonho, precisa ser interpretado.”³² Ou seja, o que no *Seminário 5* aparece como a extração da essência da teoria freudiana do Édipo revela-se, quase vinte anos de percurso teórico depois, a base de sustentação para afirmar que Freud manteve-se no mito.

A forma como Freud apresenta as coisas, segundo Lacan no *Seminário 17*, é a via do sonho, do mito, do conteúdo manifesto.³³ Qual o problema disso? Na compreensão da função que esse mito tem para o sujeito, nenhum. Mas em relação ao valor teórico e, principalmente, ao valor clínico dessa teoria, o problema reside no uso interpretativo do Édipo, ou seja, aquele que faz do mito o modelo de interpretação da fala do analisando, uma fala que por si mesma já tem esse valor de mito. A teoria se tornaria, quando aplicada à clínica, mera sobreposição de um saber por outro.

Vale lembrar que essa concepção do mito como enredamento imaginário que responde a uma necessidade de ordenação simbólica tem lugar, nos *Seminários 5 e 17*, de formas diferentes.

³¹ Idem, ibidem, p.104.

³² Idem, ibidem, p. 128.

³³ Idem, ibidem, p. 106: “O que é um mito? (...) É um conteúdo manifesto.”

No *Seminário 5*, com Freud, Lacan destaca a importância do complexo de castração no complexo de Édipo. E, nesse sentido, propõe deixar de lado o que ele denomina mito – o imaginário da teoria freudiana – para extrair dela algo que tem valor estrutural – a função simbólica do pai como ordenador da castração. Entretanto, ressaltar o valor simbólico do complexo de Édipo não implica um distanciamento da teoria freudiana. Pelo contrário, trata-se apenas de pôr em destaque um aspecto que, como vimos, está presente na teoria de Freud. É no *Seminário 17* que encontramos esse distanciamento, que se torna evidente quando Lacan afirma não apenas que nunca teria falado do complexo de Édipo a não ser no nível da metáfora paterna, como também que não é essa a forma como Freud apresenta as coisas. Que Freud tenha se mantido no mito – e, portanto, na via imaginária da teoria do Édipo – não é mais, na concepção de Lacan, equivalente a extrair desse mito seu valor simbólico.

Enquanto no *Seminário 5* Lacan procurava mostrar a importância do complexo de Édipo como o que introduz para o sujeito o universo da falta por meio do complexo de castração – daí a necessidade da distinção entre seu valor imaginário (mito) e simbólico (castração) – no *Seminário 17* há uma distinção fundamental em relação à formulação anterior, na medida em que, para Lacan, a falta passa a ser pensada como um dado estrutural, um dado que o mito tenta ordenar através de certos elementos simbólicos, presentes no complexo de Édipo. No *Seminário 17*, o Édipo passa a ser pensado como a estrutura simbólica que ordena a falta em termos de castração.

Nesse sentido, não é a distinção simbólico-imaginário, mas o desenvolvimento da noção de real, que introduz o distanciamento definitivo entre Freud e Lacan no que se refere à teoria do Édipo. Por quê?

Porque é a noção de real que permite romper com a ideia de que o simbólico é uma função “eficaz” e que a patologia é decorrente de uma falha nessa função. É somente o real que introduz a ideia de que

o simbólico não é mais que uma função ordenadora de um impossível (o gozo) e que essa ordenação (que inscreve o gozo na ordem da lei e da castração) deixa sempre um resto inassimilável, que faz do mito uma formação que é, por um lado, necessária, e por outro, inevitável.

Incluir a noção do real à teoria do Édipo implica, portanto, situar o gozo como impossível, impossibilidade essa que é própria da inscrição do sujeito no campo significante. O Édipo adquire a dimensão de uma tentativa de articulação simbólica, de recobrimento simbólico, desse real da impossibilidade de gozo.³⁴ A atribuição ao pai do desejo materno marca esse movimento por meio do qual, diante do impossível do gozo na relação com o Outro materno, marcada irremediavelmente pela falta, a criança recorre a um elemento simbólico. A dimensão simbólica oferece assim as condições para que o sujeito ponha em jogo a função imaginária da castração. As formações imaginárias tomam lugar, sob a forma do enredamento de uma história pessoal. É nesse sentido que toda recordação infantil pode ser considerada, de certa forma, encobridora.³⁵

Considerando, assim, o que seria uma leitura da teoria do complexo de Édipo em Lacan, com Lacan, podemos afirmar que é possível manter ao mesmo tempo valor clínico e coerência com os desenvolvimentos teóricos de Lacan do final de sua obra, desde que sejam considerados, nessa leitura, os três registros: R, S, I.

³⁴ É nesse sentido que podemos definir as estruturas clínicas como diferentes modos de tratamento do real.

³⁵ FREUD, Sigmund. Lembranças encobridoras (1899). In: *Obras completas*, op. cit., v. III.

PARTE II

MATERNIDADE E PATERNIDADE

É claro que isso não é simples. Se tudo fosse apenas uma questão de mamãe e papai, é difícil ver como poderíamos dar conta dos fatos com que lidamos.

Jacques Lacan¹

Tanto a paternidade como a maternidade têm uma essência problemática – são termos que não se situam pura e simplesmente no nível da experiência.

Jacques Lacan²

¹ LACAN, Jacques. *Seminário 5*, op. cit., p. 354.

² Idem, *Seminário 3*, op. cit., p. 204.

Como vimos até aqui, o complexo de Édipo permite pensar a constituição de um sujeito como a inscrição de um ser pulsional no campo da cultura, pela via da castração.

Com Lacan, essa inscrição pode ser compreendida, essencialmente, como a inscrição no campo da linguagem, campo representado inicialmente pela posição do Outro materno que nomeia, dando sentido ao choro da criança. Trata-se, portanto, da passagem de um sujeito mítico da necessidade – completamente assujeitado à forma como o Outro interpreta seu grito – ao “sujeito definido por sua articulação pelo significante.”³ Nessa passagem, vimos que não há como desconsiderar a importância do que Sauret chama o “suporte concreto do Outro para animar a estrutura.”⁴

Nossa proposta para a segunda parte deste trabalho, é fazer uma reflexão sobre as condições que fazem do exercício da maternidade e da paternidade esse suporte concreto que dá sustentação à constituição subjetiva da criança. As funções de pai e mãe são, como afirma Lacan nas “Duas notas sobre a criança” (1969), responsáveis pelo “irredutível de uma transmissão”⁵ ligada, de um lado, aos cuidados maternos e, de

³ Idem, *Subversão do sujeito e dialética do desejo* (1960). In: *Escritos*, op. cit., p. 819.

⁴ SAURET, Marie-Jean. *O infantil e a estrutura*, op. cit., p. 88.

⁵ In: *Opção lacaniana*, op. cit., p. 5.

outro, ao Nome-do-pai.⁶ Que relação é possível estabelecer entre as funções de pai e mãe e seu exercício pelos sujeitos que, concretamente, as encarnam? Em que medida a constituição subjetiva pode ser relacionada às posições que ocupam pai e mãe no exercício de suas funções, e em que medida é necessário considerar a “insondável decisão do ser”⁷ nessa constituição?

Uma referência importante para nossa discussão está nas observações presentes no *Seminário 4* sobre o caso Hans, nas quais Lacan não se limita a fazer considerações sobre a criança e sua fobia, preocupando-se também em mostrar como o próprio sintoma pode ser pensado em relação às posições do pai e da mãe. Qual a importância clínica dessa articulação? É o que pretendemos discutir a seguir.

⁶ Idem, *ibidem*, p. 6.

⁷ SAURET, Marie-Jean. *O infantil e a estrutura*, op. cit., p. 51.

1. FUNÇÃO MATERNA E MATERNIDADE

O papel da mãe é o desejo da mãe.

Jacques Lacan¹

¹ LACAN, Jacques. *Seminário 17*, op. cit., p. 105.

Como vimos até aqui, a função da mãe no complexo de Édipo é indissociável dos cuidados básicos dedicados à criança nos primeiros anos de vida. Freud nos mostra que esses cuidados fazem da mãe o primeiro objeto de amor da criança — uma vez que “as primeiras catexias objetais ocorrem em conexão com a satisfação de necessidades vitais”² — e que toda a problemática edípica desenvolve-se tendo como base esse amor inicial pela mãe. Para Lacan, deve-se destacar ainda, nesse vínculo marcado pelas primeiras experiências de satisfação das necessidades, a importância da presença do campo da linguagem, que faz com que o grito da criança adquira, através da significação dada pela mãe, um significado. É nesse sentido que Lacan refere-se à mãe como Outro materno ou Outro primordial, no sentido de que a mãe ocupa primordialmente o lugar do grande Outro, A, “o lugar do tesouro do significante.”³

Porém, embora a decodificação do choro da criança pela mãe pareça intrínseca ao exercício da maternagem, há exemplos cujo impacto é o de mostrar como essa decodificação não deve ser considerada “natural”. É o caso da mãe que relata que o choro do filho lhe causava tamanha estranheza, que era necessário aguardar uma certa pessoa da família para dizer-lhe o que a criança necessitava.

² FREUD, Sigmund. *Feminilidade* (1932). In: *Obras completas*, op. cit., v. XXII, p. 147.

³ LACAN, Jacques. *Subversão do sujeito e dialética do desejo* (1960). In: *Escritos*, op. cit., p. 820.

Nenhuma ação era possível diante do choro do filho porque, para a mãe, esse choro não portava nenhuma significação possível de ser interpretada.

Exemplos como esses nos parecem uma evidência contundente de como a criança, como afirma Sauret em *O infantil e a estrutura*, “(...) não pode contar, para sobreviver, com nenhum instinto materno.”⁴ O vínculo do qual a criança depende inteiramente para sobreviver – e que é baseado não apenas na satisfação das necessidades, mas principalmente na articulação dessa satisfação com o campo simbólico representado pela mãe – não pode ser qualificado nem de natural, nem de instintivo. Como então entendê-lo?

Vimos, anteriormente, que Freud considera ser a maternidade uma das saídas possíveis para o complexo de Édipo feminino. A menina, tendo constatado sua própria castração, desloca seu interesse pelo pênis para um novo objeto: os *bebês*. Freud denomina esse deslocamento de *equivalência simbólica*, na qual os bebês adquirem o valor simbólico antes atribuído ao pênis. Segundo ele, “a situação feminina só se estabelece se o desejo do pênis for substituído pelo desejo de um bebê, isto é, se um bebê assume o lugar do pênis, consoante uma primitiva equivalência simbólica.”⁵ Para enfatizar esse aspecto simbólico, Freud utiliza o termo *falo*, que lhe permite diferenciar o órgão, daquele objeto que assume valor central na organização simbólica da criança. Assim, o vínculo mãe-criança aparece como uma forma de remediar a ferida narcísica feminina, como um reparador da *Penisneid* da mulher.

No *Seminário 4*, Lacan retoma essa concepção freudiana, afirmando que a relação mãe-criança não deve ser considerada uma relação dual, mas ternária, na medida em que conta com o falo como elemento terceiro. Sobre a criança, incide um desejo, ligado ao que

⁴ SAURET, Marie-Jean. p. 89.

⁵ FREUD, Sigmund. *Obras completas*, op. cit., v. XXII, p.158.

Lacan chama a exigência do falo pela mãe, e é em relação a esse desejo que a criança irá estruturar-se. O vínculo da mãe com seu filho depende, portanto, desse investimento fálico, marcado pelo lugar que a criança ocupa na economia do desejo materno.

Em “Duas notas sobre a criança” (1969), Lacan ressalta a importância desse investimento materno na criança, afirmando que a função da mãe está ligada ao fato de que “(...) seus cuidados têm a marca de um interesse particularizado.”⁶ A *particularização do interesse* da mãe nos cuidados que ela dedica a seu filho é o que faz do vínculo mãe-filho não apenas um vínculo fundamental, estruturante, mas estruturante na medida em que ele é único. Os cuidados maternos, aparentemente universalizáveis – a alimentação, a higiene, etc – só têm importância na medida em que há essa particularização, na qual cada criança é marcada por um lugar específico na economia do desejo da mãe.⁷ Se não fosse assim, como seria possível à mãe supor, na criança, demandas, vontades, desejos e, em si mesma, a capacidade de interpretar essas supostas demandas?

É nesse sentido que situações como a da mãe da criança que acabamos de mencionar, nas quais essa engrenagem não parece ter sido posta em funcionamento, parecem tão enigmáticas. O que leva algumas mães a apresentarem, diante de seus filhos, o que Graciela Cabassu chama de “surdez significativa?”⁸

Trata-se de uma expressão utilizada para falar da mãe de uma criança autista que, diante do balbúcio da filha – balbúcio que a analista

⁶ LACAN, Jacques. Duas notas sobre a criança (1969). In: *Opção lacaniana*, op. cit., p. 6.

⁷ É o que mostra a experiência do Imperador Frederico II, no século XIII, já citada em *Introdução à psicanálise de crianças: o lugar dos pais*. São Paulo: Hacker, 1998. p. 43.

⁸ CABASSU, Graciela. A boneca sem rosto: autismo e olhar. In: LAZNIK-PENOT, Marie-Christine (Org.). *O que a clínica do autismo pode ensinar aos psicanalistas*. Bahia: Agalma, 1994, p. 72.

comemora prontamente, associando-o ao prenome paterno – reage com oposição e incredulidade: “A senhora acha? Mas ela não diz Guy, ela diz gui-gui-gui...”⁹ Como entender reações como essa? Não estando a função da mãe assegurada pelo saber prévio do instinto, e estando na dependência das marcas singulares presentes em cada vínculo mãe-criança, como entender os casos nos quais parece faltar o que Lacan chama a particularização do interesse da mãe, da qual depende que gestos, comportamentos e balbucios da criança, sejam tomados como se portassem um sentido particular?

Podemos notar que não se trata de uma “rejeição”, pois sabemos que mesmo mães de crianças rejeitadas ainda durante a gravidez, mesmo mães que tentaram abortar, não apresentam, necessariamente, uma ausência da particularização do interesse pela criança após seu nascimento. Em alguns casos é possível até mesmo que a própria rejeição se revele uma marca importante da particularização do interesse da mãe na relação que estabelece com a criança. É o caso de uma outra mãe, cuja queixa a respeito dos sintomas de dispersão que a filha vinha apresentando na escola condensa uma série de questões que marcam sua relação com a filha desde a gravidez: “ela atrapalha”. Fruto de uma gravidez indesejada, em um momento em que a mãe queria “tudo, menos uma filha”, dessa criança não se pode dizer, entretanto, que não haja essa particularização do interesse da mãe, uma vez que o próprio “atrapalhar” aparece como um significante que lhe oferece condições de situar-se em relação ao desejo materno.

A criança má, a criança odiada, a criança que atrapalha, longe de poderem ser consideradas como estando à margem de qualquer marca significante, mostram como é possível encontrar, mesmo em uma aparente “rejeição”, elementos simbólicos importantes na constituição

do Outro como sede do desejo, mostrando que o investimento fálico não depende da existência de uma marca necessariamente positiva. Como afirma Sauret, em *O infantil e a estrutura*, “vale mais uma marca negativa que nenhuma marca.”¹⁰

Assim, podemos supor que a dificuldade em oferecer um lugar simbólico à criança – seja ele positivo ou negativo – e, conseqüentemente, em estabelecer com ela laços que dependam desse lugar simbólico, encontra-se, de alguma maneira, presente na relação com a criança autista.

Kanner, em seu texto “Os distúrbios autísticos de contato afetivo” (1943), no qual descreve pela primeira vez o autismo como um quadro específico, ressalta como uma das características dos pais das crianças autistas uma certa frieza no contato com seus filhos. Ele afirma que “em todo o grupo, raros são os pais e mães realmente calorosos. Na maioria dos casos os pais, avós e colaterais são pessoas muito preocupadas com coisas abstratas, sejam elas de natureza científica, literária ou artística, e limitadas no interesse autêntico que têm para as pessoas. Mesmo nos casamentos mais felizes permanecem relações mais frias e formais.”¹¹

É claro que não podemos reduzir o autismo a um efeito da atitude pouco calorosa dos pais com seus filhos. Entretanto, também não devemos desprezar a importância da presença constante de um dado que, associado ao autismo, parece revelar uma certa dificuldade dos pais em fazer o que poderíamos chamar de *acolhimento desejante* de seus filhos.

Essa dificuldade revela-se ainda em outras situações, frequentemente observadas entre os pais de crianças autistas, como a de dar nome à criança, preparar um enxoval para alguém que “ainda não existe” e mesmo na maneira como entendem e se relacionam

⁹ Idem, *ibidem*.

¹⁰ SAURET, Marie-Jean. p. 87.

¹¹ KANNER, Leo. In: *Autismos*. São Paulo: Escuta, 1997, p. 170.

com a gravidez. Afinal, o nome a ser dado, a expectativa pelo sexo da criança, os preparativos do enxoval, dependem de uma relação predominantemente simbólica com o bebê, que o ultrapassa, marcando-o antes mesmo de seu nascimento. Se associadas ao autismo, essas dificuldades podem ser pensadas como evidências de um descolamento entre esse lugar simbólico e a posição da criança que aí viria a ser acolhida. É esse descolamento que parece impedir a mãe de supor um sentido ao choro do bebê, um sentido que lhe caberia traduzir. É como se estivesse ausente o que Laznik-Penot, em seu livro *Rumo à palavra*, chama de “(...) aptidão para apreender uma significação aí onde, possivelmente, haja apenas massa sonora – o que Winnicott chama *a loucura necessária de todas as mães*.”¹² Segundo Laznik-Penot, “Lacan nos mostrou que uma fala é uma fala, porque alguém acredita nela.”¹³ Que consequências esperar da ausência dessa crença, dessa necessária “loucura” materna diante da criança?

Sabemos que não são raros os casos de patologias graves entre bebês institucionalizados muito precocemente, para os quais é esperado que haja uma maior dificuldade de encontrar um Outro que dê sustentação a um vínculo estruturante (no sentido de pôr em movimento a engrenagem por meio da qual a criança vai constituir o Outro como sede do desejo) devido às próprias condições de institucionalização. Há vários relatos de tratamentos psicanalíticos com crianças nessas condições, entre eles os clássicos caso Nadia¹⁴ e Robert¹⁵, ambos publicados por Rosine Lefort. Mas é claro que essa não é a regra, pois devemos sempre considerar que “embora tais ocorrências não deixem

de ter consequências bastante sérias na vida de uma criança e suas dimensões só possam ser avaliadas *a posteriori*, eventos como esses não impedem que um novo lugar simbólico se construa a partir da instituição de acolhimento, através da figura de seus agentes.”¹⁶ Ou seja, esse lugar simbólico não depende unicamente da presença da mãe, da mesma forma que a presença da mãe não o garante. Daí a importância de nomeá-lo grande Outro, A, indicando sua não redução à personagem materna – embora não se possa negar que a mãe costuma ter aí um papel fundamental.

E devemos lembrar, também, que os cuidados maternos aliados ao banho de linguagem são uma condição necessária para a estruturação subjetiva, mas não suficiente. Como vimos anteriormente, esses cuidados dão à criança um lugar que, embora estruturante, impõe uma condição de *assujeitamento*. Para obter qualquer satisfação, a criança depende inteiramente da forma como seu grito é significado pelo Outro materno, o que a torna completamente assujeitada à onipotência da vontade do Outro. Daí a importância dada por Lacan ao segundo tempo da constituição do sujeito no Édipo, pois é nele que se introduz a passagem do Outro onipotente, ao qual a criança se encontra assujeitada, ao Outro desejante, desejo esse fundamental para o estabelecimento da relação da criança com a ordem de seu próprio desejo.

Como vimos anteriormente, o que permite à criança sair de sua posição inicial de identificação com o falo, é o desejo do Outro, que indica, que mais além da própria criança, há um *x*, um enigma. É por isso

¹² LAZNIK-PENOT, Marie-Christine. *Rumo à palavra: três crianças autistas em psicanálise*. São Paulo: Escuta, 1997, p. 11.

¹³ Idem, ibidem, p. 12.

¹⁴ LEFORT, Rosine. *O nascimento do Outro*. Salvador: Editora Fator, 1984.

¹⁵ In: LACAN, Jacques. *Seminário I: os escritos técnicos de Freud (1953-1954)*, 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986. Capítulo VIII, p. 110.

¹⁶ FERNANDES, Lia Ribeiro. *O olhar do engano-autismo e Outro primordial*. São Paulo: Escuta, 2000. p. 16. Nesse livro, Fernandes apresenta o caso de um menino autista institucionalizado desde que tinha poucos meses, no qual, a partir de algumas considerações sobre o horror causado por essa criança nos funcionários da instituição, propõe um manejo do próprio grupo a fim de promover um deslocamento do lugar em que a criança se encontra, visando efeitos sobre a própria criança.

que, para Lacan, a castração tem incidência, em primeiro lugar, como castração materna. Ou, como ele afirma no *Seminário 5*, “a castração é inicialmente encontrada no Outro.”¹⁷ Nesse sentido, podemos afirmar que a barra sobre o sujeito, \$, que indica o atravessamento do sujeito pela castração, está diretamente ligada à barra sobre o Outro, $\bar{A}$.

No *Seminário 11*, Lacan irá desenvolver essa questão da relação do sujeito com o campo do Outro através das operações de *alienação* e *separação*, com as quais mostra que, se a constituição subjetiva depende da alienação no Outro enquanto campo significante, há, nessa alienação, uma perda, algo que não é passível de ser situado do lado do sentido, e que remete à pulsão. Se, pela alienação, o ser adquire consistência no campo do Outro como sentido, aquilo que é da ordem da pulsão exige admitir um furo nesse campo do sentido, o que faz necessário situar a segunda operação, a separação.¹⁸ Esse furo no campo do sentido é a própria barra que atravessa o Outro, fazendo do campo da linguagem $\bar{A}$. O objeto *a* é o resto não simbolizável, produto da operação de separação, que atesta o fato de que nem tudo é linguagem, de que há algo do sujeito não completamente redutível ao significante.

Quando Lacan mostra, no *Seminário 5*, que do primeiro ao segundo tempo do Édipo há uma passagem da onipotência do Outro, *A*, campo no qual o sujeito se vê representar, a $\bar{A}$, campo no qual o sujeito encontra no Outro uma falta, encontramos um esboço dessa questão que será retomada e desenvolvida no *Seminário 11*.¹⁹

¹⁷ LACAN, Jacques. *Seminário 5*, op. cit., p. 361.

¹⁸ Ver LACAN, Jacques. *Seminário 11*, op. cit., principalmente o capítulo XVI.

¹⁹ Tanto no *Seminário 5*, quanto no *Seminário 11*, é possível destacar o fato de que a inscrição do sujeito na linguagem (que constitui o sujeito enquanto tal) é marcada por uma “dupla falta”: no *Seminário 5*, essa falta é marcada pelo desejo do Outro, que tira a criança de sua posição fálica, na passagem do primeiro ao segundo tempo do Édipo; no *Seminário 11*, essa falta é marcada pela pulsão e a impossibilidade do sujeito em representá-la no campo do Outro.

Porém, embora no *Seminário 11*, Lacan dê maior precisão a esse aspecto da constituição subjetiva que implica a relação do sujeito com o campo da linguagem, é a teoria do Édipo que nos permite fazer algumas considerações sobre o papel da mãe (e, como veremos a seguir, do pai) nessa articulação. É, então, por meio da teoria do Édipo que pretendemos fazer hipóteses que possam lançar luz sobre a questão: como entender, a partir da posição materna enquanto aquela que dá corpo ao campo simbólico do qual seus cuidados se fazem acompanhar, que esse campo possa ser constituído como $\bar{A}$ ou como *A*?

Como vimos anteriormente, essa distinção aparece como um divisor de águas entre a neurose e a psicose, na medida em que a psicose se caracteriza pelo fracasso da metáfora paterna, um fracasso que pode ser relacionado à ausência da hiância, normalmente aberta pelo desejo materno. É nesse sentido que podemos compreender a afirmação de Lacan nas “Duas notas sobre a criança” (1969) de que, na psicose, a criança encontra-se em posição de “saturar o modo de falta em que se especifica o desejo (da mãe).”²⁰ Segundo Lacan, a criança se torna “(...) o “objeto” da mãe e não tem outra função que a de revelar a verdade desse objeto.”²¹ Como entender que a criança possa saturar o desejo materno?

No texto “A criança entre a mulher e a mãe”, há uma afirmação de Miller que, embora enigmática, permite esclarecer esse ponto. Segundo Miller, “(...) a metáfora infantil do falo só é bem-sucedida ao falhar.”²² Trata-se de uma afirmação que só pode ser compreendida no sentido de que, em relação à posição fálica, criança deve ocupar um lugar no desejo materno, deve preencher, em certa medida, os requisitos

²⁰ In: *Opção lacaniana*, op. cit., p. 5.

²¹ Idem, ibidem, p. 5.

²² MILLER, Jacques-Alain. A criança entre a mulher e a mãe. In: *Opção lacaniana*, op. cit.

para ocupar esse lugar, mas não pode ser excessivamente eficaz em fazê-lo. Ou seja, a mãe deve manter-se, para além da relação com a criança, desejante, o que, entretanto, não exclui a necessidade de um desejo igualmente endereçado à criança. Essa é a complexidade envolvida na expressão *desejo materno* – com a qual Lacan define o papel da mãe no *Seminário 17* – que indica, ao mesmo tempo, um investimento desejante na criança e a não saturação desse desejo. Nos casos em que a criança satura o desejo materno, ela se torna uma espécie de “fetiche”, no sentido de que ocupa, por um mecanismo semelhante ao que encontramos na perversão, o lugar do objeto capaz de recobrir a falta.

Mas quais os fatos clínicos que evidenciam essa saturação do desejo materno pela criança? Afinal, mesmo nos casos em que a mãe parece dedicar-se excessivamente à criança – que é o que poderíamos supor da posição de um filho que preenche, que satura o desejo – não deixamos de encontrar interesses da mãe para além da criança – seja por um outro filho, seja pelo trabalho, pelo marido, pelas tarefas domésticas... Que fatos clínicos permitem entender a saturação do desejo que faz, da metáfora infantil do falo, uma metáfora malsucedida?

Autores como Miller, Nominé, Sauret abordam essa questão sugerindo a necessidade de situar uma divisão, no sujeito feminino, entre mãe e mulher. Segundo Miller, “(...) a mãe só é suficientemente boa se não o é em demasia, se os cuidados que ela dispensa à criança não a desviam de desejar enquanto mulher.”²³ Ainda que essa concepção só possa ser melhor compreendida a partir das complexas elaborações de Lacan sobre a feminilidade da década de 1970,²⁴ pensamos que seja importante situá-la aqui, na medida em que ela evidencia a importância da não saturação do desejo materno pela

²³ In: *Opção lacaniana*, n. 21, op. cit., p. 8.

²⁴ Pois desejar enquanto mulher está ligado a ser a causa do desejo de um homem, o que se articula ao gozo feminino, não todo fálico. A esse respeito, ver PRATES, Ana Laura. *Feminilidade e experiência psicanalítica*. São Paulo: Hacker, 2001.

criança, uma não saturação que depende de manter viva a divisão do sujeito feminino entre mãe e mulher. Entretanto, ao deduzir o que se passa com a criança a partir da relação desejante entre os pais, devemos ter o cuidado de não propor uma adjetivação desse desejo, evitando qualquer busca de uma normativização das relações entre homem e mulher. Afinal, como explicar, unicamente a partir do jogo da relação desejante entre os pais, o fato clínico de que um dos filhos de um casal seja autista e outro não? Como explicar os casos em que os pais de uma criança psicótica têm um bom relacionamento conjugal?

O mesmo problema se coloca quando, ao invés de situar o desejo materno a partir das relações do casal parental, procuramos defini-lo enquanto endereçamento do desejo. É o que faz Miller quando afirma que “(...) o desejo da mãe deve se dirigir para um homem e ser atraído por ele.”²⁵ Sendo os caminhos do desejo tantos, tão tortuosos, e marcados pelo significativo de maneira absolutamente singular, devemos ter o cuidado de não reduzir o desejo materno – enquanto elemento fundamental na constituição subjetiva da criança – ao que é observável do comportamento materno, no sentido das boas ou más relações da mãe com o pai – não sendo possível definir, a priori, por nenhum interesse (ou desinteresse) da mãe o que faz com que seu desejo se mantenha vivo para além da criança.

Buscar na patologia materna a origem da saturação ou não saturação do desejo materno pela criança nos parece igualmente problemático: a mãe cujo filho divide é neurótica, a mãe cujo filho satura é psicótica? A clínica está repleta de evidências de que essa correlação é falsa, de que a neurose materna não é necessariamente determinante de uma neurose na criança. Além disso, Lacan nos lembra nas “Nota sobre a criança” (1969) que a posição da criança, de saturar o desejo da mãe, pode ocorrer “qualquer que seja a sua estrutura especial: neurótica,

²⁵ In: *Opção lacaniana*, n. 21, op. cit., p. 8.

perversa ou psicótica,”²⁶ indicando que não há relação direta entre a estrutura clínica da mãe e esse elemento que permite à criança apreender o campo do Outro a partir da posição da mãe, como A ou $\bar{A}$. Deixaremos, portanto, de lado os interesses observáveis na vida cotidiana da mãe, e retomaremos o que foi trabalhado anteriormente a respeito da posição da mãe enquanto Outro, na introdução de uma nova dialética que leva à passagem do primeiro ao segundo tempo da constituição subjetiva no Édipo.

Como já afirmamos, no primeiro tempo, a criança está diante da onipotência do Outro materno, que não pode ser considerada senão uma *ilusão de onipotência*, sustentada pela intensidade do vínculo que caracteriza o início da vida da criança. Que esta tenha essa ilusão, não quer dizer que o Outro seja de fato onipotente, que haja uma completa adequação da resposta da mãe a todo choro da criança. Sabe-se que essa adequação completa não existe, que sua resposta pode falhar, que a fome pode, por exemplo, demorar a ser satisfeita, ou ser significada como sono ou frio. Sendo assim, é necessário supor que a criança conta com alguns recursos que lhe permitem manter-se, durante um certo tempo, na ilusão dessa relação com a onipotência do Outro, mesmo quando a mãe decodifica imperfeitamente seu choro. Esses recursos, ainda que frágeis – como a sucção do dedo ou de uma chupeta, e mesmo a satisfação alucinatória que Freud menciona na “Interpretação dos sonhos” (1900)²⁷ – fariam com que um dado que poderia ser interpretado como falta no Outro – afinal, ao Outro falta o objeto de satisfação reclamado – não o seja, ainda que momentaneamente.

Entretanto, podemos pensar que essa oscilação entre a satisfação oferecida pela mãe e a não satisfação, por si só, deveria ser capaz de fazer com que, em algum momento, a ilusão de unidade que caracteriza

o primeiro tempo do Édipo seja quebrada. Ainda que a criança possua certos recursos para sustentar por algum tempo essa ilusão, e ainda que a intensa relação que a mãe estabelece com ela possam adiar, temporariamente, a introdução de uma nova dialética na qual a hiância, a falta, tomam lugar permitindo a articulação do tempo seguinte, tendemos a pensar que em algum momento o próprio vaivém materno, os desencontros entre o sentido atribuído ao choro e a necessidade envolvida, deveriam ser suficientes para provocar uma quebra na ilusão de unidade, de plenitude que sustenta essa relação, fazendo com que a hiância seja marcada. Mas se assim fosse, teríamos que considerar que, em princípio, toda mãe é potencialmente, enquanto Outro, $\bar{A}$, um Outro barrado – pois não há mãe que não se ausente em algum momento, nem mãe que satisfaça plenamente e em tempo integral as necessidades de uma criança. Dessa forma, temos que admitir que se a *ausência materna* nos pareceu anteriormente uma boa metáfora para explicar, em termos gerais, o que se passa na relação com o Outro no segundo tempo da constituição subjetiva no Édipo, ela nos parece entretanto frágil para dar conta do que se passa nas psicoses, nos casos em que a criança encontra-se em posição de saturar a falta no Outro materno. Para além da presença ou ausência materna, como caracterizar o vínculo mãe-criança como capaz de saturar a falta no campo do Outro?

Tentaremos responder a essa questão formulando uma hipótese sobre esse enlaçamento absolutamente singular no qual se sustenta o vínculo da mãe com um filho, a fim de que possamos ampliar nosso campo de reflexão sobre os alcances e limites da intervenção do analista em cada caso particular. Para isso, começaremos por retornar ao caso das crianças autistas, um quadro clínico sempre instigante à reflexão sobre a constituição subjetiva e seus determinantes.

²⁶ LACAN, Jacques. *Outros Escritos*, p. 370.

²⁷ FREUD, Sigmund. In: *Obras completas*, op. cit., v. V, p. 603.

Tomemos a fala de uma mãe a respeito de sua presença junto à filha recém-nascida: “com ela era o vazio. (...) Eu me ocupava dela não estando lá, presente. Eu sempre fiz o que era preciso. Eram os cuidados e pronto, era tudo; era automático e agora que eu penso nisso, essa criança não era mesmo nada.”²⁸ Qual a possibilidade de sustentação de um vínculo, quando o que a criança evoca na mãe é o vazio, o nada? Não há dúvidas de que esse vazio, de que esse nada, revela²⁹ a dificuldade materna em fazer o que denominamos, anteriormente, o *acolhimento desejante* da criança. Entretanto, é importante notar, nesse como em outros relatos de mães de crianças autistas, como não se trata de um *abandono* dos cuidados da criança, assim como não se trata de um *abandono* da própria criança. Embora a mãe se refira à criança como o vazio, o nada, é importante observar que ela não deixa de supor, nessa mesma criança, *necessidades a serem satisfeitas*. Há algo a ser feito, o necessário, o que é preciso, ainda que sejam os “cuidados e pronto”. O que surpreende, portanto, não é a carência dos cuidados, mas o fato de que os cuidados sejam reduzidos à pura satisfação das necessidades, não se fazendo acompanhar das marcas simbólicas que costumam caracterizá-los. É como se a própria criança ficasse reduzida ao puro *ser da necessidade*, em relação ao qual a mãe coloca-se em posição de responder – ou, como no caso da primeira mãe mencionada, em relação ao qual uma outra pessoa supostamente poderia responder ainda melhor que a mãe. Se a carência de uma marca desejante, da particularização do interesse pela criança é evidente, essa carência, entretanto, não exclui o vínculo (pois isso seria a morte da criança), ela o reduz. A criança fica reduzida a um *suposto ser de necessidade* e é enquanto tal que o Outro materno se vincula a ela.

²⁸ DIEREN, Eliane Pirard-Van. O autismo seria uma resposta a um tipo particular de melancolia parental?. In: *O que a clínica do autismo pode ensinar aos psicanalistas*, op. cit.

²⁹ No sentido de ser uma *evidência*, não o *determinante*.

Isso nos permite entender algumas das razões da preferência, tanto dos pais das crianças autistas, quanto das instituições dedicadas a essas crianças, por tratamentos baseados em treinamentos, em condicionamentos, que se adequam com facilidade a esse lugar de *ser da necessidade* a que a criança parece ter sido reduzida – da necessidade a ser treinada, condicionada. A psicanálise, longe de compactuar com essa prática, busca a emergência do apelo,³⁰ da demanda, de algo que desloque a criança autista dessa posição – o que, muitas vezes, traz aos pais uma dificuldade de suportar o efeito do tratamento psicanalítico dos filhos. Não deveria o analista nesses casos ocupar-se minimamente dessa dificuldade dos pais, a fim de que esse efeito possa ser melhor acolhido por eles?

A particularização do interesse da mãe pela criança exige, portanto, um passo, que implica um mais-além da suposição, pela mãe, da criança como *ser da necessidade*. Esse mais-além é o que levaria a mãe a situar-se como a suposta detentora do sentido do choro da criança, transformando esse choro em um apelo endereçado a ela. Nesse mais-além, o que encontramos é a suposição, na criança, do que podemos chamar um *ser de demanda*. Lembremos que uma das principais características das crianças autistas é a ausência do apelo. São crianças que não têm qualquer atitude antecipatória antes de serem carregadas, que não costumam reclamar a presença de ninguém, que não esboçam qualquer sinal de interesse pelas pessoas. O passo que é transposto na passagem do campo da necessidade ao da demanda é exatamente esse, a demanda implica o Outro. Quando a mãe se coloca como intérprete do choro da criança, podemos observar que há a suposição

³⁰ KLEIN, Melanie. A formação dos símbolos na criança. In: *Contribuições à psicanálise*, 2. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1981. O caso Dick nos traz um belo exemplo dessa emergência, obtida pela suposição de um sentido no interesse de Dick por trens (trem grande é papai, trem pequeno é Dick).

não apenas de um sentido nesse choro, mas também de um *endereçamento desse choro a ela*. É a partir dessa dupla suposição, que a “loucura necessária de todas as mães” parece operar. A suposição, na criança, de um *ser de demanda* é, portanto, o que podemos definir como um dos passos fundamentais no sentido da articulação de uma lógica – sustentada pela particularização do interesse da mãe pela criança – da qual depende o primeiro tempo da constituição subjetiva.

Entretanto, como já vimos anteriormente, essa lógica do primeiro tempo aprisiona a criança à significação dada pelo Outro, colocando-a em uma posição de assujeitamento. A suposição, na criança, de um *ser de demanda* parece provocar um curto-circuito entre a demanda da criança e a resposta que é encontrada no Outro. Uma cena entre mãe e criança no ponto de ônibus ilustra de maneira clara esse curto-circuito. A criança pergunta à mãe: “o ônibus chegou?” e a mãe responde: “não.” Depois de alguns minutos, a criança volta a perguntar: “o ônibus chegou?”, ao que a mãe volta a responder: “não.” A pergunta continua a ser repetida insistentemente pela criança, e a resposta da mãe continua a ser um impassível “não.” A cada nova pergunta, um novo não. A pergunta não é remetida a nenhum lugar fora do circuito mãe-criança. Em nenhum momento a mãe se detém sobre a insistência da criança, para questioná-la: “você me faz essa pergunta mas... o que você está querendo com isso?” Diante do suposto sujeito da demanda, a mãe, enquanto Outro, se coloca como único local de endereçamento da fala da criança, e como único portador da resposta, não dando assim lugar à hiância que a própria insistência do pedido parece buscar na resposta materna. A mãe não supõe um mais-além do pedido, um mais além que possa não se satisfazer com a resposta dada, e que marcaria sua posição de faltante diante da criança: “afinal, o que ela quer com isso? O que há, para além de sua pergunta, que minha resposta não satisfaz?” Lacan nos remete a essa questão quando lembra, no *Seminário II*, a insistência

dos porquês da criança, que mais parecem buscar o limite da resposta que a resposta mesma: “o desejo do Outro é apreendido pelo sujeito naquilo que não cola, nas faltas do discurso do Outro, e todos os *porquês*? da criança testemunham menos de uma avidez da razão das coisas do que constituem uma colocação em prova do adulto, um *porquê será que você me diz isso?* sempre ressuscitado de seu fundo, que é o enigma do desejo do adulto.”³¹ O enigma do desejo materno, ou a hiância no campo do Outro, só pode ser apreendido pela criança a partir da impossibilidade de resposta provida do Outro (o que não é o mesmo que não responder), impossibilidade que aponta uma divisão, um mais-além da resposta que o Outro tenha a oferecer, o que exige da mãe um recuo, uma retificação em sua posição inicial. Notemos que esse recuo nada tem a ver com o recuo da mãe que se sente completamente impotente para responder. É um “recuo ativo”, que implica responder à demanda em uma certa medida, mas também supor sua impossibilidade em fazê-lo completamente (talvez nesse sentido a presença-ausência materna possa ser melhor esclarecida). Entendemos que sejam essas as condições que devem estar presentes para que seja dado um novo passo, no qual o que é suposto na criança é um *ser de desejo*. “Ele não quer isso, então o que ele quer?”

É possível observar, na forma como a mãe se posiciona em relação aos cuidados de seu bebê, uma diferença entre a suposição, na criança, de um *ser de demanda* ou um *ser de desejo*. Tomemos um exemplo desses cuidados para ilustrar essa diferença: o bebê chora, a mãe significa o choro como fome, e lhe oferece o seio. O bebê recusa o seio, e volta a chorar. Nesse momento, a mãe pode ou não re-situar-se em relação à significação inicial atribuída ao choro da criança. O re-situar-se exige da mãe o recuo que mencionamos: “talvez não seja fome” (ou seja, a mãe

³¹ LACAN, Jacques. *Seminário II*, op. cit., p. 203.

admite que pode ter se enganado), “pode ser sono”. Nesse caso, a mãe situa-se como aquela que dá sentido, como A, mas cujo sentido *depende da resposta que obtém da criança*. Ou seja, a mãe, mesmo enquanto A, enquanto portadora do sentido, não deixa de supor na criança um sujeito, cujo desejo (igualmente suposto), é capaz de re-situá-la em relação à significação inicial. Entretanto, é possível observar que algumas mães encontram maior dificuldade em fazer essa retificação no significado inicial atribuído ao choro da criança. Um exemplo disso seria a insistência na aceitação, pela criança, do seio recusado.

Todas essas considerações a respeito da existência de uma suposição na criança, que daria corpo à posição do Outro, concretamente sustentada pela mãe, exigem levar em conta dois pontos fundamentais. Em primeiro lugar, o de que a *responsabilidade* que cabe à mãe nessa posição – uma responsabilidade comparável à do sujeito em relação a seu sintoma, que é a de uma implicação que ele mesmo desconhece – não pode ser confundida com a *culpabilização* da mãe, que sugere uma intencionalidade, impensável nessas situações. Como esclarece Cristina Kupfer no texto “Psicose e autismo na infância: problemas diagnósticos”, “as mães não são culpadas, mas responsáveis pelo destino subjetivo de seus filhos. Entenda-se aí a mãe em posição de Outro materno, atravessada pela articulação entre a sua fantasmática e sua posição de falada pelo discurso social, e que tem diante de si um bebê que se apresenta com uma materialidade que não pode ser negada.”³² Em segundo lugar, é preciso considerar que essa suposição, que recai sobre a criança, deve ser tomada como uma das condições de possibilidade de instauração de uma ou outra posição pela criança, o que não exclui desse campo a singularidade da posição da criança aí apreendida, assim como não situa a totalidade das determinações do lado do Outro. É nessa perspectiva

³² In: *Estilos da clínica*, v. IV, n. 7, p. 101, 2. sem. 1999.

que nossas hipóteses permitem situar algumas questões relativas à clínica com crianças e ao manejo da posição dos pais nessa clínica, que consideramos ser da maior importância.

2. FUNÇÃO PATERNA E PATERNIDADE

O que é um pai? *O pai é, com efeito, o pivô, o centro fictício e concreto da manutenção da ordem genealógica, que permite à criança se imiscuir de maneira satisfatória num mundo que, de qualquer maneira que se o avalie, cultural, natural ou sobrenaturalmente, é aquele onde ela nasce. É num mundo organizado por essa ordem simbólica que ela faz sua aparição, e é isso que ela tem que enfrentar. A descoberta da análise não será nos mostrar qual o mínimo de exigências a que é necessário que o pai real responda para que ele comunique, faça sentir e transmita à criança a noção de seu lugar nesta ordem simbólica?*

Jacques Lacan¹

¹ LACAN, Jacques. *Seminário 4*, op. cit., p. 410.

Neste capítulo, além de retomarmos algumas das questões já levantadas anteriormente sobre a função paterna, procuraremos também situar o pai enquanto aquele que, ao lado da mãe, está, como *um* pai, na sustentação das funções que são articuladas pelo complexo de Édipo.

Em Freud, vimos que o pai aparece tardiamente no Édipo, no momento de sua resolução. Ele é, para o menino, figura de identificação e, para a menina, o portador do falo desejado. É Lacan quem irá articular a função do pai ao complexo de castração e dar-lhe, enquanto função simbólica, o lugar central no complexo de Édipo. Ao fazê-lo, Lacan nos instiga a pensar sobre as possíveis relações entre essa função simbólica e aquele que concretamente ocupa o lugar de pai no ternário edipiano.

Em princípio, Lacan faz notar que a presença do pai no ambiente familiar não implica, necessariamente, uma função operante, assim como a carência simbólica do pai não tem, necessariamente, relação com sua ausência na família. É nesse sentido que, no *Seminário 5*, ele afirma que “mesmo nos casos em que o pai não está presente, em que a criança é deixada sozinha com a mãe, complexos de Édipo inteiramente normais – normais nos dois sentidos: normais como normalizadores, por um lado, e também normais no que se desnormalizam, isto é, por seu efeito neurotizante, por exemplo – se estabelecem de maneira exatamente

homóloga à dos outros casos.”² Mas se as evidências clínicas desse descolamento entre a função simbólica do pai e a presença do pai no ambiente familiar são inquestionáveis (o próprio Schreber teve um pai que está longe de poder ser considerado ausente), por outro lado, esse descolamento pode facilmente levar a pensar que a presença do pai no ambiente familiar tenha pouca ou nenhuma importância na constituição subjetiva da criança, o que não parece ser o caso. Nesse sentido, a questão que nos interessa discutir no presente capítulo é: em que medida essa função simbólica depende e em que medida não depende do sujeito que concretamente ocupa o lugar de pai no interior de uma família?

Como vimos anteriormente, a função do pai está ligada à hiância aberta na relação da criança com a mãe pelo desejo materno. Ao pai, cabe ordenar esse desejo, situando-o em relação à lei. É por isso que, para Lacan, “a verdadeira função do pai é unir (e não opor) um desejo à lei.”³ Ou seja, a interdição paterna não é a proibição do desejo proferida pelo pai, mas um efeito da articulação do desejo – que a teoria do Édipo mostra ser, em primeiro lugar, o desejo materno – à lei. Em “Nota sobre a criança” (1969), Lacan define a função do pai como aquela na qual “seu nome é o vetor de uma encarnação da Lei no desejo.”⁴ Cabe ao pai fazer essa ordenação do desejo, vetorizando-o no sentido da lei. Daí a necessidade de considerar o pai não como o fundador da interdição – daquela que proibiria à criança o acesso à mãe – mas como seu representante. É o que afirma Dor em *O pai e sua função em psicanálise*. Segundo ele, “nenhum pai, na realidade, é detentor e, *a fortiori*, fundador da função simbólica que representa. Ele é seu vetor.”⁵

² Idem, *Seminário 5*, op. cit., p. 173.

³ Idem, *Subversão do sujeito e dialética do desejo* (1960). In: *Escritos*, op. cit., p. 839.

⁴ Idem, *Outros Escritos*, p. 369.

⁵ DOR, Joël, op. cit., p. 15.

Nesse sentido, podemos compreender a importância dada por Lacan ao caso que a mãe faz da palavra do pai, ao lugar que o pai ocupa no discurso materno, pois é esse lugar que torna possível que “a mãe funde o pai como mediador daquilo que está para além da lei dela e de seu capricho.”⁶ O problema é que sendo o pai o mediador de uma lei que está dada como anterioridade lógica para a criança já no discurso materno, então só parece ser possível situar o pai no complexo de Édipo a partir das questões relativas à posição materna. Como pensar o lugar do pai no complexo de Édipo, levando-se em conta essa exigência de passagem pelo desejo da mãe?

Uma das soluções para esse problema é aquela que mencionamos anteriormente, apresentada por Miller, que define o desejo materno como um desejo endereçado ao homem que ocupa o lugar de pai. Segundo ele, “(...) o desejo da mãe deve se dirigir para um homem e ser atraído por ele. Portanto, isso exige que o pai seja, também, um homem.”⁷ De fato, essa parece uma solução satisfatória se nos limitarmos a pensar que quando esse homem, que é também o pai, ocupa um lugar na economia do desejo da mãe, a possibilidade de que o desejo materno mantenha-se vivo para além da criança – impedindo o aprisionamento da criança nas malhas desse desejo, marcando a hiância da relação mãe-criança, tão importante ao descolamento da criança de sua posição fálica inicial – parece maior do que nos casos em que isso não acontece. Entretanto, como já afirmamos anteriormente, trata-se de uma leitura que exige o cuidado de considerar que o desejo toma consistência nas mais variadas e paradoxais formas, não admitindo, *a priori*, nenhuma adjetivação desse endereçamento ao pai, nem mesmo no sentido do amor. A clínica nos permite constatar como não é incomum encontrar relações amorosas

⁶ LACAN, Jacques. *Seminário 5*, op. cit., p. 197.

⁷ In: *Opção lacaniana*, op. cit., p. 8.

entre pais de crianças psicóticas, assim como verificar que o amor da mãe pelo pai não assegura a criança nem da neurose, nem da psicose e sequer da perversão. Assim, embora este não seja um dado a ser desprezado, não nos parece que a questão do desejo materno possa ser reduzida ao que se observa da relação da mãe ao pai.

Um caso que permite entendê-lo é o da mãe que, ao trazer a filha para análise, mostra-se avessa a qualquer contato da analista com o pai da menina com o qual ambas, mãe e filha, também não têm qualquer contato. Será que podemos concluir, do comportamento dessa mãe em relação ao pai de sua filha, que o pai não tem lugar em seu desejo? Mãe solteira, essa mulher justifica seu pedido de não contato com o pai revelando que “o pai é uma *mentira*”. Ela conta que, cinco anos antes, tendo sido surpreendida pela notícia da gravidez dessa criança – na qual ela diz, inicialmente *não ter acreditado* – havia tomado uma atitude, até hoje incompreensível para ela mesma: diz ao verdadeiro pai que ele não é o pai, ao mesmo tempo em que atribui a um outro homem a paternidade. Que consequências poderíamos esperar de seu ato para a criança? A exclusão do verdadeiro pai implica, necessariamente, a exclusão de sua função? São dois os indicativos de que não é da exclusão da função que se trata nesse caso. O primeiro, é a constatação clínica de que não se trata de uma criança psicótica; o segundo, revela-se na seguinte fala da mãe: “não sei porque fiz isso, mas achava que *se não fosse assim, minha filha não teria pai*.” Paradoxalmente, trata-se de dar um lugar ao pai na exata medida em que ele é uma mentira. Trata-se da transmissão simbólica de um lugar que, na história dessa mãe, havia igualmente sido marcada pelo significante *mentira*. Podemos assim notar a que ponto pode chegar a disjunção entre a paternidade real e a simbólica que é, nesse caso, capaz de preservar a via simbólica pela qual a transmissão da nomeação paterna é possível, ainda que pelas vias tortuosas que o significante *mentira* impõe à realidade concreta desse caso. Teria sido possível essa transmissão de outra maneira?

No capítulo anterior, propusemos pensar o desejo materno não no sentido do endereçamento do desejo a um homem (embora esse endereçamento tenha, é claro, sua importância), mas no sentido da abertura de uma hiância no campo do Outro, representado pela mãe. Mostramos que essa abertura se faz evidente na suposição, na criança, de um ser de desejo; que ela é saturada pela suposição, na criança, de um ser de demanda; e que não se apresenta enquanto tal na suposição, na criança, de um ser de necessidade. Seria possível articular essa hipótese com a entrada em jogo do pai enquanto função simbólica?

Como já vimos anteriormente, se a entrada do pai depende da possibilidade de abertura a um terceiro, da possibilidade de uma mediação que lhe cabe normalmente assegurar, então ela não pode ser articulada a nenhum momento, cronologicamente situável, do desenvolvimento de uma criança. Vimos também que essa possibilidade de abertura a um terceiro está dada antes mesmo que o pai efetivamente se revele operante para a criança. Da mesma forma que a presença da linguagem é um fato concreto para uma criança que nasce cercada de seres falantes, mas é um fato cuja eficácia depende da inscrição do sujeito na ordem simbólica, o pai é presença no desejo e no discurso materno antes mesmo que possa ser comprovada sua entrada na lógica edípica. Entretanto, se por um lado não se trata de situar cronologicamente a entrada do pai enquanto função simbólica, por outro lado essa não é uma questão que se possa evitar, uma vez que não se pode afirmar que essa função simbólica tenha valor efetivo desde o início da vida da criança.

Para abordar esse aspecto um tanto problemático da paternidade, proporemos denominar essa possibilidade de abertura a um terceiro – que está dada mesmo antes que a função simbólica tenha valor efetivo para a criança – de *entrada potencial* do pai. É na medida em que essa entrada potencial depende, fundamentalmente, do desejo materno,

que cabe um questionamento a respeito da importância da paternidade concretamente marcada no ambiente familiar. Para considerá-lo, levaremos em conta, além da *entrada potencial do pai*, um outro aspecto da paternidade, que se evidencia em duas situações particulares.

A primeira é aquela na qual o pai está lá, presente no ambiente familiar. É um pai que interage com a criança desde seu nascimento, podendo até mesmo – como não é incomum nos dias de hoje – participar ativamente de seus cuidados: dar-lhe a mamadeira, o banho, trocar-lhe as fraldas, fazê-la dormir. Quando ressaltamos a importância do desejo materno enquanto o que dá lugar ao pai, temos que considerar que esses cuidados não são capazes, ao menos nesse momento inicial, de conferir ao pai a função que lhe é própria. E não porque eles não tenham importância para a criança, mas porque sua função não se coloca necessariamente na dependência de sua participação ou não nos cuidados de seu filho, nem na dependência de que ele seja amável ou bruto, carinhoso ou distante, cuidadoso ou desajeitado – ainda que todas essas características deem ao pai um contorno imaginário, antes mesmo de sua entrada efetiva para a criança.

Em segundo lugar, temos o fato de que, independente de ser bom ou mau, herói ou bandido, de estar presente ou de ter abandonado a mãe e mesmo de estar vivo ou morto, o pai tem sua presença irremediavelmente marcada no ato que deu origem à criança. Ainda que os avanços da medicina moderna ofereçam às mães a possibilidade de gerar um filho na ausência do ato – por exemplo, através da fecundação artificial – não há como excluir a dimensão paterna do campo da procriação humana, simplesmente porque não há fecundação sem espermatozoide. Não é excessivo lembrar aqui a afirmação de Lacan, de que “só há um pai real, é o espermatozoide.”⁸

Podemos notar que, nessas duas situações, há uma particularidade comum em relação à presença do pai: ela não é suficiente, por si só, para dar ao pai o valor simbólico que lhe cabe mas, ainda assim, consiste em uma marca potencial da paternidade, quer ela seja ordenada pela função simbólica do pai ou não. É nesse sentido que iremos aqui defini-la enquanto *presença potencial do pai*.

Temos, assim, ao lado da *entrada potencial do pai*, que é o indicativo da possibilidade de abertura ao pai como terceiro na relação da mãe com a criança, essa *presença potencial do pai*, em que se destacam os aspectos imaginário e real da paternidade. Tentemos agora articular esses dois aspectos da paternidade à questão sobre o lugar do pai no desejo materno, partindo do que foi trabalhado no capítulo anterior.

Em relação à *entrada potencial do pai*, a articulação nos remete à distinção entre a suposição, na criança, de um *ser de demanda* ou um *ser de desejo*. Como mostramos anteriormente, a suposição, na criança, de um *ser de desejo* implica que a mãe se coloque como aquela que dá o sentido, como A, mas cujo sentido depende também da resposta que obtém da criança. Isso exige da mãe um constante exercício de alternância entre atribuir uma significação e, em certos momentos, reposicionar-se em relação a essa mesma significação atribuída (essa alternância nos parece comparável àquela da presença-ausência de que tratamos no segundo tempo do Édipo). É nesse reposicionamento que podemos notar o *assujeitamento da mãe a uma exterioridade que condiciona sua relação com a criança*. Trata-se do assujeitamento ao qual Lacan se refere no *Seminário 5*, quando menciona a importância, para a saída do complexo de Édipo, “desse remeter a mãe a uma lei que não é a dela, mas a de um Outro.”⁹ Notemos que esse assujeitamento da mãe a uma exterioridade tem

⁸ LACAN, Jacques. *Seminário 17*, op. cit., p. 120.

⁹ Idem, *Seminário 5*, op. cit., p. 199.

duas características importantes. Em primeiro lugar, ele está ou não está dado *de início* na relação com a criança, não podendo ser pensado como algo que se defina cronologicamente, ou que se coloque na dependência de um fato temporal. Em segundo lugar, ele não depende, necessariamente, da posição da mãe enquanto sujeito em relação ao campo do Outro (no sentido de que ele dependa de a mãe ser um sujeito neurótico, perverso ou psicótico), na medida em que ele remete à absoluta singularidade da relação de uma mãe com uma criança, sendo cada filho aí capturado em uma posição absolutamente singular. No caso da criança sobre a qual recai a suposição de um *ser de demanda*, é essa entrada de um terceiro que fica comprometida, devido ao não assujeitamento da mãe a uma exterioridade que condiciona sua relação com a criança.¹⁰ Nesse caso, a lei aparece como a lei materna, e a mãe é onipotente no exercício dessa lei. Ainda que haja a *presença potencial* do pai, sua *entrada potencial* fica comprometida.

Assim, é na suposição na criança de um *ser de desejo* que encontramos a possibilidade da *entrada potencial do pai*, na medida em que essa suposição deixa aberta a hiância que, no campo do Outro, indica que essa relação se encontra mediada por uma alteridade à qual a mãe é também assujeitada. Como afirma Lacan no *Seminário 5*, trata-se do “desejo do Outro, que é o desejo da mãe e que comporta um mais-além. Só que para atingir esse mais-além é necessária uma mediação, e essa mediação é dada, precisamente, pela posição do pai na ordem simbólica.”¹¹ Como vimos, é dessa mediação que se trata na

¹⁰ Novamente, aqui, é importante ressaltar que não estamos falando de um não assujeitamento estrutural, ou seja, não estamos considerando a mãe necessariamente psicótica. Trata-se de um não assujeitamento determinado pela singularidade de um vínculo que se encontra na dependência da mãe enquanto um dos suportes do Outro para a criança, mas que a atravessa, tanto quanto à criança.

¹¹ LACAN, Jacques. *Seminário 5*, op. cit., p. 190.

entrada do pai enquanto função simbólica, a partir da substituição do desejo da mãe pelo Nome-do-Pai, na metáfora paterna.

Assim, podemos afirmar que a articulação da função paterna enquanto função simbólica não depende de nenhuma característica específica do pai. Não é porque ele é amável ou violento, porque é fraco ou castrador, que sua função está garantida ou vem a falhar. Ela depende, fundamentalmente, do lugar da lei na singularidade do vínculo de cada mãe com cada criança, do fato de que, nesse vínculo, “o pai é, no Outro, o significante que representa a existência do lugar da cadeia significante como lei. Ele se coloca, por assim dizer, acima desta. O pai acha-se em uma posição metafórica, na medida e unicamente na medida em que a mãe faz dele aquele que sanciona, por sua presença, a existência como tal do lugar da lei. Uma imensa amplitude, portanto, é deixada aos meios e modos como isso pode se realizar, razão por que é compatível com diversas configurações concretas.”¹² A *entrada potencial do pai* depende, assim, do assujeitamento materno a uma alteridade na relação com a criança. É essa a condição para a instauração da metáfora paterna, que vai então ordenar todos os elementos que marcaram para a criança a *presença potencial do pai*, em suas diversas configurações concretas.

Dessa forma, em termos da paternidade concretamente exercida por um pai, são suas características que fornecem à função os contornos imaginários que lhe darão sustentação. É no encontro dessas características com o lugar terceiro que a função lhe atribui, que encontramos o que se pode chamar a *versão do pai*, uma versão que contempla, *a posteriori*, as diversas configurações concretas de um pai. Essa versão do pai não é senão o reordenamento, a re-significação, pela criança, de todos os elementos que se apresentam para ela como

¹² Idem, ibidem, op. cit., p. 202.

a *presença potencial do pai*. É na medida em que a função reordena os elementos imaginários que marcam a presença potencial do pai, que se faz necessário dar importância à forma como cada sujeito se coloca em relação à paternidade, ou seja, à maneira como cada pai em particular situa-se, enquanto *um pai*, para uma criança. A distinção entre a posição paterna no segundo e terceiro tempos do Édipo parece estar ligada a essa questão.

Como vimos anteriormente, Lacan afirma que no terceiro tempo do Édipo, o pai passa de onipotente e privador a permissivo e doador. No segundo tempo, a onipotência paterna faz, da lei, a lei do pai, “a lei do pai tal como imaginariamente concebida pelo sujeito como privadora da mãe.”¹³ É somente no terceiro tempo que o pai toma seu lugar enquanto suporte de uma lei que lhe cabe representar. Nesse sentido, a forma como cada sujeito assume a paternidade e se relaciona com a lei que lhe cabe representar não parece sem importância na configuração da *versão paterna* que surge do reordenamento da *presença potencial do pai*. Há sujeitos dos quais podemos afirmar que se colocam diante da lei que lhes cabe representar como *um pai*, o que implica o reconhecimento da lei como uma instância à qual ele mesmo se encontra assujeitado. Um pai que não se posiciona como aquele que faz a lei, mas como aquele que a nomeia, e isso porque também ele mostra-se marcado por essa lei. Por outro lado, é possível observar também sujeitos que encarnam a lei como o pai que, identificado à lei, toma-se por legislador. E ainda que tenhamos afirmado que a função paterna não depende das características que um pai tenha concretamente, talvez caiba pensar nas consequências para a criança neurótica, psicótica ou perversa, da forma como o próprio pai se relaciona com a lei.

¹³ Idem, *ibidem*, op. cit., p. 199.

Em *O infantil e a estrutura*, Sauret lembra que no seminário RSI,¹⁴ Lacan “atribui o risco da psicose ao pai que (...) se tomara por um pai.”¹⁵ Para o autor, a psicose pode ser considerada decorrência do “pai que se iguala à lei.”¹⁶ Sauret lembra, ainda, as características do pai de Schreber, um pai severo, educador rígido, que pode ser considerado um pai que profere a lei sobre tudo. Segundo Sauret, “se encontrarmos um pai deste modo, desta forma, sem dúvida a resposta psicótica é possível, me parece.”¹⁷ Entretanto, o caso da psicose nos parece o mais enigmático para articular as características do pai à posição do sujeito, pois diferentemente da neurose – na qual a função simbólica recobre e re-significa a presença potencial do pai, ordenando-a como uma versão do pai que recai sobre o sujeito que concretamente encarna a paternidade – na psicose, a função simbólica do pai é inoperante. A distinção entre a esquizofrenia e a paranoia permite, entretanto, levar em conta os diferentes efeitos da presença potencial do pai quando esta não é sustentada simbolicamente. Devemos lembrar também que se a presença potencial não conta com a ordenação do pai simbólico, isso torna problemática a relação do sujeito psicótico com qualquer questão relativa à paternidade, que muitas vezes funciona como ponto de junção ao desencadeamento de um surto.

Ao marcar a importância do pai no discurso materno, Lacan marca também a importância de não adjetivar o pai, uma vez que não há

¹⁴ Idem, *Seminário 22* (1974-1975), inédito, não publicado oficialmente.

¹⁵ SAURET, Marie-Jean. *O infantil e a estrutura*, op. cit., p. 36.

¹⁶ Idem, *ibidem*, p. 51. No texto de Sauret, essa questão que estamos situando no Édipo como a do assujeitamento do próprio pai à lei é abordada por um outro viés, o de fazer de uma mulher a causa de seu desejo. Entretanto, entendemos que, em termos mais amplos, as duas questões remetam, em última instância, à posição do pai como aquele que é ou não, ele mesmo, assujeitado à lei.

¹⁷ Idem, *ibidem*.

como afirmar, *a priori*, que um pai possa assegurar sua função porque é severo ou amável, castrador ou permissivo, simplesmente porque não há como determinar, *a priori*, o que seria a posição paterna na singularidade de cada triangulação edípica. Procuramos ressaltar, assim, a importância do universal da função paterna enquanto função simbólica, ao lado da necessidade de situar, em cada caso particular, a singularidade de sua posição, de que forma um pai opera, ou em que sentido ele pode ser considerado carente para determinado sujeito. Afinal, o que orienta sua função não é o personagem que a encarna, mas o desejo que lhe dá um lugar. Um desejo que não pode ser adjetivado, *a priori*, em nenhuma hipótese. Entretanto, na medida em que essa função simbólica recai sobre aquele que ocupa concretamente o lugar de pai, reordenando e re-significando a presença potencial do pai, dando-lhe contornos imaginários com os quais a criança irá construir sua *versão paterna*, não se pode negar que sua posição no ternário edípico seja da maior importância.

E na clínica é fundamental constatar que não há regra universal capaz de definir as características que um pai deve ter para operar como tal, o que não quer dizer, entretanto, que no *après-coup* de uma situação já constituída, não se possa situar as marcas de uma determinada posição paterna para cada sujeito particular. É, principalmente na clínica com crianças, que somos levados a fazer considerações sobre o quanto a posição do pai no ternário edípico teria contribuído para certos efeitos que se verificam na estruturação subjetiva da criança.

PARTE III

COMPLEXO DE ÉDIPO E CLÍNICA PSICANALÍTICA COM CRIANÇAS

Esse cavalo que vai e vem, que tem certo modo de deslizar-se ao longo das ruas puxando um carro, é totalmente o mais exemplar para ele [Hans] daquilo que tem que enfrentar e sobre o qual não entende nada, sem dívida, graças ao fato de que tem certo tipo de mãe e certo tipo de pai.

Jacques Lacan¹

¹ LACAN, Jacques. Conferencia en Ginebra sobre el sintoma (1975). In: *Intervenciones y textos 2*. Buenos Aires: Manantial, 1993, p. 128. Tradução nossa.

Procuramos, até aqui, mostrar a importância da teoria sobre o complexo de Édipo como ferramenta para uma reflexão sobre a constituição subjetiva e sobre a participação dos pais enquanto aqueles que concretamente dão sustentação ao Outro de que depende essa constituição. Nesta terceira parte de nosso trabalho, procuraremos fazer uma articulação dessas questões com a clínica psicanalítica de crianças.

Entendemos que é na clínica com crianças que essa discussão toma importância, uma vez que é somente nela que se coloca a questão sobre a relação entre o sintoma da criança e o que se passa do lado da estrutura familiar. Na “Nota sobre a criança”, Lacan nos remete a essa articulação ao afirmar que ou bem o sintoma da criança está em posição de responder ao que há de sintomático na estrutura familiar, ou então a criança encontra-se em posição de objeto no fantasma materno. Além disso, ele nos lembra, nesse texto, que cabe à família conjugal a função irreduzível de transmissão da qual depende a constituição subjetiva. Nossa questão para o próximo capítulo diz respeito às consequências dessas considerações e seu valor clínico.

Aparentemente, encontramos-nos diante de um impasse, capaz de dividir os psicanalistas em relação a uma questão fundamental: em que medida as determinações do que se passa com a criança dizem respeito à singularidade de sua posição subjetiva, e em que medida elas são uma resposta ao que se passa na estrutura familiar? De um

lado, situam-se os analistas que se propõem a escutar apenas a criança, excluindo – na medida do possível – os pais de seu campo de trabalho; de outro, situam-se os analistas que se propõem a interpretar o sintoma da criança a partir do discurso dos pais. Tanto de um lado como de outro, essa questão sobre a relação entre a singularidade da posição subjetiva da criança e a particularidade de seus laços familiares acaba por se desdobrar em várias outras: de que forma devemos considerar esse encontro da posição subjetiva da criança com o que está do lado da estrutura familiar? Levar em conta o que se passa do lado da estrutura familiar é necessariamente desconsiderar o sujeito? Qual o manejo possível dessa questão do lado dos pais? E do lado da criança? É o que pretendemos discutir a seguir.

1. O CASO HANS

Se essa análise é privilegiada, é porque nela vemos produzir-se abertamente a transição que faz passar a criança da dialética imaginária do jogo intersubjetivo com a mãe em torno do falo para o jogo da castração na relação com o pai. A passagem se faz por uma série de transições que são precisamente o que chamo os mitos forjados pelo pequeno Hans.

Jacques Lacan²

² LACAN, Jacques. *Seminário 4*, op. cit., p. 279.

A “Análise de uma fobia em um menino de cinco anos”, publicada por Freud em 1909, tem para nosso trabalho o interesse de ser um caso exemplar de aplicação clínica da teoria do complexo de Édipo. Nesse sentido, concordamos com Sauret, quando afirma que “com sua interpretação, Freud inventa o complexo de Édipo na análise.”³

Analisado pelo pai, publicado por Freud e comentado por inúmeros psicanalistas – incluindo Lacan – o caso Hans não é, entretanto, unicamente o relato de um caso clínico. Antes de apresentar sintomas e de se tornar o primeiro caso de análise com uma criança da história da psicanálise, Hans aparece no relato de Freud como um menino cuja observação visava apenas comprovar a existência de manifestações da sexualidade na infância.

Freud pede a colegas e amigos que lhe enviem observações sobre as manifestações sexuais infantis e o pai de Hans, em resposta ao pedido de Freud, passa a enviar-lhe algumas notas sobre o filho quando este ainda não completara três anos e não havia qualquer manifestação sintomática de sua fobia. É o relato dessas observações do pai que ocupa toda a primeira parte do texto de Freud.

Quando Hans está com quatro anos e nove meses, Freud recebe uma carta na qual o pai lamenta tratar-se, a partir daquele momento,

³ SAURET, Marie-Jean. *O infantil e a estrutura*, op. cit., p. 67.

de “material para um caso clínico.”⁴ É somente a partir dessa carta que seus relatos passam à descrição do quadro da fobia de Hans.

Muda a sintomatologia de Hans, mas não a forma como o pai se relaciona com ela: Hans continua sendo objeto de sua observação, uma observação endereçada a Freud.

Enquanto a fobia de Hans é clássica – um medo aparentemente infundado de cavalos, que a análise procurará esclarecer – sua análise não o é. Ela tem características muito diferentes daquelas que encontramos atualmente.

Em primeiro lugar, trata-se de uma análise que não foi conduzida por Freud, mas pelo próprio pai do menino. Durante todo o tratamento, Freud tem um único encontro com Hans.

Longe de considerar que essa deva ser uma regra geral nos tratamentos de crianças, Freud afirma, entretanto, que nesse caso a presença do pai teria sido um facilitador na aplicação do método psicanalítico, porque unia “a autoridade de um pai e a de um médico”, combinando “o carinho afetivo com o interesse científico.”⁵

O pai de Hans assume, portanto, o lugar de analista, desde o princípio. Ele não pede a Freud que analise seu filho. Descreve a fobia do menino e põe-se a perguntar o que estaria ocorrendo. E Freud autoriza-o a ocupar esse lugar. Não se pode negar, entretanto, que a posição do pai enquanto analista coloca algumas questões em relação à direção do tratamento dessa criança.

A primeira questão remete à transferência. Freud ocupa-se, juntamente com o pai, do sintoma da criança, de sua descrição, na busca de desvendar seu sentido. Mas não há qualquer questionamento a respeito do papel da transferência do pai, ou mesmo da mãe, na

análise dessa criança. A mãe não tem, durante todo o tratamento, nenhum contato com Freud.⁶ Como é possível pensar a transferência da criança e suas particularidades, se é a posição do pai que permanece em destaque nesse caso? Quais as consequências para o caso de manter-se intocada a transferência do pai a Freud, assim como a posição que o menino ocupa nessa transferência?

No *Seminário 4*, Lacan coloca algumas questões sobre o manejo da transferência na análise de Hans: “(...) Não podemos nos perguntar se, devido ao fato de ter sido essa análise conduzida pelo pai, não apresenta ela traços específicos que excluem, ao menos parcialmente, a dimensão transferencial? Em outras palavras, o bordão proferido habitualmente pela srta. Anna Freud, segundo a qual não há transferência possível nas análises de crianças, não é aplicável justamente a este caso, por se tratar do pai?”⁷ É na medida em que a transferência do pai a Freud (uma transferência que permanece intocada pelo trabalho de análise) assume o primeiro plano nessa análise, e na medida em que a transferência de Hans não pode ser pensada sem o pano de fundo da relação pai-filho, que se coloca a questão sobre a presença ou não da transferência da própria criança. Para Lacan, entretanto, é evidente que “(...) em toda análise de criança praticada por um analista existe, de fato, transferência, simplesmente como existe no adulto, e melhor que em qualquer outra parte.”⁸ Não se trata, portanto, de questionar a existência da transferência nas crianças, de observar que, nesse caso, a transferência parece ficar mal situada devido ao fato de que é o pai quem

⁶ Fato ao qual Mannoni, no livro *A criança, sua doença e os outros*, refere-se como problemático. Para a autora, até mesmo o divórcio dos pais, posterior à análise de Hans, “teria sido evitado se Freud houvesse sido mais atento às queixas maternas.” (MANNONI, Maud. *A criança, sua doença e os outros*. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1987. p. 14).

⁷ LACAN, Jacques. *Seminário 4*, op. cit., p. 393.

⁸ Idem, ibidem.

⁴ FREUD, Sigmund. *Obras completas*, op. cit., v. X, p. 33.

⁵ Idem, ibidem, p. 15.

ocupa a posição de analista no tratamento do filho. Afinal, o que está em jogo no caso é a transferência do pai ou da criança? Como pensar a transferência da criança com um analista que é, ao mesmo tempo, o pai?

Entendemos que certos problemas que Freud enfrenta no desenrolar do caso devem-se, em parte, ao fato de não ter se ocupado do efeito da transferência dos pais sobre a condução da análise, tanto do ponto de vista do que permanece não trabalhado da transferência dos pais a Freud, como do ponto de vista da posição da criança nessa transferência. Não há como negar que a atuação do pai, enquanto analista, fica limitada, pois suas intervenções ficam frequentemente reduzidas à aplicação de um universal teórico ao caso, não sendo possível intervir sobre sua singularidade na medida em que ele está aí envolvido diretamente com seus sintomas. Se, como afirma Lacan em “Nota sobre a criança”, “o sintoma da criança é capaz de responder pelo que há de sintomático na estrutura familiar,”⁹ no caso do pequeno Hans, a posição do pai exclui qualquer possibilidade de manejo dessa questão. Mas qual o manejo possível dessa questão?

Uma das autoras que discute a relação entre o sintoma de Hans e o que se passa do lado da estrutura familiar é Maud Mannoni. Em *A criança, sua doença e os outros*, ela afirma que “a aparição da doença de Hans pode considerar-se como a aparição daquilo que está errado nos pais.”¹⁰ Nesse sentido, para ela, “não se podia, pois, cuidar de Hans sem abalar todo um edifício.”¹¹ Mas, se por um lado, ela considera fundamental pensar a posição da criança como resposta ao que há de sintomático na estrutura familiar, por outro lado ela enfatiza a problemática dos pais de tal forma que, em seu comentário, a posição da criança parece diluir-se na questão dos pais (e, conseqüentemente,

confundir-se com ela). Para Mannoni, “o discurso de Hans faz parte (...) de um discurso coletivo, cada um participa de um medo imaginário num mundo fantasmático.”¹² Segundo ela, “(...) temos também que compreender quem fala, porque o sujeito do discurso não é necessariamente a criança.”¹³ Mannoni se atém de tal maneira ao que se passa do lado da estrutura familiar, que acaba por deslocar para ela toda a problemática do sintoma da criança.

Se as considerações de Lacan sobre o caso Hans permitem fazer uma leitura que contempla esse aspecto do sintoma da criança como resposta ao que há de sintomático na estrutura familiar, é na medida em que ele não exclui, em momento algum, o fato de que a resposta da criança é a resposta da criança, e como tal deve ser considerada. Que a criança responda ao que há de sintomático na estrutura familiar não quer dizer que toda a questão deva ser localizada do lado dessa estrutura, nem que ela possa esclarecer completamente o que se passa do lado da resposta da criança. Para Lacan, parece ser fundamental situar a resposta da criança à estrutura familiar como uma resposta própria, cuja singularidade determina as vias por onde sua análise irá caminhar. Entretanto, o que ele nos mostra no *Seminário 4* é que, para fazê-lo, não é necessário desconsiderar a importância do que se passa do lado da estrutura familiar. A seguir, retomaremos alguns comentários de Lacan sobre o caso Hans para tentar mostrá-lo.

Partiremos do resumo da história da fobia de Hans apresentado por Lacan no *Seminário 4*:

“O pequeno Hans, a partir dos quatro anos e meio, faz o que se chama uma fobia, isto é, uma neurose.

⁹ Idem, *Outros Escritos*, p. 369.

¹⁰ MANNONI, Maud. *A criança, sua doença e os outros*, op. cit., p. 16.

¹¹ Idem, *ibidem*.

¹² Idem, *ibidem*.

¹³ Idem, *ibidem*, p. 26.

Essa fobia é assumida por seu pai, que por acaso é um dos discípulos de Freud. É um homem muito bom, o que pode haver de melhor como pai real, e o pequeno Hans tem realmente por ele todos os bons sentimentos, ele gosta muito de seu pai, e *está longe de temer por parte deste um tratamento tão abusivo quanto o da castração*.

Por outro lado, *não se pode dizer que o pequeno Hans seja frustrado de qualquer coisa*. Tal como o veremos no início da observação, o pequeno Hans, filho único, nada em felicidade. É objeto de uma atenção que o pai, certamente, não esperou a aparição da fobia para lhe manifestar, e é também objeto dos cuidados mais ternos da mãe, inclusive tão ternos que *tudo lhe é permitido*. É preciso, na verdade, a sublime serenidade de Freud para ratificar a ação da mãe, quando hoje em dia todos os anátemas cairiam sobre ela, que admite todas as manhãs o pequeno Hans como terceiro no leito conjugal, e isso *contra as reservas expressas do pai e marido*. Não apenas este se mostra, neste ponto, de uma tolerância bem particular, mas podemos julgar que ele esteja completamente sem controle da situação, pois, *diga ele o que disser, as coisas continuam a ocorrer da maneira mais decidida, sem que a mãe em questão tenha por um só minuto a menor consideração pelas observações que lhe são respeitosamente sugeridas pelo personagem do pai*.

Ele não é frustrado de nada, este pequeno Hans, não é realmente privado de nada."¹⁴

Lacan menciona então a ameaça de castração, uma ameaça que não adquire valor efetivo no momento em que é proferida a Hans. Aparentemente não há castração, pois tudo é permitido a essa criança, inclusive frequentar a cama dos pais. Além disso, seu pai é gentil, e até excessivamente.

Freud relaciona o excesso de gentileza e permissividade do pai aos sintomas de Hans, pois entende que esse excesso seria um empecilho à passagem de Hans pelo complexo de castração. Isso o leva a propor a seguinte intervenção: "(...) sugeri a seu pai que começasse a dar a Hans alguns esclarecimentos dentro do tema do conhecimento sexual. O comportamento anterior da criança constituía para nós justificativa para admitirmos estar sua libido relacionada com um desejo de ver o pipi de sua mãe. Propus então a seu pai que afastasse de Hans esse objetivo, informando-o de que sua mãe e todos os outros seres femininos (como poderia constatar com Hanna) não tinham pipi nenhum."¹⁵ A hipótese de Freud parece ser a de que o pai, ao fazê-lo, estaria operando como o agente da instauração do complexo de castração em Hans. Trata-se de uma intervenção que revela a importância que Freud atribui à necessidade de oferecer a Hans um elemento que lhe dê condições de dialetizar, em termos de presença e ausência, em termos do complexo de castração, o que se apresenta inicialmente como uma teoria sexual infantil, sustentada pela ideia da presença de pênis em todos os seres – especialmente na mãe. Para ele, a informação do pai sobre a falta do pênis nas mulheres poderia ser esse elemento.

Entretanto, a intervenção não parece ter o efeito esperado. Na mesma noite em que recebe o esclarecimento do pai, Hans desperta assustado devido a um sonho no qual vê o pipi da mãe. Freud conclui então que "o esclarecimento quanto ao fato de as mulheres não possuírem pipi não foi, a princípio, aceito por ele."¹⁶

Podemos levantar duas hipóteses para entender a ausência do efeito esperado para a intervenção do pai. A primeira, remete à posição do pai e suas dificuldades em situar-se no papel sugerido por Freud. O pai se vê

¹⁵ FREUD, Sigmund. Análise de uma fobia em um menino de cinco anos (1909). In: *Obras completas*, op. cit., v. X, p. 39

¹⁶ Idem, *ibidem*, p. 43.

¹⁴ LACAN, Jacques. *Seminário 4*, op. cit., p. 227. Grifos nossos.

na conflitante situação de ter de se colocar como o agente de uma castração que ele dá, constantemente, mostras de ter dificuldades de impor ao filho. A segunda, remete ao fato de que se trata de uma intervenção que estabelece uma correspondência direta entre complexo de castração e a aquisição de um saber sobre a falta do pênis nas mulheres. Lembremos que o próprio Freud, mesmo tendo ressaltado a importância da constatação da ausência do pênis nas mulheres como o elemento capaz de instaurar o complexo de castração, não mantém esse como seu único fator determinante. Como vimos anteriormente, outros fatores são mencionados por ele, como a visão dos genitais femininos, a constatação da falta do pênis materno, a ameaça concreta da castração devido à masturbação (que em Hans mostra-se inicialmente sem efeito), entre outros. O próprio Freud deixa, portanto, em aberto a questão sobre qual seria esse fator, e sobre as razões que levam um fator a ter efeito em um determinado momento e não ter, em outro. Nesse sentido, não há nada que assegure, a priori, que a informação sobre a diferença sexual tenha o efeito de instauração do complexo de castração na criança. Se assim fosse, a prescrição poderia ser considerada universal: comunicar às crianças a existência da diferença sexual como profilaxia das fobias infantis! Obviamente não é esse o caso, e sequer Freud parece supor a validade universal dessa intervenção. Mas é inegável que, no caso de Hans, a intervenção paterna priorizou o *universal da teoria* em detrimento das *particularidades do caso*. Poderíamos pensar em uma intervenção que, sem desconsiderar esse aspecto universal da teoria, contemplasse uma articulação dessa teoria com aquela estrutura particular na qual Hans está inserido?

Quando Lacan comenta o caso, ele menciona certos elementos do discurso materno e paterno que apontam ou negam possibilidades de significação, pela criança, disso a que o próprio Freud chama complexo de castração. Não seria essa uma das formas possíveis de

passar da universalidade da teoria à singularidade do caso (que nos parece fundamental em toda prática clínica)?

No *Seminário 4*, Lacan afirma que “a questão que nos é proposta pelos fatos é a de saber *como a criança apreende o que ela é para a mãe.*”¹⁷ Lacan nos mostra, assim, que a posição fálica da criança não diz respeito somente à relação que ela estabelece com seu pênis e com os dos outros seres a sua volta (embora esse seja um elemento de valor simbólico significativo para a criança em uma determinada fase), ela diz respeito à posição que a criança ocupa para a mãe, e ao que lhe é possível apreender dessa posição. Nesse sentido, a pergunta que caberia formular é: o que Hans é para a mãe? A resposta de Lacan é a de que ele é o falo – o que é constatável, segundo ele, pela relação excessivamente terna que lhe dedica a mãe. É também essa a constatação de Freud, mas por outro viés, o da primazia fálica: se Hans imagina que todos os seres vivos têm pênis, é porque está um passo aquém do complexo de castração.

Mas Lacan observa que há um momento em que ocorre a quebra desse “paraíso do engodo” da relação imaginária com a mãe, moldado e integrado no amor materno – dormir em sua cama, ir com ela ao banheiro, vê-la vestir-se, etc. É o momento em que a pulsão real manifesta-se, na atividade masturbatória de Hans. Segundo Lacan, “(...) a partir do momento que intervém sua pulsão, seu pênis real, aparece esse descolamento de que eu falava há pouco. Ela [a criança] é aprisionada em sua própria armadilha, confrontada com a hiância imensa que existe entre satisfazer uma imagem e ter algo de real para apresentar (...).”¹⁸ Esse seria o momento de descolamento de Hans da imagem – ideal materno – a satisfazer. “Com o que o pequeno Hans é confrontado? Ele é posto no ponto de encontro

¹⁷ LACAN, Jacques. *Seminário 4*, op. cit., p. 229.

¹⁸ Idem, *ibidem*, p. 232.

entre a pulsão real e o jogo imaginário do engodo fálico, e isso com relação à mãe.”¹⁹ Para Lacan, esse é o momento em que o complexo de castração se instaura, exigindo uma reordenação das relações com o mundo, momento no qual aparece uma hiância entre a posição de Hans e o ideal do desejo materno. Nesse sentido, é a atividade masturbatória de Hans que permite fazer a articulação entre a universalidade da teoria e o singular da clínica. Trata-se de uma articulação que exige, entretanto, que esse dado não seja elevado ao estatuto de acontecimento de valor universal (no sentido de supor que a masturbação, assim como a visão dos genitais femininos, teria *sempre* o efeito de instauração do complexo de castração), mas considerado, na singularidade do caso, a partir da questão: por que, no caso Hans, a emergência da pulsão real sob a forma da masturbação abre essa hiância que o tira do ideal fálico materno, introduzindo para ele o complexo de castração? Se não estamos tomando a masturbação como um elemento universalmente capaz de gerar esse efeito, se não se trata de afirmar que em todos os casos esse efeito de hiância é obtido sempre que há masturbação infantil, então é na singularidade do caso que devemos buscar algum elemento que indique essa quebra na posição inicial de engodo imaginário diante da mãe. A mãe dá a Hans algum indício de que seu amor, antes incondicional, é posto em questão devido à manifestação concreta da pulsão?

Há uma frase proferida pela mãe de Hans, que pode ser considerada indicativa da quebra da incondicionalidade do amor materno. Certo dia, depois do banho, Hans percebe na mãe um cuidado para não tocar seu pênis, e lhe pergunta: “porque é que você não põe seu dedo aí?” Ao que a mãe responde: “porque seria porcaria.”²⁰ Essa frase parece indicar

que a manifestação da pulsão em Hans é mal recebida, que essa manifestação é capaz de transformar um amor incondicional, na condição pela qual Hans se vê tomado algum tempo depois, a de não mexer em seu *faz-pipi*. O fato de que lhe ameacem, de que as ameaças façam ou não efeito, de que tenha ou não conhecimento da ausência do pênis nos seres do sexo feminino parece ser, para Hans, menos significativo do que a introdução desse elemento na relação com a mãe, uma relação na qual, aparentemente, “tudo” lhe é permitido – desde dormir em sua cama, até frequentar o banheiro com ela – e, com a masturbação, fica finalmente marcada uma interdição. Não seria esse um dos elementos singulares do caso que permitem a instauração do passo seguinte?²¹

Como vimos anteriormente, o efeito da quebra da identidade fálica da criança é o de um endereçamento, alguém ou algo é convocado, como significante, para ordenar o desejo materno que a instaura. Hans é confrontado com a castração, pela hiância aberta na relação amorosa com a mãe. Entretanto, em função do lugar que o pai ocupa no discurso materno – um lugar no qual, segundo Lacan, “(...) diga o que ele disser, as coisas continuam a ocorrer da maneira mais decidida, sem que a mãe em questão tenha por um só minuto a menor consideração pelas observações que lhe são respeitosamente sugeridas pelo personagem do pai”²² – Hans não parece encontrar no pai uma significação asseguradora de sua posição. Assim, não há como fazer o envio disso que se apresenta como castração, da hiância aberta na relação com a mãe, ao pai. O que Hans encontra é um pai cuja palavra não parece ter valor para a mãe, um pai que, como diz Lacan no *Seminário 5*, “é totalmente inoperante, na medida em que aquilo que diz é precisamente sem efeito – junto à

¹⁹ Idem, ibidem, p. 233.

²⁰ FREUD, Sigmund. Análise de uma fobia em um menino de cinco anos (1909). In: *Obras completas*, op. cit., v. X, p. 29.

²¹ Um outro elemento a ser considerado nesse sentido é o nascimento da irmã, Hanna.

²² LACAN, Jacques. *Seminário 4*, op. cit., p. 227.

mãe, quero dizer.”²³ Para Lacan, “a posição do pai é posta em dúvida pelo fato de não ser sua palavra que serve de lei para a mãe.”²⁴

Mas devemos lembrar que, conforme vimos anteriormente, é a estrutura perversa – e não a fobia – que se caracteriza pela presença de uma mãe que dita a lei ao pai. É na posição perversa que encontramos um pai cuja palavra não tem valor para a mãe, no sentido de que “é a mãe que mostra ter sido a lei para o pai num momento decisivo.”²⁵ Nesse sentido, há uma semelhança entre a posição de Hans e a perversão, uma semelhança mencionada algumas vezes por Lacan no *Seminário 4*.²⁶ A posição do pai traz, portanto, uma certa dificuldade em descartar a hipótese de perversão.

Lembremos que, para Lacan, a chave da relação do Édipo, “o que constitui seu caráter decisivo, deve ser isolado como relação não com o pai, mas com a palavra do pai.”²⁷ Assim, embora Lacan tenha mostrado que a função paterna pode operar independentemente da presença ou ausência do pai no ambiente familiar, em seu comentário sobre o caso Hans somos colocados novamente diante da questão: qual a relação entre o complexo de castração e a posição do pai no ambiente familiar? O que Lacan afirma – assim como Freud – é que, uma vez que o pai não ocupa o lugar esperado, aquele no qual ele poderia ser identificado como agente da castração, então ele é inoperante.

Ainda assim, Lacan descarta a hipótese de perversão, e o faz devido à repulsa de Hans diante das calças da mãe. Para Lacan, “o pequeno Hans jamais será um fetichista.”²⁸ Hans parece, de fato, fazer uma

“escolha” que o tira da via perversa, o que se observa, por exemplo, no efeito de queda do ideal materno, devido à manifestação da pulsão. O que poderia situar Hans do lado da perversão seria a negação da relação de falta entre a mãe e ele – que ele obteria, por exemplo, não mexendo na “porcaria” – uma negação que lhe desse condições de manter-se em posição de falo materno (a qual, como afirma Lacan, não corresponde em absoluto a ter o falo), abrindo mão do interesse pelo pênis como objeto de satisfação e colocando-se em posição passiva em relação à mãe, o que poderia ter, como consequência, por exemplo, uma escolha homossexual. Hans não nos dá nenhum indício de ter escolhido nem esse caminho, nem outro que indique essa negação da falta. Ao contrário, ele mostra, desde então, estar às voltas com a questão da masturbação, sem no entanto conseguir dar-lhe um fim adequado. Temos aí um indicativo de que não se trata da denegação da castração (no sentido de uma *Verleugnung*), mas que essa castração, que opera em Hans, não tem o endereçamento esperado, não é enviada ao pai. Ainda assim, tanto Freud como Lacan relacionam essa falta de endereçamento ao pai com a ausência de função paterna operante, o que implicaria a ausência da castração. Mas se, como vimos anteriormente, não é a fobia, e sim a psicose que se caracteriza pela ausência da função paterna, pela *Verwerfung* da castração – e Lacan já o afirmara no seminário do ano anterior²⁹ – como entender essa articulação à fobia? Como entender que Lacan afirme que Hans é assujeitado à mãe (assujeitamento que já mostramos estar intimamente ligado à posição da criança na psicose) e que o pai é inoperante sendo que, em nenhum momento, Lacan levanta a hipótese de psicose para o caso? É claro que o fato de Hans não apresentar nenhum sintoma ou fenômeno elementar característico da psicose parece justificar, em princípio, a ausência dessa hipótese. Entretanto, há uma

²⁹ Idem, *Seminário 3*, op. cit.

²³ Idem, *Seminário 5*, op. cit., p. 199.

²⁴ Idem, *ibidem*.

²⁵ Idem, *ibidem*, p. 215.

²⁶ Por exemplo, na p. 199.

²⁷ LACAN, Jacques. *Seminário 5*, op. cit., p. 199.

²⁸ Idem, *Seminário 4*, op. cit., p. 359.

outra razão pela qual entendemos que Lacan mencione a inoperância do pai sem mencionar a hipótese de psicose.

À época da apresentação do *Seminário 4*, Lacan parece considerar não uma, mas duas formas diferentes de inoperância do pai: de um lado, sua carência estrutural, ligada à *Verwerfung* e trabalhada exaustivamente ao *Seminário 3*; e de outro, a “ineficácia” do pai, termo que se sustenta sob um fundo de ideal de eficácia paterna, cuja presença no texto de Lacan já foi discutida anteriormente. Entendemos que seja esse ideal de eficácia paterna o que leva Lacan a propor, para a fobia, a hipótese de inoperância do pai, pois é somente tendo como pano de fundo esse ideal que a solução fóbica pode ser compreendida como o apelo a um elemento que faz o que Lacan chama uma *suplência do pai*. Segundo Lacan, “o objeto fóbico vem desempenhar o papel que, em razão de alguma carência, em razão de uma carência real, no caso do pequeno Hans, não é preenchido pelo personagem do pai.”³⁰ Nesse sentido, o objeto fóbico “é o elemento em torno do qual vão girar todos os tipos de significações que formarão, afinal, *um elemento de suplência ao que faltou no desenvolvimento do sujeito*, isto é, aos desenvolvimentos que lhe foram fornecidos pela dialética do meio ambiente onde ele está imerso.”³¹ É somente levando em conta esse ideal que Lacan pode afirmar que Hans é assujeitado, que o pai não opera, e que o objeto fóbico consiste em um elemento que faz suplência à função que não opera. Como vimos, é somente na medida em que desenvolve uma concepção sobre o real como um impossível sempre precariamente circunscrito pela função simbólica do pai, que Lacan poderá abrir mão dessa hipótese de uma eficácia da função paterna e definir a própria função paterna, de maneira geral, como suplência, como um ordenador simbólico, de certa forma, sempre ineficaz no sentido de dar conta desse impossível.

³⁰ Idem, *Seminário 4*, op. cit., p. 411.

³¹ Idem, *ibidem*. Grifos nossos.

Porém, Lacan insiste também sobre um outro ponto que nos remete à psicose, que é a relação entre a fobia e o assujeitamento da criança ao Outro materno. Para Lacan, “(...) a angústia do Pequeno Hans era, essencialmente, a angústia de um assujeitamento.”³² No seminário do ano anterior, Lacan define a angústia da seguinte forma: “a angústia não é o medo de um objeto. A angústia é o confronto do sujeito com a ausência de objeto onde ele é apanhado, onde se perde, a que tudo é preferível, inclusive forjar o mais estranho e menos objetual dos objetos, o de uma fobia. O caráter irreal do medo em questão é justamente manifestado, se soubermos vê-lo, pela sua forma: é o medo de uma ausência, quero dizer, desse objeto que se acaba de lhe designar. (...) Aqui, o pequeno Hans tem medo da ausência do pai, ausência que está ali e que ele começa a simbolizar.”³³ É a mesma definição de angústia dada por Freud em “Inibição, sintoma e angústia” (1926),³⁴ em que ela aparece como a falta sem objeto.

Entretanto, devemos notar que essa definição de angústia como falta sem objeto, como angústia de castração, torna difícil a articulação entre angústia e assujeitamento. Afinal, *ou* a criança está assujeitada (que é a posição que mostramos ser característica da psicose, na qual a criança se torna, como afirma Lacan em sua “Nota sobre a criança”, o objeto da mãe) e, portanto, a castração está forcluída; *ou* há angústia, porque há castração, sem um objeto que a nomeie e a ordene.

O que Hans nos mostra é que está diante da castração, da hiância entre o desejo materno pelo falo e sua posição, e que é a partir daí que surge sua angústia. Uma angústia que é, segundo Lacan, a de “(...) se imaginar como fundamentalmente diferente daquilo que é desejado e,

³² Idem, *Seminário 5*, op. cit., p. 196.

³³ Idem, *Seminário 4*, op. cit., p. 353.

³⁴ FREUD, Sigmund. In: *Obras completas*, op. cit., v. XX.

como tal, rejeitado do campo imaginário onde, pelo lugar que ali ocupava, a mãe podia conseguir se satisfazer.”³⁵ Diante disso, Hans precisa elege algo que faça uma articulação, uma nomeação, de sua angústia. É isso que faz o objeto fóbico, ele entra em ação, tomando lugar da função de nomeação, de endereçamento, que normalmente caberia ao pai.

Lacan entende que essa nomeação faz passar da angústia à fobia, uma vez que “a angústia – e aí não faço mais que repetir Freud, que o articulou com perfeição – é algo que é sem objeto. Os cavalos saem da angústia, mas o que eles portam é o medo. O medo concerne sempre a alguma coisa articulável, nomeável (...).”³⁶ Para Lacan, “(...) a partir da emergência da fobia, o mundo lhe parece pontuado por toda uma série de pontos perigosos, pontos de alarme que o reestruturam.”³⁷ A fobia consiste, assim, em um ponto de reestruturação do mundo para a criança que, segundo Lacan, até então “estava, em suma, no interior de sua mãe, e acaba de ser rejeitada dali, ou de se imaginar rejeitada, ela está na angústia, e ei-la que, com a ajuda da fobia, instaura uma nova ordem do interior e do exterior, uma série de limiares que se põem a estruturar o mundo.”³⁸ É nesse sentido que, para Lacan, “a fobia é construída à frente do ponto de angústia.”³⁹

Mas se a angústia surge da falta, como entender a expressão “angústia de um assujeitamento”? A definição de angústia na qual Lacan se baseia na época não levaria a pensar que *ou* há angústia, *ou* há assujeitamento?

Quando Lacan afirma, no *Seminário 5*, que para que Hans “(...) não seja pura e simplesmente um *assujeito*, é necessário que apareça

³⁵ LACAN, Jacques. *Seminário 4*, op. cit., p. 250.

³⁶ Idem, ibidem, p. 252.

³⁷ Idem, ibidem.

³⁸ Idem, ibidem, p. 252-253.

³⁹ Idem, ibidem, p. 253.

alguma coisa que lhe meta medo,”⁴⁰ parece-nos possível ver aí um indicativo de que, enquanto na fobia o sujeito se defende do assujeitamento pela eleição do objeto fóbico, na psicose o sujeito se mantém no assujeitamento. Entretanto, devemos lembrar que, alguns anos mais tarde, no seminário sobre a angústia,⁴¹ Lacan desenvolverá uma teoria sobre a angústia afastando-se da noção freudiana de angústia ligada à falta de objeto. Nesse seminário, Lacan define a angústia como *não sem objeto*, sendo *a* o objeto em questão. Nesse sentido, o surgimento da angústia passa a ser atribuído não à falta, mas à possibilidade da *falta da falta*, o que implica algo bastante diferente da não aceitação da falta pelo sujeito (que estaria do lado da *Verleugnung* perversa) ou do assujeitamento ao Outro como consequência da forclusão da falta (na *Verwerfung* psicótica). A angústia não seria decorrente da falta, mas da possibilidade de que essa falta venha a faltar.⁴² Não seria o assujeitamento de Hans um sinal da iminência disso a que Lacan chama a “falta da falta”? Pois enquanto na psicose o assujeitamento mantém a castração forcluída para o sujeito, Hans está, ao contrário, às voltas com a questão da castração, ainda que sua posição diante do Outro materno possa ser pensada como uma ameaça de que essa falta venha a faltar. É na medida em que o pai não é suficiente para afastar essa ameaça, que o objeto fóbico é convocado. Isso nos leva a uma compreensão diferente daquela que indicaria um assujeitamento cuja resposta seria

⁴⁰ Idem, *Seminário 5*, op. cit., p. 196.

⁴¹ Idem, *Seminário 10: a angústia* (1962-1963), inédito, não publicado oficialmente.

⁴² Em relação a esse ponto, ver HARARI, Roberto. *O seminário “a angústia de Lacan”*. Porto Alegre: Editora Artes e Ofícios, 1997. Ver também WHITAKER, Christiane. *Pânico e psicanálise: a angústia em Freud e Lacan*. Taubaté: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2003.

passiva na psicose (o que mantém o assujeitamento) e ativa na fobia (o que faz pensar em uma aparente autonomia do sujeito na evocação do objeto fóbico). Ao supor que o assujeitamento de Hans é o que o leva a fazer um apelo (no lugar da falta do pai, ele apela ao objeto fóbico, livrando-se do assujeitamento à mãe), fica suposta também uma autonomia do sujeito em relação à estrutura na qual se constitui, pois a criança parece ter a “escolha” entre manter-se assujeitada ou não, independentemente dos elementos que lhe são oferecidos no interior da estrutura edípiana. Mas será que podemos supor esse caráter autônomo da posição do sujeito em relação aos elementos que, como afirma Lacan, lhe são fornecidos “pela dialética do meio ambiente onde ele está imerso?”⁴³ Afinal, em que medida a posição do sujeito é uma resposta aos elementos que lhe são oferecidos no interior da estrutura edípica, e em que medida é possível considerar uma autonomia do sujeito em relação a essa estrutura?

⁴³ LACAN, Jaques. *Seminário 4*, op. cit., p. 411.

CONCLUSÕES

A fase a ser atravessada coloca o sujeito na situação de escolher. Ponham também esse escolher entre aspas, porque o sujeito é tão passivo quanto ativo nisso, pela simples razão de que não é ele quem manipula as cordinhas do simbólico.

Jacques Lacan¹

¹ LACAN, Jacques. *Seminário 5*, op. cit., p. 192.

Entendemos que são dois os temas que justificam, ainda hoje, o interesse pela teoria do complexo de Édipo: a constituição do sujeito e a clínica psicanalítica com crianças. Trata-se de dois temas que têm em comum o fato de que os pais podem ou não ser incluídos em seu campo de discussão. Em relação ao tema da constituição do sujeito, sabemos que é possível restringir a discussão à relação do sujeito ao campo da linguagem (e à sua inscrição nesse campo pela via da forclusão, da denegação ou do recalque), tal como nos mostra Lacan no *Seminário II*, utilizando-se das operações de alienação e separação. Entretanto, mesmo a partir do *Seminário II*, podemos notar como a referência à linguagem não exclui a importância daqueles que concretamente se apresentam como o suporte desse campo para a criança. No caso da clínica psicanalítica com crianças, a mesma questão se coloca. É possível sustentar um trabalho clínico unicamente com a criança, e sabemos que essa é a opção de muitos psicanalistas. Mas isso não exclui o fato de que a presença dos pais está marcada desde o princípio, que são os pais e não a criança que pedem inicialmente o tratamento e que, mesmo durante o trabalho com a criança, sua presença exige do psicanalista um manejo. Mas, se tanto em um caso como no outro, os pais não deixam de ter importância enquanto suporte do Outro para a criança, quais as razões para excluí-los de nosso campo de atuação?

Um dos principais motivos parece estar no fato de que a inclusão dos pais, tanto do ponto de vista teórico, quanto no manejo clínico

que ela requer, exige do analista considerar uma série de dificuldades que estão longe de serem facilmente superadas. Do ponto de vista teórico, a maior dificuldade nos parece ser a de evitar a tendência a extrair conclusões, sempre problemáticas, do tipo “se tal pai, se tal mãe, então... tal filho.” Basta nos remetermos aos textos de psicanalistas que se ocupam dessas questões, para notarmos a frequência com que suas considerações os colocam diante da incômoda pergunta sobre as determinações da patologia da criança do lado dos pais. Os textos de Nominé e Sauret, mencionados neste livro, não são exceção.

Em *O sintoma e a família*, Nominé pergunta-se sobre quem seria o responsável pela psicose: o pai, a mãe ou a própria criança?² “Basta ter tal tipo de pai para estar predisposto à psicose? Duas vezes em seu ensino, Lacan respondeu que sim. Em outras partes, deixou a questão aberta. (...) Basta ter tal mãe para estar predisposto à psicose? Em duas notas a J. Aubry, Lacan nos deixa pensar que sim.”³ Para ele, entretanto, “nem todos os que têm tal pai e mãe patógenos desencadeiam uma psicose. (...) Penso que também há sujeitos que, apesar de terem pais patógenos, souberam arranjar-se para *preverem-se* da psicose.”⁴ Assim, sua solução para uma questão que ele mesmo classifica como embaraçosa, é afirmar que “no final das contas, a forclusão me parece ser essencialmente a eleição de um sujeito. Há condições necessárias que a favorecem mas, ao final, a forclusão é uma *decisão* do sujeito.”⁵

Sauret também procura responder à mesma pergunta quando trata do tema da criança e da família, e chega a afirmar que considera possível que um pai, ao se posicionar de determinada forma, possa produzir uma

² NOMINÉ, Bernard, op. cit., p. 23.

³ Idem, ibidem, op. cit., p. 23-24.

⁴ Idem, ibidem, p. 24. Grifo nosso.

⁵ Idem, ibidem. Grifo nosso.

resposta psicótica na criança.⁶ Mas opta, como Nominé, por ressaltar o que é da ordem da decisão do sujeito: “acho que devemos deixar o lugar para a insondável decisão do ser, pois a resposta do sujeito não é a resposta à psicologia do seu pai ou de sua mãe, mas ao tipo de Outro com o qual ele se confronta, o que é induzido como Outro, independentemente da atenção ou dos esforços pedagógicos de seus pais.”⁷

Ainda que estejamos de acordo com ambos, no sentido de que é necessário levar em conta, em qualquer condição subjetiva, a importância da *insondável decisão do ser*, da *escolha do sujeito*, pensamos que seja fundamental, por outro lado, buscar uma resposta para tais questões que não leve à exclusão da responsabilidade que a psicanálise mostrou terem os pais enquanto aqueles que animam a estrutura na qual se constitui um sujeito. Uma responsabilidade que não está relacionada às características de um pai ou de uma mãe (pois, como vimos anteriormente, não há nada que possa definir, *a priori*, o que seja um “bom” pai e uma “boa” mãe, ou mesmo o que sejam um pai ou uma mãe patógenos), mas ao que se passa na singularidade do vínculo de cada um dos pais com cada um de seus filhos.

É com essa singularidade, cujos efeitos sobre a criança só serão verificáveis no *après-coup* de uma situação já constituída, que lidamos em nossa prática clínica. Nesse sentido, fazer considerações sobre o que ocorre do lado dessa estrutura não equivale a apostar em um determinismo psicanalítico. Se para Freud, como para Lacan, não é possível atribuir à história vivida um determinismo linear pelo qual o passado produz efeitos sobre o presente, é porque é somente *a posteriori* que um evento pode ser considerado significativo para cada sujeito.

⁶ SAURET, Marie-Jean. *O infantil e a estrutura*, op. cit., p. 51.

⁷ Idem, ibidem.

A história interessa à psicanálise não como um pretenso dado objetivo, mas porque ela é sempre o recorte subjetivo de uma história vivida, porque ela é, antes de mais nada, a construção de um sujeito. É o que ressalta Lacan em “Função e campo” (1953), quando afirma: “o que ensinamos o sujeito a reconhecer como seu inconsciente é sua história – ou seja, nós o ajudamos a perfazer a historicização atual dos fatos que já determinaram em sua existência um certo número de reviravoltas históricas. Mas, se eles tiveram esse papel, já foi como fatos históricos, isto é, como reconhecidos num certo sentido ou censurados numa certa ordem.”⁸ Como afirma Mannoni, “a questão não está na infância real, nem na história do indivíduo, mas no que se articula dessa história em seu inconsciente.”⁹

Para Lacan, “(...) não se trata das assunções das insígnias do Outro pelo sujeito, mas da situação de o sujeito ter que encontrar a estrutura constitutiva de seu desejo na mesma hiância aberta pelo efeito dos significantes naqueles que para ele representam o Outro, na medida em que sua demanda lhes está sujeita.”¹⁰ Que a ênfase deva recair sobre o sujeito, é o que ressalta Lacan. Um sujeito que não pode ser compreendido como aquele que assume as insígnias do Outro, mas sim como aquele que deve encontrar a estrutura constitutiva de seu desejo a partir de uma hiância. Essa hiância é o efeito dos significantes naqueles que para o sujeito representam o Outro. Nenhum lugar para o cálculo antecipado, para a previsão, a profilaxia ou o determinismo. Qualquer consideração que possa ser feita sobre “aqueles que para o sujeito representam o Outro”, será, dessa forma, uma consideração no *après-coup* da instauração da posição do sujeito.

⁸ LACAN, Jacques. In: *Escritos*, op. cit., p. 263.

⁹ MANNONI, Maud. *A criança, sua doença e os outros*, op. cit., p. 12.

¹⁰ LACAN, Jacques. In: *Escritos*, op. cit., p. 635.

Do ponto de vista clínico, a maior dificuldade que um analista ao incluir os pais em seu campo de trabalho, está no risco, destacado por Nominé, de que “escutar muito os pais pode levar o analista a dedicar-se a analisar a criança como sintoma dos pais.”¹¹ E ele nos lembra que “analisar um sintoma e analisar um sujeito são coisas distintas, é muito claro na cura analítica com crianças.”¹²

Assim, podemos concluir afirmando que o grande desafio que a clínica psicanalítica com crianças coloca ao psicanalista é o de escutar os pais sem tornar a escuta da criança uma resposta a ela, é buscar uma forma de intervenção que permita considerar o contexto mais amplo da transferência dos pais e da posição que a criança ocupa nessa transferência, mas sem que isso implique desconsiderar o sujeito e sua resposta particular a essa estrutura. É dessa forma que pensamos ser possível resgatar a importância de responsabilizar os pais naquilo que lhes concerne em relação ao sintoma da criança, sem que isso signifique culpabilizá-los. O que a teoria do complexo de Édipo permite observar é que essa responsabilidade está diretamente relacionada ao “irredutível da transmissão” da qual depende a constituição de um sujeito.

¹¹ NOMINÉ, Bernard. *O sintoma e a família*, op. cit., p. 47.

¹² Idem, *ibidem*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLOUCH, J. *Letra a letra: transcrever, traduzir, transliterar*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1995.

DOR, J. *Estruturas e clínica psicanalítica*. Rio de Janeiro: Taurus, 1994.

_____. *O pai e sua função em psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

DUNKER, C. I. L. O que são estruturas clínicas? In: *Lacan e a clínica da interpretação*. São Paulo: Hacker, 1996.

FARIA, M. R. *Introdução à psicanálise de crianças: o lugar dos pais*. São Paulo: Hacker, 1998.

FERNANDES, L. R. *O olhar do engano: autismo e Outro primordial*. São Paulo: Escuta, 2000.

FREUD, S. Lembranças encobridoras (1899). In: *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

_____. A interpretação dos sonhos (1900). In: *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

_____. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905). In: *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

_____. Análise de uma fobia em um menino de cinco anos (1909). In: *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

_____. Um tipo especial de escolha de objeto feita pelos homens (1910). In: *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

_____. Totem e tabu (1913). In: *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

_____. Sobre o narcisismo (1914). In: *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

_____. As pulsões e suas vicissitudes (1917). In: *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

_____. Conferências introdutórias sobre psicanálise. Conferência XVII: O sentido dos sintomas (1917). In: *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

_____. Mais além do princípio do prazer (1920). In: *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

_____. A organização genital infantil (1923). In: *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

_____. O Ego e o Id (1923). In: *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

_____. A dissolução do complexo de Édipo (1924). In: *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

_____. Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos (1925). In: *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

_____. Fetichismo (1927). In: *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

_____. Sexualidade feminina (1931). In: *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

_____. Feminilidade (1932). In: *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

_____. Análise terminável e interminável (1937). In: *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

_____. Construções em análise (1937). In: *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

HARARI, R. *O seminário "a angústia" de Lacan: uma introdução*. Porto Alegre: Editora Artes e Ofícios, 1997.

JERUZALINSKY, A. Para uma clínica psicanalítica das psicoses (1996). In: *Estilos da clínica*, ano I, n.1, 2. sem. 1996.

KANNER, L. Os distúrbios autísticos de contato afetivo (1943). In: *Autismos*. São Paulo: Escuta, 1997.

KLEIN, M. A formação dos símbolos na criança. In: *Contribuições à psicanálise*. 2. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1981.

KUPFER, M. C. Psicose e autismo na infância: problemas diagnósticos (1999). In: *Estilos da clínica*, v. IV, n. 7, 2. sem. 1999.

LACAN, J. *Seminário I: os escritos técnicos de Freud* (1953-1954). 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986.

_____. *Seminário 3: as psicoses* (1955-1956). 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

_____. *Seminário 4: a relação de objeto* (1956-1957). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

_____. *Seminário 5: as formações do inconsciente* (1957-1958). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

_____. *Seminário 10: a angústia* (1962-1963), inédito.

_____. *Seminário 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (1964). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1979.

_____. *Seminário 16: de um Outro ao outro* (1968-1969), inédito.

_____. *Seminário 17: o avesso da psicanálise* (1969-1970). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

_____. *Seminário 22: RSI* (1974-1975), inédito.

_____. O tempo lógico e a asserção da certeza antecipada (1945). In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

_____. O estágio do espelho como formador da função do eu tal como nos é revelada na experiência psicanalítica (1949). In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

_____. Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise (1953). In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

_____. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud (1957). In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

_____. De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose (1958). In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

_____. A direção do tratamento e os princípios de seu poder (1958). In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

_____. A significação do falo (1958). In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

_____. Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano (1960). In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

_____. Duas notas sobre a criança (1969). In: *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

_____. Conferencia en Ginebra sobre el sintoma (1975). In: *Intervenciones y textos 2*. Buenos Aires: Manantial.

LAZNIK-PENOT, M.-C (Org.). *O que a clínica do autismo pode ensinar aos psicanalistas*. Salvador: Agalma, 1991.

_____. *Rumo à palavra: três crianças autistas em psicanálise*. São Paulo: Escuta, 1997.

LEFORT, R. Introdução à jornada de estudos do CEREDA. In: MILLER, Judith (Org.). *A criança no discurso analítico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

_____. *O nascimento do Outro*. Salvador: Editora fator, 1984.

MANONNI, M. *A criança, sua doença e os outros*. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1987.

MASSON, Jeffrey Moussoieff (Ed.). *A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess (1887-1904)*. Rio de Janeiro: Imago, 1986.

MILLER, J.-A. A criança entre a mulher e a mãe. In: *Opção lacaniana*. São Paulo, n. 21, abr. 1998.

_____. *Perspectivas do Seminário 5 de Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

NOMINNÉ, B. *O sintoma e a família*, publicação pela Escola Brasileira de Psicanálise das conferências realizadas em Belo Horizonte, out. 1997.

POMMIER, G. *O amor ao avesso: ensaio sobre a transferência em psicanálise*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1998.

PORGE, E. *Os nomes do pai em Jacques Lacan*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1998.

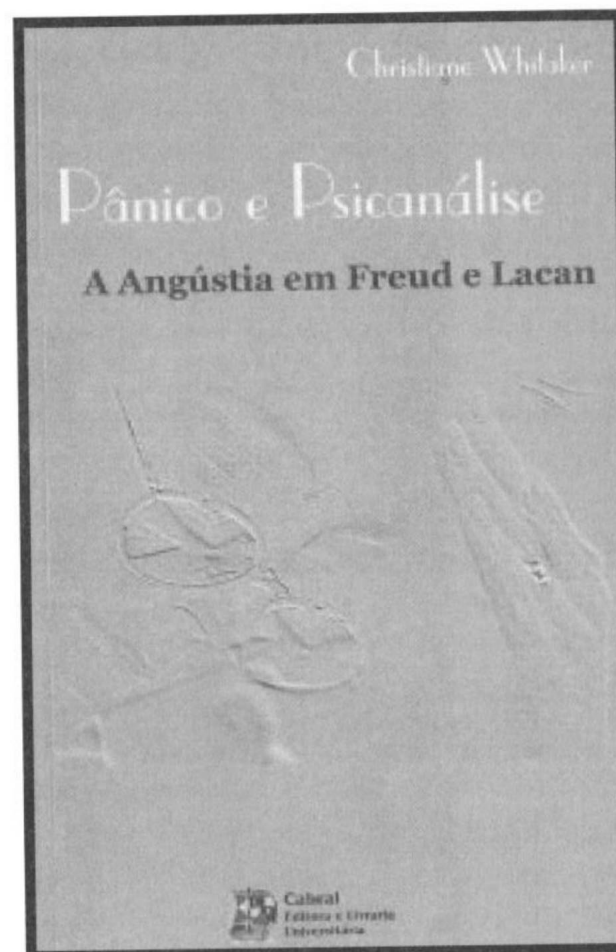
PRATES, A. L. *Feminilidade e experiência psicanalítica*. São Paulo: Hacker, 2001.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

SAURET, M.-J. *O infantil e a estrutura*. Publicação pela Escola Brasileira de Psicanálise das conferências realizadas em São Paulo, ago. 1997.

SOLER, C. Autismo e paranoia. In: ALBERTI, Sonia (Org.). *Autismo e esquizofrenia na clínica da esquizo*. Rio de Janeiro: Marca D'Água Livraria e Editora, 1999.

WHITAKER, Christiane. *Pânico e psicanálise: a angústia em Freud e Lacan*. Taubaté: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2003.



Pânico e Psicanálise
A Angústia em Freud e Lacan

Autora:
Christiane Whitake